



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPEG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - POSEDUC

LINHA DE PESQUISA: FORMAÇÃO HUMANA E DESENVOLVIMENTO
PROFISSIONAL DOCENTE

ANA VILMA DE MEDEIROS PEREIRA

**MARCO DE UM TEMPO: A ESCOLA NORMAL REGIONAL DE CAICÓ/RN (1954-
1962)**

MOSSORÓ-RN
2018

ANA VILMA DE MEDEIROS PEREIRA

MARCO DE UM TEMPO: A ESCOLA NORMAL REGIONAL DE CAICÓ/RN (1954-1962)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, na Linha de Pesquisa “Formação Humana e Desenvolvimento Profissional Docente”, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Antônia Teixeira da Costa

MOSSORÓ-RN

2018

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

P436m Pereira, Ana Vilma de Medeiros
Marco de um tempo: a Escola Normal Regional de
Caicó RN (1954-1962). / Ana Vilma de Medeiros Pereira. -
Mossoró, 2018.
130p.

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Antônia Teixeira da
Costa.

Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-
Graduação em Educação). Universidade do Estado do Rio
Grande do Norte.

1. Escola Normal Regional de Caicó. 2. Implantação.
3. Consolidação. 4. Extinção. I. Costa, Maria Antônia
Teixeira da. II. Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte. III. Título.

ANA VILMA DE MEDEIROS PEREIRA

MARCO DE UM TEMPO: A ESCOLA NORMAL REGIONAL DE CAICÓ/RN (1954-1962)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, na Linha de Pesquisa “Formação Humana e Desenvolvimento Profissional Docente”, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Antônia Teixeira da Costa
Orientadora – POSEDUC/FE/UERN

Profa. Dra. Arilene Maria Soares de Medeiros
Examinadora Interna

Profa. Dra. Tânia Cristina Meira Garcia
Examinadora Externa

Profa. Dra. Hostina Maria Ferreira do Nascimento
Examinadora Interna (Suplente)

Prof. Dr. Francisco das Chagas Silva Souza
Examinador Externo (Suplente)

Ao meu esposo pelo apoio incondicional
em todos os momentos. A Sofia, um
minúsculo ser implantado no meu ventre,
que assumiu um papel-chave no fomento
da produção e desenvolvimento da
pesquisa como catalisador de forças e
vontades. À minha família, que,
dignamente, ensinou-me a importância do
conhecimento.

Estejam certos que sem vocês nenhuma
conquista valeria a pena.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela fé e perseverança a mim concedidas, nos momentos mais difíceis de toda a minha vida.

A minha família pelo incentivo, apoio e pela compreensão da minha ausência nos diversos momentos que exigiam a minha presença.

À Dra. Maria Antônia Teixeira da Costa, minha orientadora, pela oportunidade dada e pela concretização de um de meus sonhos, ser pesquisadora, bem como por todos os ensinamentos.

À Dr. Júlio Ribeiro Soares e Dra. Sílvia Maria Costa Barbosa, que me ensinaram a enveredar pelos caminhos da pesquisa, dando-me as primeiras lições sobre o artesanato intelectual.

À Dra. Hostina Maria Ferreira do Nascimento, Dra. Arilene Maria Soares de Medeiros e Dr. Joaquim Gonçalves Barbosa pelas discussões proporcionadas em torno do meu projeto inicial, que sofreu diversas mudanças de lá para cá.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) e à UERN pelos dois anos de muito aprendizado e crescimento intelectual.

À Maria Elísia de Araújo Moraes, Rosa Maria de Araújo, Teresinha M. de Jesus, Maria de Lourdes Gois Sales e Afra Figueirêdo, colaboradoras da minha pesquisa, pelo acolhimento e carinho como me receberam, bem como pelo material concedido.

À João Paulo Souza Silva, pesquisador da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que, ao conhecer a minha pesquisa, se propôs em me ajudar, enviando-me alguns documentos da avó de sua esposa, Eny Caldeira.

Aos colegas do Programa pelas angústias e saberes compartilhados.

À Dra. Tânia Cristina Meira Garcia, à Dra. Normândia de Farias Mesquita Medeiros e à Dra. Luciene Chaves de Aquino pelos ensinamentos, pela participação e sugestões no exame de qualificação, momento imprescindível para a melhoria e aperfeiçoamento da pesquisa a partir do olhar do outro.

A Gisonaldo Arcanjo de Souza e Maria José de Oliveira, pelas correções ortográficas e gramaticais.

À Adiza Bezerra, Secretária do POSEDUC, pela prontidão de ajudar sempre.

À Paulo, funcionário do Arquivo Público do Estado, pela ajuda na busca por documentos necessários ao desenvolvimento da minha pesquisa.

RESUMO

Narrar o processo histórico de implantação, consolidação e de extinção da Escola Normal Regional de Caicó-RN, reconstituindo a sua história, é uma forma de perenizá-la, para que sua história não caia no esquecimento e na perda. É nesse sentido que nos propomos, neste trabalho, analisar o processo histórico de implantação, consolidação e de extinção da Escola Normal Regional de Caicó-RN, entre os anos de 1954 e 1962, sob a perspectiva de uma ex-normalista e das legislações desse período; descrever o surgimento e consolidação do ensino normal no Rio Grande do Norte e o processo de transição das escolas normais às escolas normais regionais com ênfase para a Escola Normal Regional de Caicó; descrever o processo histórico de implantação, consolidação e extinção da Escola Normal Regional de Caicó-RN, entre os anos de 1954 e 1962, sob a perspectiva de narrativas de uma ex-normalista e das legislações estaduais e federais; e, identificar, através das narrativas da ex-normalista, a produção de práticas pedagógicas na formação de professores, da Escola Normal Regional de Caicó, entre os anos de 1954 e 1962. Para atingir esses objetivos, realizamos a revisão bibliográfica, a pesquisa documental, entrevista recorrente e análise de conteúdo. A autorização para instalação e funcionamento foi dada através da emissão, pelo governador Sylvio Piza Pedroza, do decreto de outorga de mandato ao Ginásio Diocesano Seridoense. A escola funcionou em prédios cedidos, na Prefeitura Municipal de Caicó, nos salões da Comercial, no prédio onde depois funcionou o Cartório de José Dias, e, por fim, no Centro Educacional de Formação do Magistério Primário de Caicó. O ingresso no curso de 1º ciclo de ensino normal dava-se através do exame de admissão e, posteriormente, da matrícula. O exame de admissão era realizado em duas épocas, 1ª época e 2ª época, e, constava de provas de Português, Matemática, Geografia e História do Brasil. A nota mínima para ser aprovado no exame de admissão era 4,0 em cada disciplina ou 5,0 no geral. A rotina da escola era caracterizada por práticas cívico-patrióticas (alusão a datas comemorativas com a cultuação de seus heróis e efemérides, entoação do hino nacional brasileiro e hasteamento da bandeira nacional, e, semana da pátria), práticas religiosas (oferta obrigatória e matrícula facultativa da disciplina de Religião, comemoração de datas comemorativas do calendário católico, missa de ação de graças em sessões

especiais e solenes) e práticas no estágio supervisionado (realização de estágios supervisionados extracurriculares e obrigatórios em escolas primárias da cidade). A formatura, estabelecida pela missa de ação de graças, pela colação de grau e pelas festas, era o clímax dos anos do Curso Normal Regional, designada para apresentar a sociedade às futuras Regentes do Ensino Primário e os bons feitos da escola para todos os presentes. A extinção foi um processo lento e gradual, que se iniciou, em 1957, com a promulgação da Reforma Tarcísio Maia, e, se efetivou com a reforma da unidade escolar de Caicó, em 1959, a partir da qual o Curso Normal Regional não seria mais ofertado.

Palavras-Chave: Escola Normal Regional de Caicó. Implantação. Consolidação. Extinção. Ex-normalistas.

ABSTRACT

Narrating the historical process of implantation, consolidation and extinction of the Regional Normal School of Caicó-RN, reconstituting its history, is a way of perpetuating it, so that its history did not fall into oblivion and loss. It is in this sense that we propose, in this work, to analyze the historical process of implantation, consolidation and extinction of the Normal Regional School of Caicó-RN, between the years of 1954 and 1962, from the perspective of a former normalist and the legislations of this period; to describe the emergence and consolidation of normal education in Rio Grande do Norte and the process of transition from normal schools to normal regional schools with emphasis on the Caicó Regional Normal School; to describe the historical process of implantation, consolidation and extinction of the Caicó-RN Normal Regional School, between the years of 1954 and 1962, under the perspective of narratives of an ex-normalista and state and federal legislations; and to identify, through the narratives of the ex-normalist, the production of pedagogical practices in the training of teachers, from the Caicó Regional Normal School, between the years of 1954 and 1962. To achieve these objectives, we carry out the bibliographic review, documentary research, recurrent interview and content analysis. The authorization for installation and operation was given through the issuance, by the governor Sylvio Piza Pedroza, of the decree granting a mandate to the Diocesan Gymnasium Seridoense. The school functioned in ceded buildings, in the city hall of Caicó, in the salons of Comercial, in the building where later the Office of José Dias worked, and finally, in the Educational Center of Primary Teaching of Caicó. Admission to the 1st cycle of normal education was through the admission examination and, subsequently, the enrollment. The entrance examination was carried out in two periods, 1st period and 2nd period, and consisted of proofs of Portuguese, Mathematics, Geography and History of Brazil. The minimum grade to pass the admission exam was 4.0 in each subject or 5.0 overall. The routine of the school was characterized by civic-patriotic practices (allusion to commemorative dates with the honoring of his heroes and ephemerides, intonation of the Brazilian national anthem and hoisting of the national flag, and, week of the motherland), religious practices religious observance, commemoration of Catholic calendar dates, thanksgiving mass in special and solemn sessions) and supervised internship

(extracurricular and compulsory supervised placements in primary schools in the city). Graduation, established by the mass of thanksgiving, graduation and festivity, was the climax of the Regional Normal Course, designed to present society to future Regents of Primary Education and the good deeds of the school for all present. Extinction was a slow and gradual process, which began in 1957 with the promulgation of the Tarcisio Maia Reform, and was implemented with the reform of the Caicó school unit in 1959, from which the Regional Normal Course would not be more offered.

Keywords: Caicó Regional Normal School. Implantation. Consolidation. Extinction. Ex-normalists.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 - Cônego José Celestino Galvão, padre Onio Caldas de Amorim e alunas da Escola Normal Regional de Caicó (1956)	17
Quadro 1 – Produção acadêmica sobre a Escola Normal Regional e sobre o Curso Normal Regional no Brasil	25
Figura 1 – Entrevista Recorrente	44
Figura 2 – Características da Análise de Conteúdo	48
Quadro 2 – Os três campos de Análise de Conteúdo	49
Quadro 3 – Tipos e Características das Unidades de Registro	51
Quadro 4 – Estrutura do ensino normal norte-rio-grandense	64
Figura 3 – Rede de Ensino Normal do Rio Grande do Norte em 1960	69
Quadro 5 – Alunos do Curso Normal Regional de Caicó (1954-1956)	75
Quadro 6 – Grelha Categorical “Implantação da Escola Normal Regional de Caicó”	79
Figura 4 – Implantação da Escola Normal Regional de Caicó	80
Quadro 7 – Providências tomadas para atender as exigências mínimas da outorga do mandato	84
Quadro 8 – Grelha Categorical “Consolidação da Escola Normal Regional de Caicó”	85
Figura 5 – Consolidação da Escola Normal Regional de Caicó	89
Figura 6 – Livro Programa Admissão	90
Quadro 9 - Exames de 1ª época, 2ª época e exames de admissão realizados na Escola Normal Regional de Caicó	92
Quadro 10 – Idade de algumas alunas da primeira turma da Escola Normal Regional de Caicó	93
Quadro 11 – Programas para o Exame de Admissão	94
Figura 7 – Certificado de aprovação em exame de admissão	96
Figura 8 - Atividade escrita do dia do estudante	99
Figura 9 – Normas da Escola Normal Regional de Caicó	100
Foto 2 – Desfile de 7 de setembro (1955)	102
Figura 10 – Resultados das provas parciais e final da 7ª série (1956)	104
Figura 11 – Histórico Escolar da Escola Normal Regional	105

Figura 12 – Certificado de Regente do Ensino Primário: nota de aptidão pedagógica	108
Figura 13 – Boletim Anual	110
Foto 3 – Colação de Grau	113
Quadro 12 – Grelha Categorical “Extinção da Escola Normal Regional de Caicó”	114
Figura 14 – Extinção da Escola Normal Regional de Caicó	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
APE-RN	Arquivo Público do Estado do RN
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CDS	Colégio Diocesano Seridoense
CE	Centro Educacional de Formação do Magistério de Caicó
CEJA	Centro Educacional José Augusto
CEJA Guerra	Senador Centro de Educação de Jovens e Adultos Senador Guerra
CERES	Centro de Ensino Superior do Seridó
GDS	Ginásio Diocesano Seridoense
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
IEC	Instituto de Educação de Caicó
INEP	Inst. Nac. de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LABORDOC	Laboratório de Documentação Histórica
PABAE	Prog. de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar
PPGEB	Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira
PPGed	Programa de Pós-Graduação em Educação – UFRN
POSEDUC	Programa de Pós-Graduação em Educação – UERN
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RN	Rio Grande do Norte

UEM	Universidade Estadual de Maringá
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIT	Universidade Tiradentes

SUMÁRIO

1 SÓ PARA COMEÇO DE CONVERSA	18
1.1 QUESTÃO NORTEADORA INICIAL	18
1.2 OBJETO DE ESTUDO	23
1.3 OBJETIVOS	28
1.4 METODOLOGIA	28
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	29
2 ENVEREDANDO PELOS CAMINHOS DA PESQUISA: PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	30
2.1 TECENDO A HISTÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR: ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	30
2.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS	32
2.2.1 Revisão Bibliográfica	38
2.2.2 Pesquisa Documental	39
2.2.3 Entrevista	41
2.2.4 Análise de Conteúdo (AC)	47
3 O ENSINO NORMAL NORTE-RIO-GRANDENSE	56
3.1 DAS ESCOLAS NORMAIS AOS CURSOS NORMAIS REGIONAIS	56
3.2 A ESCOLA NORMAL REGIONAL DE CAICÓ: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	70
3.2.1 Caicó em papel e tinta (1954-1962): representação do jornal “A Fôlha”	71
3.2.2 Então, surge o Curso de Regente do Ensino Primário de Caicó: recortes do jornal “A Fôlha”	73
4 “UMA HISTÓRIA QUE NUNCA FOI CONTADA”: NARRATIVAS DE UMA EX-NORMALISTA SOBRE A ESCOLA NORMAL REGIONAL DE CAICÓ	78
4.1 DO NASCER ENTRE PEDRAS: A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA NORMAL REGIONAL DE CAICÓ	78

4.2 CRESCENDO ENTRE PEDRAS: A CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA NORMAL REGIONAL DE CAICÓ	84
4.2.1 Admissão ao curso de 1º ciclo	89
4.2.2 Práticas pedagógicas	97
4.2.2.1 Práticas pedagógicas cívico-patrióticas	98
4.2.2.2 Práticas pedagógicas religiosas	104
4.2.2.3 Práticas pedagógicas no estágio supervisionado	107
4.2.3 Formatura	111
4.3 A EXTINÇÃO	113
5 CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS	118
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE	135

Foto 1 - Cônego José Celestino Galvão, padre Onio Caldas de Amorim e alunas da Escola Normal Regional de Caicó (1956)



Fonte: Foto cedida por Maria Elísia de Araújo Moraes

1 SÓ PARA COMEÇO DE CONVERSA

[...] a memória, onde cresce a história, que
por sua vez a alimenta, procura salvar o
passado para servir o presente e o futuro.

(Le Goff)

Neste capítulo, apresento as questões norteadoras iniciais, o objeto de estudo, os objetivos, a metodologia e a estrutura desta.

1.1 QUESTÃO NORTEADORA INICIAL

Marco de um tempo: a Escola Normal Regional de Caicó/RN (1954-1962) é um escrito histórico que, produzido no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, a partir de 2016, ano de meu ingresso no Programa, integrada a Linha de Pesquisa *Formação Humana e Desenvolvimento Profissional Docente*, sob a orientação da profa. Dra. Maria Antônia Teixeira da Costa, responde ao problema da pesquisa: Como se deu o processo histórico¹ de implantação, consolidação e extinção da Escola Normal Regional de Caicó-RN, entre os anos de 1954 e 1962, sob a perspectiva de uma ex-normalista² e das legislações desse período?

A escolha desse recorte temporal se justifica pela necessidade de narrar à história da Escola Normal Regional de Caicó da sua implantação, em 1954, até a sua extinção, em 1962, quando ocorreu a conclusão da última turma do Curso de Regente do Ensino Primário, consequência da reforma de ensino do Rio Grande do Norte de 1957, que propiciou, dentre outros projetos, a construção do Centro

¹ “[...] historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os ‘compromissos’ sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto. Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagéticos e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação.”. (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

² Termo utilizado para designar o aluno que estudou em Escola Normal. A expressão “regionalista” é mais específica para o aluno que estudou em Escola Normal Regional. Neste estudo, optamos por utilizar a primeira denominação, considerando as suas raízes históricas construídas pelo jornal “A Fôlha” e pelos personagens que fizeram parte da história dessa instituição escolar.

Educacional de Formação do Magistério, que ofertaria um Curso de Formação de Professores Primários com duração de três (3) anos, Curso Normal de 2º ciclo.

A minha aproximação com esse objeto de estudo se deu em diferentes tempos, espaços e através de diversos atores, que contribuíram, através da história oral, para a escrita desta. A minha curiosidade em relação à Escola Normal aflorou-se ainda na minha adolescência, quando li, pela primeira vez, o livro “A Normalista” de Adolfo Caminha (1994), que retratava, em poucas linhas, uma Escola Normal, que funcionou em Fortaleza no período Imperial.

A história da normalista Maria do Carmo, protagonista dessa obra, envolveu-me de tal maneira, que foi decisiva na escolha do meu curso superior. As descrições acerca da Escola Normal feitas nesse livro acompanharam-me durante toda a minha trajetória no curso de Pedagogia, principalmente, no III período, quando cursei a disciplina “História da Educação Brasileira”, na qual descobri que, na minha cidade, Caicó, entre os anos de 1954 e 1962, havia funcionado uma Escola Normal Regional, não retratada de forma detalhada na história oficial, o que despontou mais ainda a minha curiosidade em relação a essas instituições, e, em especial, a de Caicó.

As discussões realizadas nessa disciplina levaram-me também a questionar sobre a escolha do nome das escolas estaduais e municipais desse município, que, em sua maioria, traz o nome de um(a) professor(a) – Escola Estadual Profa. Calpúrnia Caldas de Amorim, Escola Municipal Prof. Raimundo Guerra, Escola Municipal Mons. Walfredo Gurgel, Escola Estadual Mons. Walfredo Gurgel, Escola Estadual Profa. Iracema Trindade, dentre outras. Buscando respostas para essa questão, descobri que os nomes desses professores estavam vinculados indissolavelmente à história da Escola Normal Regional de Caicó. Eles são memorados pela influência que tiveram na educação da cidade e em toda a região do Seridó³, disseminando conhecimentos, valores e referências educacionais ainda perenes.

³ Em 1954, esta região era assim definida: “O Seridó é, indubitavelmente, a zona mais próspera do Rio Grande do Norte. É habitado por sertanejos fortes e robustos, homens livres, que, com o suor do rosto, engrandecem o nosso Brasil. Apesar de ser a região mais assolada pelas sêcas, vê em seus filhos a coragem excepcional de resistir nos momentos críticos [...]. O Seridó tem dado muitos homens ilustres ao cenário político e intelectual brasileiro. O solo desta região é fertilíssimo, embora pouco regado pelas chuvas, o que não consegue tirar o seu vigor. É produtor do melhor algodão cultivado em terras brasileiras, o mocó, sua principal fonte de riqueza. [...] A criação de gado e a agricultura são os principais meios de vida dos seridoenses. Quanto às cidades, geralmente são boas, com o tradicional clima sertanejo, quente, porém sadio. Entre elas, Caicó [...], Currais Novos

Ainda, no curso de Pedagogia, buscando definir o objeto de estudo para a monografia, comecei a realizar pesquisas acerca da Escola Normal Regional de Caicó, mas não obtive êxito. Percebi que alguns sujeitos que viveram naquela época, e que fizeram parte da história dessa instituição, não contribuíam para o desvelamento da verdadeira história dessa instituição, o que provavelmente estaria relacionada à polêmica que envolveu a pessoa de José Celestino Galvão, que largou a batina para casar-se.

O que eu encontrava eram indícios - textos que tratavam da vida dos professores, narrativas, poemas, homenageando essa escola, produzidos por pessoas próximas a José Celestino Galvão, professor e diretor desse estabelecimento, de 1954 a 1961 -, que reunidos deram corpo ao pré-projeto de pesquisa apresentado para fins de seleção no mestrado, do POSEDUC, em 2016.

A história da Escola Normal Regional de Caicó, até então, nunca viera a público devido às raríssimas fontes de pesquisa. Ainda na construção desse pré-projeto, numa pesquisa daqui noutra dali, deparei-me com algumas fontes documentais essenciais para a compreensão da história dessa instituição, mas essas não responderiam todas as questões relativas ao processo de implantação e consolidação dessa escola. Deixariam lacunas, aliás, muitas lacunas.

Dominada pela ideia fixa de preservar e reconstituir a história dessa instituição⁴, que num período histórico, não tão distante, foi tão relevante para a sociedade caicoense e seridoense, fez-me mergulhar ainda mais fundo em busca de fontes, que respondessem as minhas indagações sobre essa escola. Casualmente, conheci a ex-normalista, Maria Elísia de Araújo Moraes, que me apontou as colegas Rosa Maria de Araújo, Teresinha M. de Jesus e Maria de Lourdes Gois Sales.

Foi esse encontro casual que abriu as portas para esta pesquisa. Além das informações dadas, esses ex-normalistas ainda guardavam consigo documentos que traziam à tona a lembrança da Escola Normal Regional de Caicó - fotografias, certificados, boletins, fardas, jornais produzidos por eles nessa instituição, etc. Aos poucos, com muita perseverança, também me aproximei de um ex-professor, João

[...], Acari [...], Jardim do Seridó, Parelhas, Serra Negra, Jucurutu, Florânia, São João do Sabugi, Jardim de Piranhas [...], Ouro Branco, Serro Corá, São Vicente, Cruzeta e Carnaúba.”. (OTHON, 1954, p. 2-3).

⁴ A minha paixão pela história dessa instituição persistiu ao longo dos anos e foi alimentada, mais ainda, quando eu me tornei professora. Para entender a minha profissão, ser professor, tinha que compreender a história dessas instituições, que foram pioneiras na formação do professor, em especial, a história da Escola Normal Regional de Caicó, o que me incitou a continuar pesquisando.

Agripino Dantas, que faleceu em 2016, tornando inviável o trabalho com as narrativas dele, e de José Celestino Galvão, que foi professor e diretor da Escola Normal Regional de Caicó, de 1954 a 1961, e, hoje, é um senhor nonagenário⁵, de saúde debilitada e com problemas de memórias recorrentes, o que inviabiliza a realização de entrevistas com ele.

Já como aluna regular do POSEDUC, visitei o arquivo do prédio onde essa funcionara em seus últimos anos, Centro Educacional José Augusto (CEJA)⁶, a Escola Pré-Vocacional⁷, o Colégio Diocesano Seridoense (CDS), antigo GDS⁸, o Centro de Educação de Jovens e Adultos Senador Guerra (CEJA Senador Guerra)⁹, o 1º Tabelionato de Notas, Registro de Imóveis e Anexos, conhecido como 1º Cartório de Caicó, a Secretaria de Educação do RN, o arquivo público de Natal, o jornal A República¹⁰, o Diário Oficial do RN e o arquivo público do Estado (APE-RN), em busca de documentos que trouxessem resquícios da história dessa escola – jornais, mensagens de governadores, estatuto da escola, etc.

Nesse sentido, baseando-me nos princípios da história das instituições escolares, propus-me trabalhar com a dialética entre o universal e o particular. Não havia como falar da Escola Normal Regional de Caicó, um caso singular, sem dialogar com as políticas educacionais e com os macroprojetos de renovação

⁵ Nascido em 22/03/1926.

⁶ Prédio construído com verbas da Escola Normal Regional, onde essa funcionou em seus últimos anos de existência e o Antigo Centro Educacional de Formação do Magistério Primário de Caicó, designado pelos meios de comunicação da cidade de Instituto de Educação de Caicó. Em relação a essa construção, as normalistas destacaram, no jornal por elas produzido, “Em nosso último número, transcrevemos um editorial do semanário caicoense ‘A Fôlha’ defendendo a idéia da construção e funcionamento do Instituto de Educação. Agora o projeto do Govêrno do Estado começa a concretizar-se. Em Caicó já estiveram o Ilmo. Sr. Secretário da Educação, Dr. Tarcísio Maia e os engenheiros, arquiteto e construtor. A obra foi iniciada. O Instituto de Educação de Caicó será construído com verbas votadas para a nossa Escola Normal, já num total de cinco milhões de cruzeiros Cr\$ 5.000.000,00). Os trabalhos não serão confiados a nenhuma firma construtora, mas executados à base de empreita, com operários da terra. No Instituto de Educação funcionará a Escola Normal com o seu curso pedagógico que será criado para o próximo ano.”. (GOIS, 1957, p. 1-5).

⁷ Escola, que funcionava num prédio cedido pela Diocese de Caicó, onde eram impressos exemplares do jornal “A Escola”, iniciativa das normalistas de Caicó.

⁸ Escola que recebeu a outorga do governo estadual para ministrar o 1º ano do Curso de Regentes de Ensino Primário, de que trata o Decreto N. 2.463, de 26 de fevereiro de 1954: “É outorgado ao Ginásio Diocesano Seridoense, com sede na cidade de Caicó, mandato para ministrar o primeiro ciclo do Curso de Regentes de Ensino Primário.”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1954).

⁹ Antigo Grupo Escolar Senador Guerra, local onde funcionou o Curso Pedagógico, em 1958 e 1959, sob a direção de José Celestino Galvão. Após a última reforma em sua estrutura física, alguns documentos da escola, os mais antigos, foram perdidos, deteriorados e/ou rasgados.

¹⁰ Mesmo não sendo o jornal do governo, A República veiculava os seus atos oficiais, sendo oficializado como órgão oficial a partir de 1928. (COMUNICAÇÃO/DEI, 2014).

pedagógica, vigentes no Rio Grande do Norte e no Brasil, na época de sua implantação, consolidação e extinção.

Com a questão norteadora inicial, realizei, nos primeiros meses do mestrado, novas leituras que me possibilitaram a apropriação de conceitos/categorias necessários para a compreensão e interpretação do objeto de estudo, bem como outras pesquisas em fontes documentais. A partir daí, das discussões e sugestões realizadas nas disciplinas “Seminário de Pesquisa em Formação Humana e Desenvolvimento Profissional Docente” e “Seminário de Dissertação”, ministradas, respectivamente, pelos professores Dra. Hostina Maria Ferreira Nascimento e Dra. Normandia de Farias M. Medeiros, e, Dra. Arilene Maria Soares de Medeiros e Dr. Joaquim Gonçalves Barbosa, acatadas por mim e pela minha orientadora, a pesquisa ganhou novos contornos.

O objetivo geral foi reformulado por falta de clareza. O verbo “descrever” utilizado inicialmente no objetivo geral, que era “Descrever o processo histórico de implantação e de consolidação da Escola Normal Regional de Caicó-RN, entre os anos de 1954 e 1962”, foi substituído por “analisar”, considerando a abrangência do verbo utilizado. No objetivo geral, é recomendado o uso de verbos abrangentes, que apresentem, de forma clara e assertiva, a ideia central do trabalho acadêmico. Para deixá-lo mais claro, acrescentamos, nesse objetivo, que as narrativas do processo histórico de implantação e consolidação da Escola Normal Regional de Caicó seriam construídas sob a perspectiva de ex-normalistas e das legislações desse período. Nesse, ainda, acrescentamos a análise do processo de extinção.

Os demais objetivos, por suas características, amplos, abrangentes, e, observáveis a longo prazo, foram excluídos: “Identificar os fatores implicados na implantação e consolidação da Escola Normal Regional de Caicó”; “Identificar os elementos políticos e sociais determinantes da criação e consolidação da Escola Normal Regional de Caicó”; e, “Identificar os atores sociais, políticos e educacionais envolvidos no processo de implantação e consolidação da Escola Normal Regional de Caicó”.

O roteiro da entrevista foi reelaborado, após as diversas leituras sobre a história oral e moldando-o a delimitação do universo de sujeitos a serem entrevistados, considerando que, no pré-projeto, objetivávamos a realização de entrevistas com ex-normalistas, ex-professores e com o ex-diretor, mas, para delimitar a pesquisa, e levando em conta o prazo estabelecido pelo Programa para

defesa do projeto, máximo de dois anos, bem como alguns fatores que implicam diretamente na história oral - o ex-professor, João Agripino Dantas, com quem tínhamos contato, morreu em 2016. E o ex-diretor, José Celestino Galvão, encontra-se enfermo, sem condições de conceder entrevistas, porque ora se lembra, ora se esquece dos acontecimentos passados.

1.2 OBJETO DE ESTUDO

A Escola Normal tem sido objeto de inúmeros estudos e pesquisas de diversos autores no Brasil, que se voltam, em sua maioria, para a sua implantação, consolidação, transformação e/ou extinção.

No Rio Grande do Norte, de modo particular, identificamos estudos de Sarmiento (2013), Assis (2016), Silva (2013), Aquino (2007), que tratam, respectivamente, da história da criação e implantação da Escola Normal Primária de Mossoró, da história do ensino de Matemática na Escola Normal de Natal (1908 - 1970), da história da formação de professores em Natal (1908 - 1971) e da história da Escola Normal de Natal, dando ênfase a sua transformação no Instituto de Educação Presidente Kennedy (1950 - 1965).

Esses trabalhos constituem-se num importante contributo para a discussão da história da formação do magistério primário no Rio Grande do Norte. Não há como falar do ensino normal norte-rio-grandense, e, concomitantemente, da Escola Normal Regional de Caicó, sem aludir às leis e aos decretos, bem assim às problemáticas discutidas nesses trabalhos.

A leitura da dissertação “A Escola Normal Primária de Mossoró (1922-1934): narrativas sobre a criação da primeira escola de formação de professores do interior do Rio Grande do Norte” contribuiu para a apreensão da institucionalização da Escola Normal de Mossoró, em 1922. Sarmiento (2013) tratou, a partir de narrativas expostas em textos memorialísticos de Raimundo Nonato da Silva, Walter Wanderley e Lauro da Escócia - Memórias de um Retirante (1957); A escola de outro tempo: professores de Mossoró (1968); Somando os dias do tempo: memórias (1973); A Escola Normal de Mossoró (1973); Eliseu Viana, o educador (1890-1960); e, Memórias de um jornalista de província (1981) -, da história da criação e implantação da Escola Normal Primária de Mossoró, de 1922 a 1934.

A leitura da tese “Matemáticas elementares na Escola Normal de Natal: legislação, programas de ensino, material didático (1908-1970)” de Assis (2016), que traz à tona trechos dos relatórios da Província, Decretos, Leis (Lei n. 105 de 20 de outubro de 1937 e Lei n. 405 de 29 de novembro de 1916), bem como matérias do jornal “A República”, possibilitou o entendimento do processo de criação da Escola Normal de Natal e das escolas normais no Rio Grande do Norte. A autora faz, em seu trabalho, uma análise, através de fotografias e outros documentos da cultura escolar, da história do ensino de Matemática na Escola Normal de Natal, Rio Grande do Norte, entre 1908 e 1970.

Continuando as leituras sobre a Escola Normal no Rio Grande do Norte, Silva (2013), faz uma análise, em seu trabalho de doutorado “A escola normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)”, a partir de documentos como atas, ofícios, relatórios dos diretores da instrução pública, leis, decretos, mensagens dos governadores, além de artigos dos jornais “A Capital”, “A Ordem” e “A República” e da revista “*Pedagogium*” (1921-1940), da história da formação de professores em Natal, Rio Grande do Norte, entre 1908 e 1971.

Na tese “De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação de Presidente a Kennedy (1950-1965): configurações, limites e possibilidades da formação docente”, Aquino (2007) narra, baseando-se na história das instituições educativas, a cultura escolar e a de gênero, a história da Escola Normal de Natal, dando ênfase a sua transformação no Instituto de Educação Presidente Kennedy, no período compreendido entre 1950 a 1965. Essa tese, ao resgatar a história da primeira Escola Normal do Rio Grande do Norte, aborda alguns Decretos e Leis, que foram expedidos entre 1908 e 1957 pelos governadores dos respectivos períodos, imprescindíveis na construção do referencial teórico sobre as Escolas Normais no Rio Grande do Norte: Decreto n.178, 29 de abril de 1908, Lei n. 405 de 29 de novembro de 1916, Decreto-lei nº 684 de 11 de fevereiro de 1947, Lei nº 204 de 7 de dezembro de 1949, Lei nº 2.171 de 06 de dezembro de 1957.

Quanto à Escola Normal Regional, objeto desta pesquisa, que diferencia-se da Escola Normal pelos ditames do Decreto-Lei Federal n. 8.530, de 02 de janeiro de 1946, observamos que poucos são os estudos realizados, conforme um

levantamento bibliográfico realizado no banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹¹.

A pesquisa nessa base de dados foi realizada a partir das seguintes palavras-chaves: Escola Normal Regional, Curso de Regente do Ensino Primário, Curso Normal de 1º Ciclo e Curso Normal Regional, refinando a busca aos Programas de Pós-Graduação em Educação.

Essa investigação resultou no demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Produção acadêmica sobre a Escola Normal Regional e sobre o Curso Normal Regional no Brasil

TÍTULO	GÊNERO	AUTORES
O Curso Normal de 1º Ciclo em Assu/RN (1951-1971)	Tese	SILVA, M. da C. F. da. UFRN, Natal-RN, 2011.
A Escola Normal Regional e suas práticas pedagógicas: dois retratos de um mesmo cenário no interior do Paraná	Dissertação	HERVATINI, L. UEM, Maringá, 2011.
O ensino normal regional em Cianorte-PR: da institucionalização às práticas e saberes pedagógicos (1957-1964)	Dissertação	GONÇALVES, A. L. P. UEM, Maringá, 2016.
A Escola Normal Regional Nossa Senhora Do Carmo em Belo Jardim - PE: desfilando o habitus professoral pelas ruas da cidade	Tese	SOUSA, B. S. A. de. UFPB, João Pessoa, 2013.
A história da formação docente em Quirinópolis, Goiás: A Escola Normal Regional Municipal Coronel Quirino (1954-1961)	Dissertação	URZEDO, M. da F. A. UFU, Uberlândia, 2004.
Formação docente institucionalizada na Amazônia Acriana: da Escola Normal Regional à Escola Normal Padre Anchieta (1940-1970)	Tese	BEZERRA, M. I. da S. UFF, Niterói, 2015.
Sentido novo da vida rural: a formação de professoras na Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza (1949-1963)	Tese	NEVES, L. S. UFMG, Belo Horizonte, 2015.
A Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza de Diamantina e a formação de professores para o meio rural mineiro: 1950-1970	Dissertação	PINTO, H. de M. PUC Minas, Belo Horizonte, 2007.
Voices e saudades: as narrativas das ex-alunas sobre a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção - Guimarães/MA (1957-1961)	Dissertação	SANTIAGO, A. M. S. F. UFMA, São Luís, 2015.
A Escola Normal Regional de Cruzeiro do Sul: tecendo memórias e histórias sobre a formação religiosa católica alemã na Amazônia Acriana (1947-1965)	Dissertação	BEZERRA, M. I. da S. UFF, Niterói, 2010.
A educação rural no Brasil e no Paraná nos anos 50 e a materialização no Curso Normal Regional de Guarapuava	Dissertação	PALHANO, I. C. UNICENTRO, Guarapuava, 2014.
Curso Normal Regional de Mamanguape/PB (1949-1957): educação redentora para ascensão e controle social	Tese	SOARES, M. V. R. UFRN, Natal, 2016.
O quê os diários revelam: práticas de formação de professoras para a escola rural, Curso Normal Regional Sandoval Soares de Azevedo - Ibitité,	Dissertação	ANDRADE, T. PUC Minas, Belo Horizonte, 2006.

¹¹ <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses>.

Minas Gerais, 1956-1959		
Civilidade e formação de professoras: um mosaico do Ensino Normal Regional do Instituto Sagrado Coração de Jesus (Estância-SE, 1949-1955)	Dissertação	GRAÇA, R. F. UNIT, Aracaju, 2012.

Fonte: CAPES (2017)

Os dados expostos no quadro I, referentes à produção acadêmica sobre a Escola Normal Regional e sobre o Curso Normal Regional no Brasil, podem ser assim organizados: Rio Grande do Norte (01), Paraná (03), Pernambuco (01), Goiás (01), Acre (02), Minas Gerais (03), Maranhão (01), Paraíba (01) e Sergipe (01). Desses, cinco (05) são teses, e, nove (09) são dissertações. Doze dos trabalhos produzidos focalizam a formação docente e dois enfocam o caráter religioso dessa formação.

Frente a essas informações, entendemos que a produção acadêmica sobre o Curso Normal Regional no Brasil é fortuita. Os estudos voltados para a escola normal se tornaram mais comuns, e, são objetos de estudos de diversos trabalhos acadêmicos espalhados em todo Brasil.

Nesse sentido, alicerçando-nos nesses pressupostos, historiar a Escola Normal Regional de Caicó, instituição dedicada à formação de professores, entre os anos de 1954 e 1962, no interior do Rio Grande do Norte, recompondo a sua história, num local onde não há gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, e, considerando as especificidades regionais e as singularidades locais e institucionais, é um contributo à historiografia da educação norte-rio-grandense e brasileira, e, concomitantemente, aos debates da história da educação e das instituições escolares.

Consideramos esse juízo, pois concordamos que “[...] as escolas apresentam-se como locais que portam um arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias e, sobretudo, sobre a história da educação brasileira”, que podem ser resgatados, além de fontes documentais, através da memória, e trazidos à tona pelos sentidos, sentimentos e emoções daqueles que fizeram parte da história dessas instituições, tornando-as perenes no tempo, e, servindo, reiterando a epígrafe de Le Goff, o presente e no futuro. (GATTI JUNIOR, 2002, p. 25).

Pesquisar a história dessa instituição escolar a partir das fontes documentais e relatos orais faz-nos entender a construção de sua identidade, da sua cultura, as

ressonâncias e os impactos sociais dessa instituição na cidade de Caicó e na região do Seridó, bem como, possibilitará construir uma história mais aproximada das reais condições da educação regional no período, no contexto histórico da educação brasileira.

Por se tratar da primeira instituição voltada para a formação de professores em Caicó, a chegada dessa escola teve um grande impacto nessa cidade e em toda região do Seridó, representando um divisor de águas com o passado educacional local e regional. Não há como negar que ela ocupou, desde o momento de sua implantação, um lugar central na produção dos saberes e valores docentes em toda a região.

Os mestres leigos e “improvisados”¹² da cidade e da região, aos poucos, foram sendo substituídos pelos mestres habilitados. Mulheres, negros e pobres ocuparam espaços, que, antes, estavam restritos aos homens, brancos e ricos, mesmo a escola tendo um caráter privado¹³. A mulher conquistou o mercado de trabalho, exercendo a função de professora, garantindo, assim, a sua independência financeira e sua autonomia. Evidente que todas essas conquistas se fizeram em meio a conflitos e tensões.

Essa instituição foi tão significativa para a região, que, ainda, hoje, entremeados aos nomes dos professores¹⁴ afluem na memória coletiva as marcas existenciais, espaciais e temporais da experiência histórica que essa escola proporcionou.

Além de sua importância para a historiografia da educação norte-rio-grandense e brasileira, este estudo constituirá numa fonte de pesquisa para os estudos de história da educação local, considerando que, na literatura revisada, não encontramos nenhum referencial abordando, especificamente, a Escola Normal Regional de Caicó.

Dado o significado social para a cidade de Caicó e para a região do Seridó, essa instituição não pode ter sua experiência histórica esquecida. Sua memória histórica deve ser preservada e divulgada cientificamente, visando ao conhecimento

¹² Termo utilizado por Villela (2008) para designar os professores que não eram habilitados.

¹³ A escola cobrava dos alunos uma taxa mensal fixa para a manutenção da entidade. Esse valor, perante a situação econômico-financeira do aluno, muitas vezes, recebia descontos. (GURGEL, 1956f.).

¹⁴ Atualmente, encontramos os nomes de vários professores dessa instituição sendo homenageados como patronos de escolas públicas espalhadas na cidade de Caicó, dentre os quais estão: Profa. Calpúrnia Caldas de Amorim, Prof. Raimundo Guerra, Mons. Walfredo Gurgel, Profa. Iracema Trindade, dentre outros.

da história, da sociedade e do próprio homem caicoense e seridoense, outro aspecto que justifica o trabalho em tela.

1.3 OBJETIVOS

É, amparando-se no pressuposto de que a Escola Normal Regional de Caicó é um poliedro multifacetário, que se apresenta com facetas diferentes dependendo do ângulo de observação, que busco delimitar o meu objeto de estudo. Proponho ao longo desta dissertação:

- ✓ Analisar o processo histórico de implantação, consolidação e de extinção da Escola Normal Regional de Caicó-RN, entre os anos de 1954 e 1962, sob a perspectiva de uma ex-normalista e das legislações desse período.

- ✓ Descrever o surgimento e consolidação do ensino normal no Rio Grande do Norte e o processo de transição das escolas normais aos cursos normais regionais com ênfase para o Curso Normal Regional de Caicó;

- ✓ Descrever o processo histórico de implantação, consolidação e extinção da Escola Normal Regional de Caicó-RN, entre os anos de 1954 e 1962, sob a perspectiva de narrativas de uma ex-normalista e das legislações estaduais e federais.

- ✓ Identificar, através das narrativas da ex-normalista, a produção de práticas pedagógicas na formação de professores, da Escola Normal Regional de Caicó, entre os anos de 1954 e 1962.

1.4 METODOLOGIA

Esta pesquisa é caracterizada, quanto à abordagem ao problema, aos seus objetivos e aos procedimentos técnicos empregados, como sendo qualitativa, exploratória e histórica, amparando-se, dentre outros autores, em Gónzalez Rey (2005), Gil (2008), Kerlinger (1980), Alberti (2004) e Meihy (2000).

No processo de produção de informações, na análise e interpretação dos dados da pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

revisão bibliográfica, pesquisa documental, entrevista recorrente e análise de conteúdo¹⁵.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação será estruturada em cinco (5) capítulos, a saber: o primeiro é esta introdução, na qual apresento as questões norteadoras iniciais, o objeto de estudo, os objetivos, a metodologia e a estrutura desta.

No segundo, exponho a abordagem teórico-metodológica utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa.

No terceiro, abordo historicamente o Ensino Normal norte-rio-grandense, dando ênfase ao surgimento dos Cursos Normais Regionais, e, em especial, ao Curso Normal Regional de Caicó, contextualizando-a.

No quarto, exponho a história da Escola Normal Regional de Caicó a partir de narrativas de uma ex-normalista e das legislações estaduais e federais vigentes no período.

No último, teço as considerações finais.

¹⁵ Utilizada nesta pesquisa com o objetivo não de obter indicadores quantitativos, mas de buscar o significado e o sentido das asserções explicitadas no conteúdo das mensagens das entrevistas.

2 ENVEREDANDO PELOS CAMINHOS DA PESQUISA: PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Um galo sozinho não tece a manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro: de outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzam
os fios de sol de seus gritos de galo
para que a manhã, desde uma tela tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.
(João Cabral de Melo Neto)

Neste capítulo, exponho a abordagem teórico-metodológica utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa para justificar a adoção de cada caminho seguido e do formato que tomou esta dissertação.

2.1 TECENDO A HISTÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR: ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O estudo científico da história de uma instituição escolar, que objetiva um conhecimento real tal como ela foi/é, pressupõe a análise da relação entre um objeto singular e a totalidade histórica, o universal. É um estudo micro e macro no qual se deve considerar as singularidades da instituição (currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos, normas disciplinares e outros), e, ao mesmo tempo, suas múltiplas relações com o contexto social, político, cultural e econômico, que influencia a sua dinâmica interna.

[...] Por mais que se estude o interior de uma instituição, a explicação daquilo que se constata não está dada de forma imediata em si mesma. Mesmo admitindo que as instituições adquirem uma identidade, esta é fruto dos laços de determinações externas a elas e, como já dito, 'acomodadas' dialeticamente no seu interior. (SANFELICE *apud* SANFELICE, 2008, p. 15).

A construção da identidade institucional é resultante da relação entre escola e contexto sócio histórico, fator determinante daquela. Nesse sentido, para compreendermos a Escola Normal Regional de Caicó, faz-se necessário o estudo de documentos jurídicos e legais, das políticas educacionais vigentes de 1946¹⁶ a 1971¹⁷, do Estado, da economia, da sociedade, da política e da educação caicoense e norte-rio-grandense. Caso contrário, teremos um estudo fragmentado acerca dessa, “estudaremos o arbusto sem conseguir enxergar a floresta”, conforme afirma Sanfelice (*ibid.*, p. 15-6)

[...] O objeto singular não se explica em si mesmo, por mais que eu possa narrar amplamente as características constitutivas de sua identidade. Uma instituição singular é instituída, por exemplo, por um ou vários grupos sociais, ou por uma classe social que, freqüentando-a, levam para o seu interior um mundo já estabelecido fora dela. O mesmo acontece com o conjunto de educadores que por ela transita. Mas não é só isso, pois as instituições escolares respondem a ordenamentos jurídicos e legais sobre os quais não tiveram poder de escolha. E há muito mais: há as políticas educacionais, há o Estado e, em última instância, há a determinação de um mundo da produção material sobre o qual as instituições e os homens se organizam e estabelecem suas conflituosas e antagônicas relações.

Ancorando nesse pressuposto de que o estudo histórico de uma instituição escolar só se justifica se for possível compreendermos o todo, e, buscando um estudo sólido e consistente, lançamos mão da categoria cultura escolar, apropriando-nos dela para que possamos recontextualizar a Escola Normal Regional de Caicó em sua circunstância histórica, o que exige-nos a compreensão do que ocorreu nesse espaço particular, à abertura de sua ‘caixa preta’¹⁸, a análise de sua cultura escolar, objeto histórico que pode ser examinado a partir dos seguintes elementos: “[...] normas e [...] finalidades que regem a escola; [...] **avaliação do** papel desempenhado pela profissionalização do trabalho do educador; [...] análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares.”. (JULIA, *ibid.*, p. 19, grifo da autora).

Segundo essa autora (*ibid.*, p. 10-1), a cultura escolar pode ser descrita

¹⁶ Ano de criação do Curso Normal de 1º Ciclo através do Decreto-Lei Federal n. 8530, de 06 de janeiro.

¹⁷ Ano em que foi extinto o ensino normal, e, implementado o curso profissionalizante de Magistério, através da Lei de Diretrizes e Base (Lei n. 5.692, de 11 de agosto).

¹⁸ Vocábulo utilizado por Julia (2001), fazendo apologia da metáfora aeronáutica, para se referir à cultura escolar.

[...] como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar a condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores.

Compreende-se, dessa maneira, por cultura escolar tudo aquilo que é particular da escola, traçado nas relações individuais e coletivas, pelas famílias, professores, diretores e alunos, pela organização escolar (normas internas), pelo sistema educativo (legislações educacionais) e pelas práticas consolidadas nesse espaço, num determinado contexto histórico.

Para uma melhor compreensão de como foi desenvolvida esta pesquisa, apresentamos na seção a seguir, “Pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos adotados”, a classificação desta pesquisa, quanto à abordagem ao problema, a abordagem dos objetivos e dos procedimentos técnicos empregados.

2.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

Esta pesquisa, quanto à maneira de abordar o seu problema, pode ser classificada em qualitativa, pois compreende a realidade social a partir de sua complexidade, considerando todos os fatores que a determinam: político, cultural, econômico, religioso, físico e biológico. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador tem contato direto com o seu objeto de estudo (pesquisa participante, pesquisa-ação, etc.). Durante a coleta de dados, o pesquisador depara-se com dados, que, inicialmente, parecem-lhe alheios, e esses ajudam-no na reinterpretação de “seus primeiros resultados pelas novas pesquisas que ele mesmo suscitou.”. (MERLEAU-PONTY *apud* GONZÁLEZ REY, 2005, p. 104).

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa pode ser definida como

[...] um processo aberto submetido a infinitos e imprevisíveis desdobramentos, cujo centro organizador é o modelo que o pesquisador desenvolve e em relação ao qual as diferentes informações empíricas adquirem significados. O pesquisador, por meio de sua reflexão e das

decisões permanentes que deve assumir, é responsável pelos rumos seguidos pelo processo de construção do conhecimento. (GONZÁLEZ REY, *ibid.*, p. 104).

Vê-se, diante do exposto acima, que por sua natureza, a pesquisa qualitativa é indicada para estudos que buscam compreender os fenômenos em sua totalidade, na sua complexidade.

Em relação aos objetivos, podemos identificar esta pesquisa como sendo exploratória, pois tem a finalidade de estudar algo ainda pouco explorado, aproximando o pesquisador de seu objeto de estudo. Segundo Gil (2008, p. 27),

Estas pesquisas têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. [...] Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla [...].

Não há como negar, perante isso, a importância da pesquisa exploratória no aprofundamento do objeto que se propõe a investigar, na delimitação do tema da pesquisa, na definição dos objetivos e na formulação das hipóteses. Por se tratar de uma temática ampla e complexa, e, ainda, não explorada, vários aspectos poderiam ser tratados, contudo, consideramos a delimitação do tema da pesquisa, para não nos perdemos em meio a tantas ideias e informações, distanciando-nos dos objetivos a que propusemos alcançar.

No que se refere aos procedimentos, a pesquisa pode ser considerada como pesquisa histórica, que se constitui a partir de eventos já ocorridos, utilizando, para isso, métodos descritivos e analíticos. Através dos métodos descritivos, o pesquisador busca respostas para questões particulares, objetivando preservar o registro de eventos passados. Já, usando os métodos analíticos, o pesquisador é movido pela necessidade de descobrir eventos passados que expliquem a situação atual ou estado atual do fenômeno estudado. (KERLINGER, 1980). Dentre as fontes da pesquisa histórica está a história oral.

A história oral coloca-se como uma nova forma de comunicação entre o presente e o passado, na qual a história não está atrelada somente aos grandes

fatos históricos, ao herói, mas também aos cidadãos comuns e os acontecimentos do cotidiano, que através de suas narrativas¹⁹ transformam o vivido em linguagem, amalgamando passado e presente. (ALBERTI, 2004). Além da valorização dos “agentes comuns como artífices da vida”, o presente é concebido como uma continuidade do passado, sem o qual não se pode entender a realidade atual.

[...] a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança para o conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a sequência histórica e sentir-se parte do contexto em que vivem. (MEIHY, 2000, p. 18).

É evidente que o passado existiu sem a história oral, mas, no presente, depende dela para existir e perenizar-se no tempo. (ALBERTI, *ibid.*). Desse modo, a história oral não pode ser realizada a partir de uma conversa ou gravação qualquer. Ela é intencional, portanto, deve partir de um projeto²⁰ que justifique as escolhas, que especifique os critérios de recolha das entrevistas (o(s) entrevistador (es), o(s) entrevistado(s) e o(s) aparelho(s) de gravação que será(ão) utilizado(s) no ato da entrevista), a transcrição, o arquivamento e a publicação. Em relação a isso, Meihy (*ibid.*, p. 18-28) destaca,

A história oral pode ser feita com base em uma pessoa, em algumas ou em um conjunto grande de entrevistados [...] Há casos em que podem existir mais de um entrevistador, vários entrevistados e múltiplos aparelhos de gravação, como filmadoras. O mais comum, no entanto, são entrevistas individuais feitas com gravadores portáteis, de preferência com microfones embutidos, a fim de tornar menos ostensivo o ato da gravação.

Sem isso, não há trabalho com história oral, que “[...] consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea”. (ALBERTI, *ibid.*, 78). Seriam apenas experiências em primeira mão. Sendo assim, a história oral pode ser definida como

¹⁹ [...] Passagem da experiência – daquilo que foi vivenciado – em linguagem [...] organização dos acontecimentos de acordo com determinado sentido que lhes é conferido. (ALBERTI, *ibid.*, p. 92).

²⁰ O que a difere da fonte oral.

[...] um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY, *ibid.*, p. 29).

Nesse sentido, a história oral pressupõe a organização dos acontecimentos de acordo com um sentido. “[...] Evidentemente a experiência sozinha, pura e simples, não é capaz de ser comunicada; comunicar experiências pressupõe sua organização de acordo com um sentido.”. (ALBERTI, *ibid.*, p. 92).

Não é à toa que Meihy (*ibid.*) atenta para o cuidado que o oralista deve tomar com o uso da entrevista, bem como para a necessidade de sensibilização do papel dessa para o entrevistador e para o entrevistado. Segundo esse autor (*ibid.*), na entrevista, deve haver um compromisso entre o entrevistado, o colaborador²¹, e o entrevistador até se obter um texto final com o máximo de clareza para evitar dúvidas do público.

O entrevistador deve assumir uma atitude profissional e democrática, saber ouvir e aceitar posicionamentos contrários ou favoráveis as suas posições pessoais, e, o entrevistado deve se comprometer com o trabalho de maneira mais sensível e compartilhada, participando, se possível, das etapas de transcrição e revisão do texto, e, concedendo a autorização para a publicação parcial ou total da entrevista. Cada um deve assumir o seu papel sem desrespeitar o espaço do outro. Com relação a isso, Meihy (*ibid.*, p. 52, grifo da autora) alerta,

[...] É possível haver circunstâncias em que os colaboradores forcem situações inconvenientes e até usem de chantagem para atuar no desenvolvimento da pesquisa. **Nesses casos**, o autor tem de ter clareza de seu papel e saber diplomaticamente impor limites na interferência de colaboradores mais afoitos.

Qualquer interferência desse tipo deve ser evitada para que futuramente o entrevistador não enfrente problemas com o colaborador da entrevista.

Além de tudo que já foi citado, Meihy (*ibid.*) afirma ser importante que o entrevistador saiba distinguir a forma de narrativa do entrevistado, dentre as

²¹ “Em vez de se usar termos consagrados em outras tradições disciplinares que se valiam das entrevistas (referências como ‘ator’, ‘informante’, ‘objeto de pesquisa’), a moderna história oral usa deliberadamente a palavra colaborador.” (MEIHY, *ibid.*, p. 49).

apresentadas por ele: narrativa de vida pública, narrativa épica, narrativa trágica, narrativa cômica, etc., de modo que se possa compreendê-lo melhor, e, assim, interagir com ele da maneira mais eficiente possível. Além disso, ele alerta sobre a necessidade de não tratar os depoimentos como se fossem iguais, considerando as características do eu narrador, em destaque as particularidades linguísticas. O autor (*ibid.*) complementa que,

[...] Da mesma forma, é significativo notar que há narradores que têm prática de entrevistas. Nessas situações, convém solicitar que o depoente fale sobre aspectos pouco revelados. Quando ocorre o contrário, isto é, de se entrevistar pessoas que não estão acostumadas a dar entrevistas de história de vida, é conveniente que o convidado seja preparado para vencer a noção de que é 'pessoa comum' e que sua vida 'não tem nenhum valor'. (MEIHY, *ibid.*, p. 60).

O entrevistador, nesse caso, deve estar preparado para lidar com os dois tipos de narradores. Não há como negar que, independentemente da prática ou não do depoente em conceder entrevista, o entrevistador desempenha um papel fundamental na condução dessa.

Ademais, o entrevistador deve atentar-se para as perguntas das entrevistas. Meihy (*ibid.*) afirma que, dependendo do gênero da história oral - história oral de vida, história oral temática e tradição oral -, essas podem se distinguir.

Na história oral de vida, “[...] as perguntas devem ser amplas, sempre postas em grandes blocos, de forma a indicar os grandes acontecimentos. [...] Os grandes blocos de perguntas devem ser divididos em três ou quatro partes, no máximo cinco. Quanto menos o entrevistador falar, melhor.”. (MEIHY, *ibid.*, p. 62).

Na história oral temática, dado seu caráter específico,

[...] admite o uso do questionário, mas, mais do que isso, este se torna peça fundamental para a aquisição dos detalhes procurados. [...] os questionários podem ser diretos e indutivos ou indiretos e dedutivos. No primeiro caso, a entrevista deve se ater ao fato em causa e a sessão será breve. No segundo, marcado sempre por maior complexidade, as questões buscadas devem sempre ser contextualizadas e seguir uma ordem de importância capazes de inscrever os tópicos principais em análises do depoente. (MEIHY, *ibid.*, p. 68).

Conforme exposto, por suas características e pela forma de condução, as respostas nos questionários diretos e indutivos ou indiretos e dedutivos serão

distintas, cabendo ao autor do projeto optar por um ou por outro, dependendo dos objetivos que pretende alcançar.

Relacionado ainda à história oral temática, Meihy (*ibid.*, p. 70) atenta,

[...] Os resultados dos questionários devem, quase sempre, manter as perguntas, pois estas refletem a construção do encontro. Sempre que possível se deve evitar que os colaboradores apenas respondam por escrito às perguntas, pois as diferenças entre os processos narrativos orais e escritos são grandes e, mesmo em se tratando de temas, a fluidez da oralidade interessa.

A escrita exige uma formalidade e um planejamento que a oralidade não possui, por isso, essa é mais espontânea do que aquela. Oralmente, o depoente expressa não somente as suas ideias em relação à temática, que respondem aos questionamentos, mas, exprimem sentimentos, emoções, que influenciam o seu comportamento em relação a essa, que, por sua vez, dão outro significado ao seu depoimento.

A entrevista, na tradição oral, segundo Meihy (*ibid.*, p. 71-3), pode ser realizada

[...] com uma ou mais pessoas, ela remete às questões do passado longínquo que se manifestam pelo que chamamos folclore e pela transmissão geracional, de pais para filhos ou de indivíduos para indivíduos. [...] Além da observação constante, no caso da tradição oral, a entrevista deve abranger pessoas que sejam depositárias das tradições. Todo agrupamento humano – familiar ou não – tem alguém, quase sempre entre os mais velhos, que guarda a síntese da história do grupo. Essa pessoa é sempre indicada para ser entrevistada. Valendo-se dela, outras, pares, de gerações posteriores ou de segmentos diferentes, tanto em termos culturais quanto sociais, devem também ser envolvidas.

Vale destacar que se trata de uma tradição tão-somente oral, transmitida de indivíduo para indivíduo, de pais para filhos, de um grupo para outro, de geração a geração, sendo, por isso, designadas de narrativas emprestadas.

Considerando todo o exposto, é importante destacar o valor da história oral para esta pesquisa. Através de uma ex-normalista e das informações dadas por ela, chegamos a outras fontes orais e documentais. Ela foi um elemento essencial para o andamento deste estudo, sem a qual esta pesquisa não teria atingido o patamar atual, tampouco, teria se concretizado.

Aos poucos, após diversas conversas informais com ex-normalistas, despertamos para o fato de que eles poderiam ser utilizados em nossa pesquisa,

como colaboradores. Tantas informações dadas não poderiam ficar perdidas em meio a conversas. Ninguém melhor do que eles, que viveram tudo que ali acontecia, por anos, para relatarem o vivido naquela instituição, em Caicó e naquele período.

A necessidade de contar e registrar o processo histórico de implantação, consolidação e extinção da Escola Normal Regional de Caicó, no período de 1954 a 1962, a partir do vivido pelos ex-normalistas nessa instituição, levou-nos à História Oral.

Através de leituras sobre a História Oral, definimos o gênero dessa que poderia responder aos nossos objetivos, história oral temática, bem como o número de participantes, o(s) participante(s), o tipo de questionário, o número de entrevistas que seriam realizadas, etc., informações que serão detalhadas a seguir, na seção “Entrevista”.

Conhecido parte do *design* da pesquisa, convém-nos destacar os procedimentos metodológicos utilizados no processo de produção de informações, na análise e interpretação dos dados da pesquisa:

2.2.1 Revisão Bibliográfica

Desenvolve-se embasada em material já elaborado – livros, publicações periódicas e impressos diversos -, o que nos possibilita uma maior proximidade com o objeto de estudo. Dentre as obras utilizadas, estão: Aquino (2007), Assis (2016), Silva (2011), Sarmento (2013), Silva (2013), Soares (2016), Hervatini (2011), Gonçalves (2016), Sousa (2013), Urzedo (2004), Bezerra (2010; 2015), Neves (2015), Pinto (2007), Santiago (2015), Palhano (2014), Andrade (2006) e Graça (2012).

Cada uma dessas obras, com as discussões trazidas em seu âmago – Escola Normal e Curso Normal Regional -, contribuiu para a construção de nosso referencial teórico. Apropriamo-nos de cada uma, confrontando e dialogando com o nosso objeto de estudo.

São esses referenciais que, também, ajudaram-nos a estabelecer conexões “[...] com o entorno, com o movimento de interdependência social construído pelos homens na prática do vivido”, a entender o singular, a Escola Normal Regional de Caicó, a partir do universal, as realidades externas, entrelaçadas aos planos históricos “macro, meso e micro”. (SILVA, 2011, p. 29-33).

Em relação a isso, Sanfelice (2007, p. 77-8) destaca,

Os mergulhos feitos pelos pesquisadores no interior das instituições e suas tentativas de montar o quebra-cabeça que ali se lhe apresenta, em geral, para serem bem-sucedidos, exigem que eles busquem ar, para não se afogarem em águas turvas. Nenhuma instituição manifesta sua identidade plena apenas no interior dos seus muros, por isso é fundamental olhar para seu entorno.

Nesse sentido, para compreender o objeto de estudo, o pesquisador deve tomar os cuidados destacados pela autora, fazendo a leitura de fontes que tratem do entorno (contexto macro) da instituição em estudo - contexto social, histórico, econômico, político e cultural –, para compreender, de modo aprofundado, a sua história.

As leituras sobre as escolas normais, sobre os cursos normais regionais, sobre as políticas educacionais vigentes no período, bem como sobre o contexto social, histórico, econômico, político e cultural de Caicó naquele período, além de essenciais para a construção do referencial teórico desta, foram previamente fundamentais para a realização e condução das entrevistas.

2.2.2 Pesquisa Documental

A pesquisa documental “baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 55).

Segundo Bloch (2001, p. 73), são considerados documentos qualquer vestígio deixado pelo passado,

Quer se trate das ossadas emparedadas nas muralhas da Síria, de uma palavra cuja forma ou emprego revele um costume, de um relato escrito pela testemunha de uma cena antiga (ou recente), o que entendemos efetivamente por documentos senão um ‘vestígio’, quer dizer, a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar?

Dentre as fontes documentais utilizadas nesta pesquisa, e que traduziram os aspectos históricos da Escola Normal Regional de Caicó, estão: ficha de histórico escolar, certificados, estatuto da escola, fichas individuais de normalistas, jornais

editados pelos normalistas, caderneta escolar, boletim escolar dos alunos, boletim anual e normas da escola.

Ainda, fizemos um apanhado geral das legislações educacionais vigentes naquela época, de modo a compreendermos o impacto dessas na educação da região. Em relação a isso, Reis Filho (1998, p. 12-3) expressou,

Embora o Estado não participe dos debates de idéias e de doutrinas pedagógicas, é ele, em última instância, que poderá pela legislação, concretizar esta ou aquela corrente de idéias nas instituições pedagógicas. Os sistemas nacionais de Educação, em nossos dias, são organizados, controlados e evoluem ao impulso da ação legislativa. [...] Ora, é absolutamente impossível o levantamento histórico dos sistemas de instituições educacionais, sem o conhecimento de seus fundamentos legais. Evidentemente, não se esgota o conteúdo histórico de um sistema de ensino pelo conhecimento da lei que criou, o organizou e o controla. Mas, a lei forma o substrato sobre o qual a dinâmica das instituições vai se processar.

Para fins de nossa pesquisa, abordamos dentre os documentos legais: Decreto-Lei Federal n. 8.530, de 02 de janeiro de 1946; Portaria do M.E.S., nº 501, de 19 de maio de 1952; Decreto Estadual nº 165, de 19 de janeiro de 1922; Lei Estadual nº 82, de 10 de dezembro de 1936; Lei Estadual nº 105, de 20 de outubro de 1937; Lei Estadual nº 106, de 20 de outubro de 1937; Decreto-Lei Estadual n. 684, de 11 de fevereiro de 1947; Decreto-Lei Estadual n. 708, de 13 de junho de 1947; Lei n.º 204, de 7 de dezembro de 1949; Lei Estadual n. 621 de 06 de dezembro de 1951; Decreto Estadual n. 2.463, de 26 de Fevereiro de 1954; Lei Estadual n. 1.207, de 04 de fevereiro de 1955; Lei Estadual nº 2.171, de 6 de dezembro de 1957; Lei Estadual n. 2.639, de 23 de janeiro de 1960; Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual, na abertura dos seus trabalhos do ano de 1953, pelo Governador Sylvio Piza Pedroza; Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual, na abertura de seus trabalhos do ano de 1955, pelo Governador Sylvio Piza Pedroza; e, Mensagem apresentada pelo Governador Dinarte de Medeiros Mariz à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, em 1.º de junho de 1959.

Ainda, o *corpus* documental foi constituído por fotografias cedidas por ex-normalistas, volumes do jornal “A Fôlha”, periódico que circulava na cidade de Caicó, e “A República”, o que nos possibilitou o entendimento dos aspectos históricos, econômicos, sociais e educacionais que caracterizaram aquela época.

Vale enfatizar que esse *corpus* documental não foi submetido à análise. Ele foi utilizado para fazer “falar” o material selecionado para o *corpus* de análise, que são as narrativas da ex-normalista e as legislações vigentes no período.

Essa pesquisa documental, assim como a revisão bibliográfica, teve a sua importância na compreensão deste objeto de estudo, podendo ser considerada como “[...] Uma verdadeira arqueologia do saber”. (MAGALHÃES, 1999, p. 52). No que se refere a isso, Ludke; André (1986, p. 39) destacam,

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte ‘natural’ de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

Nesse sentido, por representar a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em uma determinada época, o documento se apresenta, nas diversas pesquisas históricas, que objetivam reconstituir algo de um passado distante, como insubstituível.

Em se tratando particularmente do estudo já realizado, a pesquisa documental se manifestou como indispensável para a compreensão de alguns dos aspectos que caracterizaram a Escola Normal Regional de Caicó, mas não como o único testemunho das atividades ocorridas no passado dessa instituição.

2.2.3 Entrevista

A entrevista consiste numa das etapas da história oral, que deve ser em realizada em degraus: pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista. (MEIHY, *ibid.*).

A pré-entrevista trata-se da fase preparatória para a entrevista, onde se realiza a apresentação do projeto para o colaborador, para que este tome conhecimento desse e do “terreno” onde pisará. Caso seja impossível a realização desse contato prévio, pessoalmente, por telefone ou carta, o autor poderá utilizar um intermediário para fazer isso. (MEIHY, *ibid.*). Em relação a isso, pode-se destacar que a maioria dos contatos realizados com as ex-normalistas foram pessoalmente. Visitamos esporadicamente, sempre que a atividade de pesquisa nos requisitava, a residência de Maria Elísia de Araújo Moraes, Rosa Maria de Araújo e de Teresinha M. de Jesus, que além de cederem materiais para esta pesquisa, contavam-nos,

informalmente, histórias diversas da Escola Normal Regional de Caicó. O contato com Maria de Lourdes Gois Sales, que, atualmente, mora em Fortaleza, deu-se por intermédio do irmão, que reside em Caicó. Todo o material concedido pela mesma foi enviado via correios.

Considerando o prazo estabelecido pelo Programa para defesa do projeto, máximo de dois anos, delimitamos o universo de sujeitos a serem entrevistados a um colaborador. No pré-projeto, objetivávamos a realização de entrevistas com ex-normalistas, ex-professores e com o ex-diretor, mas, tendo em vista esse pressuposto e alguns fatores que implicam diretamente na história oral - o ex-professor, João Agripino Dantas, com quem tínhamos contato, morreu em 2016. E o ex-diretor, José Celestino Galvão, encontra-se enfermo, sem condições de conceder entrevistas, uma vez que ora se lembra, ora se esquece dos acontecimentos passados -, fato que tornou a entrevista inviável.

A escolha do colaborador foi intencional e se deu após as diversas idas e vindas desta pesquisa. Para isso, estabelecemos alguns critérios e optamos por realizar entrevistas com Maria Elísia de Araújo Moraes, a ex-normalista que fez parte da primeira turma da Escola Normal Regional de Caicó, que, ao concluir, ingressou no Curso Pedagógico como aluna e, posteriormente, como professora, acompanhando toda a trajetória histórica dessa escola, desde a implantação, a consolidação e extinção, e ainda mora em Caicó, o que facilita o contato entre a entrevistadora e a colaboradora.

Moldando-se à escolha do colaborador e às características do gênero história oral temática, o roteiro da entrevista foi reelaborado, dividindo-se em três eixos, com o intuito de obter respostas para questões relativas à implantação, consolidação e extinção da Escola Normal Regional de Caicó, elementos que compõem o objetivo central desta pesquisa. (Ver Apêndice A).

Após a sua conclusão, o roteiro foi submetido à análise das professoras Dra. Maria Antônia Teixeira da Costa e Dra. Tânia Cristina Meira Garcia para apreciação e emissão de parecer sobre a pertinência do mesmo em relação aos objetivos propostos pela pesquisa. Dando importância ao parecer emitido, realizamos novamente algumas alterações nesse, finalizando-o para a entrevista, etapa em que se realizam as gravações. Conforme Meihy (*ibid.*, p. 86),

A entrevista, de acordo com o projeto, deve ser efetuada segundo a conveniência do entrevistado. As entrevistas podem ser: únicas ou múltiplas; estimuladas ou não (com presença de fotos, cartas, documentos em geral); diretivas ou não (com perguntas, questionários ou não, dependendo do ramo da história oral praticada); longas ou breves. Marcados locais e datas, munido de gravador testado anteriormente, para a sessão deve ser criado um clima de solidariedade profissional, aberto ao aconchego, à confiança e ao respeito.

Meihy (*ibid.*, p. 86) revela alguns detalhes que precisam ficar acertados antes do encontro: testes do material e gravação que conste o “[...] nome do projeto, a data, o nome do entrevistado, do entrevistador e o local da gravação.”.

No ato da gravação, esse autor recomenda que sendo necessária outra sessão, a data e o local devem ser acertados e constar na fita. Ainda, ele destaca que

[...] deve ficar registrado que a entrevista terá uma conferência e que nada será publicado sem autorização prévia do colaborador. A fim de evitar expectativas imediatistas, aconselha-se dizer que a transcrição é um processo demorado, que para cada hora gravada demora-se cerca de cinco para a transcrição e mais dez para os arranjos finais de edição. (MEIHY, *ibid.*, p. 87).

Todos esses detalhes são imprescindíveis para que o pesquisador realize uma entrevista bem-sucedida.

Como optamos pela realização de entrevistas recorrentes, em razão da delimitação do universo de sujeitos a serem entrevistados a um colaborador, e objetivando aprofundar as informações sobre a Escola Normal Regional de Caicó, ao final de cada entrevista, deixamos acertado a data e o local, em que seria realizada a nova sessão, retornando, após a transcrição de dados, o texto transcrito à colaboradora para possíveis reformulações e aprofundamento de questões não esclarecidas no momento anterior, característica da entrevista recorrente, que permite, “[...] que os dados [...] **sejam** ampliados e reformulados em função [...] **do** processo reflexivo e interativo **entre sujeito e pesquisador** ocorrido durante as entrevistas”. (PIMENTA; GHEIDIN; FRANCO, 2006, p.132, grifo da autora).

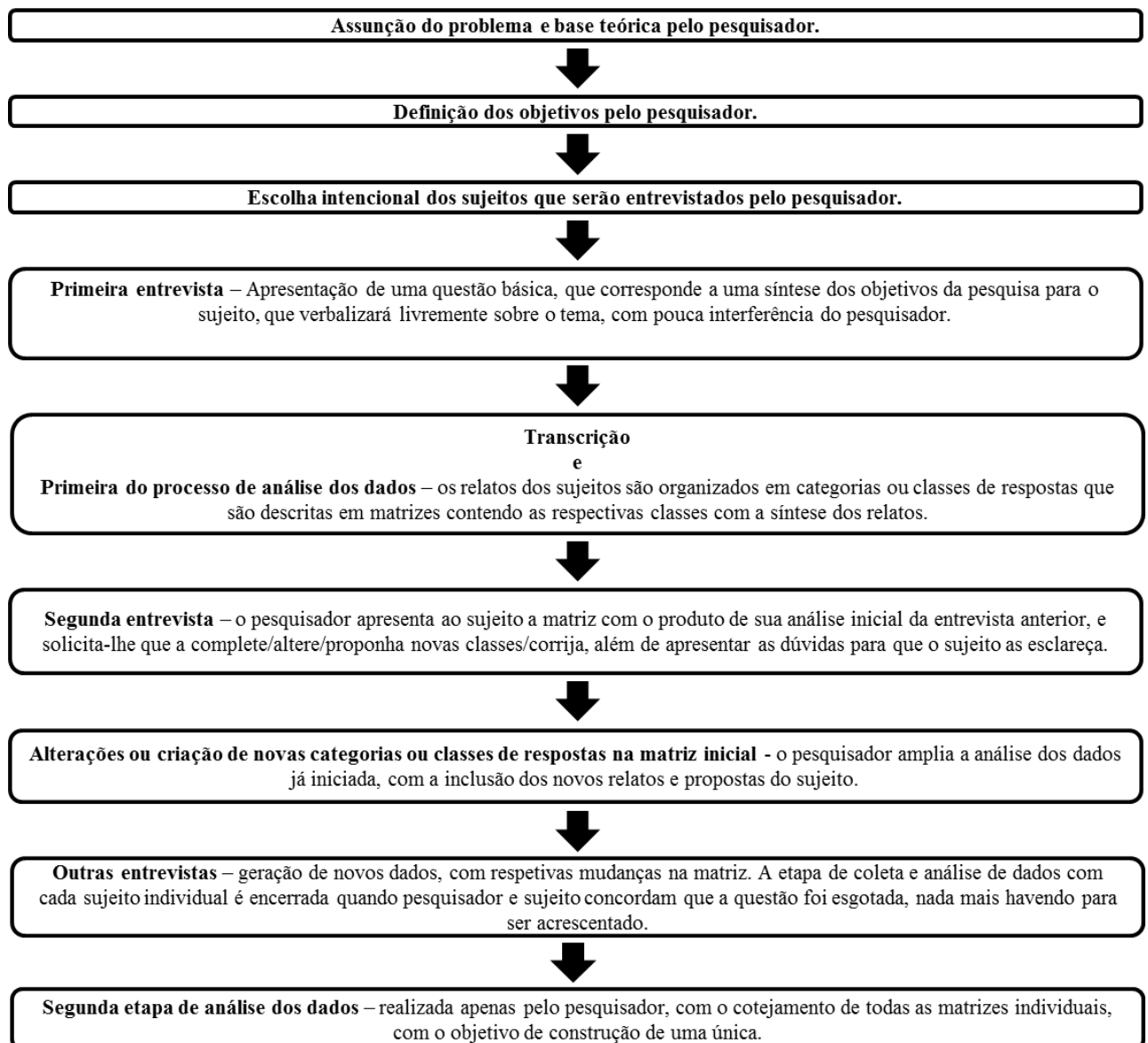
No tocante a entrevista recorrente, vale destacar,

[...] é o nome de um procedimento de coleta e análise de dados que vem sendo utilizado crescentemente na pesquisa qualitativa. [...] O procedimento citado pode ser caracterizado como um processo interativo entre

pesquisador e objeto, que propicia a construção do conhecimento sobre um tema de maneira partilhada e planejada. (LEITE; COLOMBO, 2006, p. 128).

Essa construção do conhecimento sobre um tema de maneira partilhada e planejada é percebida em cada etapa da entrevista recorrente. Vejamos a figura abaixo:

Figura 1 – Entrevista Recorrente



Fonte: Leite; Colombo (2006, p. 128-130)

O número de sessões foi definido pelo esgotamento da questão, nada mais havendo para ser acrescentado, o que foi acordado pela pesquisadora e colaboradora. Ao todo, realizamos quatro sessões.

Os horários e os espaços onde ocorreram as entrevistas foram marcados ao final de cada sessão com Maria Elísia de Araújo Moraes. Todos os encontros aconteceram na residência da ex-normalista, considerando a sua idade.

Após a(s) entrevista(s), etapa conhecida como pós-entrevista, o entrevistador deve manter alguns cuidados: fazer os agradecimentos ao(s) colaborador(es), através de cartas ou telefonemas, e, evitar devolver a(s) entrevista(s) com erros de datas, imprecisões de nomes citados e equívocos de digitação para o(s) colaborador(es). Em relação a essa etapa, Meihy (*ibid.*, p. 88) evidencia,

Um ponto importante em qualquer projeto de história oral remete à combinação entre o ritmo da realização das entrevistas e as transcrições. É necessário evitar o acúmulo de gravações e distâncias prolongadas entre uma etapa e outra. É comum recorrer situações em que depois de terminada a gravação o depoente conta algo importante. Quando isso ocorre, recomenda-se que seja chamada a atenção do colaborador e seja solicitada autorização para incluir o que foi dito no texto. Eventualmente, se acontecer de uma entrevista durar muito mais do que se espera e acabar a fita, deve-se avisar o narrador e sugerir novo encontro. Na impossibilidade de marcar outra sessão, como último caso, pode-se lançar mão do caderno de campo.

Todas essas recomendações, somadas as demais destacadas anteriormente, contribuem para a construção de um texto final condizente com os objetivos propostos no projeto, devendo, por isso, serem acatadas pelo oralista.

Ao término da entrevista, e antes de publicá-la, o oralista deve providenciar uma carta de cessão, que deve definir o uso dessa e deve ser assinada pelo colaborador.

[...] Toda entrevista, depois de acabada, deve ter um duplo termo de cessão assinado pelo depoente. Ainda que ambos possam ser assinados em uma só carta, faz-se imperiosa a explicitação se é dada a autorização para se ouvir a fita (toda ou em parte) e/ou ser lida e usada a transcrição (toda e/ou em parte). É por meio desse documento que se garante a existência pública do depoimento e os direitos de uso da entrevista (gravada ou escrita). (MEIHY, *ibid.*, p. 52).

Além de pedir autorização para usar a entrevista, o oralista deve ter o cuidado de consultar o colaborador em relação ao anonimato da publicação. O anonimato é

utilizado em casos que envolvem pessoas públicas, artistas, políticos, drogados, portadores de doenças, dentre outros como forma de proteção à identidade do depoente para não expor a si ou a família e evitar constrangimentos. No que concerne a isso, esse escritor (*ibid.*) ressalta,

[...] Isso ocorre quando, para evitar constrangimentos que envolvem terceiros, muda-se o nome da pessoa e alterem-se as situações da história ou da versão de algum fato capaz de possibilitar a precisão dos casos [...] Projetos que trabalham com situações de risco, de vexames, de impressões sobre outros podem valer-se da invisibilidade. Contudo, na apresentação do trabalho deve ficar claro o nível e as razões do 'disfarce'. Nesses casos, também é importante que se tenha a autorização do colaborador para se publicar o depoimento. Da mesma forma o leitor deve ficar avisado. Existem grupos de leitores que criticam negativamente esse procedimento, mas em determinadas ocorrências ele é plenamente justificado e até recomendado [...]. (MEIHY, *ibid.*, p. 52-3).

Assim, o anonimato, direito que está relacionado intimamente à privacidade, deve ser respeitado pelo oralista, tratando essas questões extremamente delicadas com muita ética.

Além do que já foi destacado acima, esse autor (*ibid.*, p. 55) enfatiza que, na apresentação do texto final, o oralista deve anular as suas interferências de forma a dar destaque ao entrevistado, "O narrador, até a finalização do processo de entrevista, é a razão do trabalho. Para o autor significa que, quanto mais 'oculto' estiver, quanto menos aparecer, melhor será o resultado de seu empenho.". A respeito disso, ele acrescenta,

É verdade que há oralistas que defendem a participação ativa do entrevistador como alguém que faz mais do que mediar, sendo que realmente conduz a sessão e o projeto. Nas chamadas entrevistas fechadas, o entrevistador estabelece, direciona a conversa e procede segundo seus interesses que, na maioria das vezes, molda o 'eu' do narrador segundo a imagem e semelhança de quem entrevista. Nesses casos – normalmente os que têm posturas mais conservadoras –, mantém-se a interferência do interlocutor como prova evidente e inequívoca da intenção das entrevistas que devem orientar-se para a resposta de alguns pressupostos enunciados no projeto. Essa é, contudo, uma tendência declinante no mundo todo, em particular nos círculos que percebem a história oral com um procedimento renovado, que respeita a voz dos colaboradores. (MEIHY, *ibid.*, p. 55).

Novamente vem à tona uma questão básica, já discutida em outros momentos neste texto: é preciso que o oralista assuma, em entrevistas, uma postura ética.

À vista disso, vale enfatizar que ao término das entrevistas, tomamos todos os cuidados e precauções, apontados por Meihy (*ibid.*), para garantir que as informações apresentadas nesta pesquisa fossem utilizadas dentro dos padrões éticos e científicos, respeitando todos os sujeitos em sua integridade e dignidade. Produzimos duas cartas, uma referente à cessão da entrevista e outra alusiva a cessão de fotografia e outros materiais, ambas autorizando a publicação dessas integralmente ou em partes, sem restrições de prazo. Ainda, consultamos as ex-normalistas quanto ao uso de seus nomes no trabalho, recebendo autorização para isso.

Diante de todo o exposto, pode-se frisar que a entrevista, pela sua natureza de sondagem, apresentou-se como uma possibilidade de diálogo com as informações obtidas na revisão bibliográfica e documental, permitindo além da coleta de novas informações, o aprofundamento de informações já obtidas nessas pesquisas, servindo como mola propulsora na construção de nosso objeto de estudo.

2.2.4 Análise de Conteúdo (AC)

É um dos procedimentos de análise de dados que, durante muito tempo, por carregar marcas positivistas – medida, objetividade, neutralidade e quantificação -, sofreu fortes críticas de uma parte de pesquisadores, que a rejeitavam pela sua nítida improficuidade nos resultados promovidos, informações puramente descritivas, processadas e analisadas sem a participação ativa do pesquisador, que contribuíam muito pouco para a compreensão das características de seus produtores, entrave para o crescimento do seu uso nas pesquisas. (FRANCO, 2012).

Em relação à forma como era vista, Franco (*ibid.*, p. 09) destaca, “[...] conjunto de regras estéreis que, em geral, consumia muito tempo, na busca de um consenso, mas, que ao final exibia um produto fragmentado, mediante a quantificação inútil de um discurso carente de maior significado social.”.

Anos depois, com a sua utilização na produção de inferências²² acerca de dados verbais e/ou simbólicos, a análise de conteúdo conquistou seu espaço nas

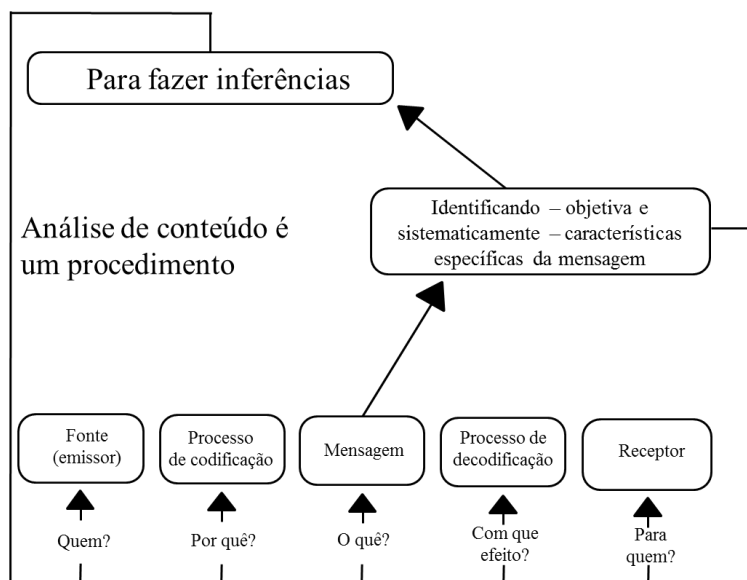
²² Palavra utilizada por Bardin (1977) para se referir as conclusões do pesquisador acerca do conteúdo de uma mensagem, resultantes de comparações de dados (discurso, símbolos, teorias, indivíduo e sociedade).

pesquisas, passando a ser considerado como um procedimento eficaz para testar hipóteses, o que contribuiu para o crescimento do seu uso nesse contexto. Entretanto, a AC deixa de ser meramente descritiva para ser expressa a partir de comparações contextuais, resultantes das inferências feitas pelo pesquisador, a partir da sua “[...] sensibilidade, [...] intencionalidade e [...] competência”, processo que exige desse um maior conhecimento teórico e que produz resultados teoricamente mais relevantes. (FRANCO, *ibid.*, p. 17). No tocante a isso, a autora aponta,

[...] Uma informação puramente descritiva não relacionada a outros atributos ou às características do emissor é de pequeno valor. Um dado sobre o conteúdo de uma mensagem deve, necessariamente, estar relacionado no mínimo, a outro dado. O liame entre este tipo de relação deve ser representado por alguma forma de teoria [...]. (FRANCO, *ibid.*, p. 16).

Nessa perspectiva, a análise de conteúdo parte da mensagem – verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada -, que, articulada às condições contextuais de seus produtores, expressa um significado e um sentido, variável inferida, que deve ser comparada e classificada pelo pesquisador, quantitativamente, ou não, dependendo de seus objetivos e do número de entrevistados. (FRANCO, *ibid.*). Para compreender melhor o que foi dito anteriormente em relação às características definidoras da AC, vejamos a figura abaixo:

Figura 2 – Características da Análise de Conteúdo



Fonte: Franco (*ibid.*, p. 25)

Conforme a figura 2, que sintetiza as suas características, a análise de conteúdo é um procedimento de análise de dados que está diretamente relacionado à comunicação, envolvendo todos os seus elementos – emissor, processo de codificação, mensagem, processo de decodificação e receptor. A AC tem como foco a análise da mensagem, buscando produzir, inicialmente, inferências sobre os conteúdos manifestos²³, e, a posteriori, sobre os latentes²⁴ dispostos. Representa um sistema fechado, uma vez que, feito às inferências, o pesquisador poderá regressar ao ponto inicial da análise da mensagem para novamente identificar as suas características específicas.

Sobre isso, Franco (*ibid.*, p. 30) recuperando uma analogia entre o que é produzido na química e na análise de conteúdo, feita por Mucchielli, em 1977, afirma que assim como naquela, o conteúdo dessa está lá disposto, manifesto e/ou oculto, precisando ser apenas analisado pelo pesquisador, que não deve extrapolá-lo. O pesquisador deve iniciar o seu processo de análise pelo conteúdo manifesto, o que não descarta “[...] a possibilidade de se realizar uma sólida análise acerca do conteúdo ‘oculto’ das mensagens e de suas entrelinhas, o que nos encaminha para além do que se pode ser identificado e classificado para o que pode ser decifrado mediante códigos especiais e simbólicos.”.

Nesse sentido, Franco (*ibid.*) afirma, corroborando com Mucchielli, que a análise de conteúdo, pode ser representada a partir de três campos (métodos lógico-estéticos e formais, métodos lógico-semânticos e métodos semânticos e semântico-estruturais), situados entre o domínio da Linguística à Hermenêutica. Vejamos:

Quadro 2 – Os três campos de Análise de Conteúdo

²³ Expressão usada por Bardin (*ibid.*, p. 162) para se referir ao “conteúdo explícito” da mensagem.

²⁴ Vocábulo empregado por Bardin (*ibid.*, p. 9) para conceituar o conteúdo “escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem”, compreensível nas entrelinhas, que está relacionado ao contexto social e histórico de produção.

Domínio da Linguística	Métodos Lógico- Estéticos e Formais	Métodos Lógico- Semânticos	Métodos Semânticos e Semântico- Estruturais	Hermenêutica
------------------------	--	-------------------------------	--	--------------

Fonte: Franco (*ibid.*, p. 35)

De acordo com o exposto no quadro, cada um desses métodos possui limites claros e bem definidos, estabelecidos e delimitados pelos objetivos aos quais se propõem. (FRANCO, *ibid.*).

Os métodos lógicos-estéticos e formais, por estarem na fronteira com o domínio da Linguística, dedicam-se aos aspectos formais/construção composicional²⁵ específicos do autor ou do texto. (FRANCO, *ibid.*).

Os métodos lógico-semânticos, situados entre os métodos lógico-estéticos e formais e os métodos semânticos e semânticos-estruturais, classificam, como o próprio nome já sugere, de forma lógica, os conteúdos manifestos, imediatamente acessíveis, após a análise e interpretação de seus valores semânticos. (FRANCO, *ibid.*).

Os métodos semânticos e semântico-estruturais, fronteiriços com a hermenêutica, aplicam-se tão somente aos aspectos semânticos, psicológicos-semânticos (campo semântico de uma imagem ou de um enunciado) e lógico-semântico-estruturais (universos psicossociosemânticos ou sóciossemânticos mais amplos). (FRANCO, *ibid.*).

Compreendido os três campos que representam a análise de conteúdo, os desafios que se colocam ao pesquisador, que se propõe a trabalhar com AC, são, sucessivamente:

1. Definição das Unidades de Análise: são as possibilidades de categorização do conteúdo a ser analisado, que, segundo Franco (*ibid.*), podem ser

²⁵ Sentença empregada por Bakthin (2003) para designar às características relacionadas aos procedimentos de sua construção, ao estilo, as relações, a organização, a disposição e ao acabamento da totalidade discursiva.

classificadas em: unidades de registro (menor parte) e unidades de contexto (parte mais ampla).

Existem quatro (4) tipos de unidades de registro, que são definidos pelas características específicas destacadas no quadro abaixo:

Quadro 3 – Tipos e Características das Unidades de Registro

Unidades de Registro	TIPO	CARACTERIZAÇÃO	CAMPOS DE ATUAÇÃO	LIMITAÇÕES
	Palavra	- Menor parte da unidade de registro: palavra (oral e/ou escrita), símbolo ou termo.	- Estudos de fidedignidade; - Pesquisas que objetivam detectar a frequência relativa de certos símbolos políticos; - Pesquisas da psicoterapia; - Pesquisas de estudos literários.	- Produção de um grande volume de dados.
	Tema	- Unidade de registro retirada do assunto de um determinado texto, declarado numa frase (sentença simples), em várias frases ou num parágrafo.	- Estudos sobre propaganda, representações sociais, opiniões, expectativas, valores, conceitos, atitudes e crenças.	- O tempo exigido para a coleta de dados é maior frente às outras unidades de registro; - Limites não facilmente identificáveis ²⁶ .
	Personagem	- Unidade de registro retirada a partir da classificação de pessoas particulares, considerando o nível socioeconômico, etnia, educação, escolaridade, nacionalidade, religião.	- Análises de autores de histórias, de dramas, de biografias, de programas de televisão, de filmes e das múltiplas modalidades que podem ser enquadradas nos veículos de comunicação de massa.	-
	Item	- Unidade de registro retirada de alguns atributos definidores do item analisado.	- Em texto, artigo literário, livro ou programa de rádio, caracterizados a partir de alguns	- Possibilidades de apresentação de problemas de classificação dos atributos em duas ou mais

²⁶ Em relação a isso, Holsti (*apud* FRANCO, *ibid.*, p. 46), destacou: “Esse processo de redução de unidades de sentido em unidades temáticas, desde que não seja bem feito, pode prejudicar seriamente a fidedignidade da análise. Para evitar equívocos, prejuízos e limitações é importante que as propriedades estruturais das unidades temáticas estejam precisamente definidas.”

			atributos definidores.	categorias.
--	--	--	---------------------------	-------------

Fonte: Franco (*ibid.*, p. 35)

Essas unidades de registro são complementares, podendo ser utilizadas de forma combinada em uma mesma análise, de modo a obter interpretações mais amplas. (FRANCO, *ibid.*).

As unidades de contexto dizem respeito, como sugere o nome, ao contexto, próximo ou longínquo, da unidade de registro, que a imprime significado. Nesse sentido, Franco (*ibid.*, p. 50), referenciando Bardin, declara:

A unidade de contexto deve ser considerada e tratada como a unidade básica para a compreensão da codificação da unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são excelentes para a compreensão do significado exato da unidade de registro. *‘Isto pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema’.*

Sem o entendimento das dimensões de uma unidade de contexto como a unidade básica para a compreensão da codificação da unidade de registro, seria impossível a compreensão do significado exato dessa unidade.

Essas unidades de contexto podem ser definidas, segundo Bardin (*ibid.*, p. 108), a partir de dois critérios:

[...] o custo e a pertinência. É evidente que uma unidade de contexto alargado, exige uma releitura do meio, mais vasta. Por outro lado, existe uma dimensão ótima, no nível do sentido, se a unidade de contexto for demasiado pequena ou demasiado grande, já não se encontra adaptada; também aqui são determinantes, quer o tipo de material, quer o quadro teórico. De qualquer modo, é possível testar as unidades de contexto em pequenas amostras, a fim de que nos asseguremos que operamos com instrumentos mais adequados.

Assim, por serem diferentes e variadas, as unidades de contexto podem gerar análises diversas. (FRANCO, *ibid.*).

2. Pré-análise/Organização da análise: fase onde são feitas as primeiras buscas, intuições e contatos com os materiais, que resultam na escolha de documentos, na formulação das hipóteses e/ou dos objetivos e na elaboração dos

indicadores. São atividades da pré-análise: a “leitura flutuante”²⁷, a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e a referência aos índices. (FRANCO, *ibid.*).

Na “leitura flutuante”, o pesquisador estabelece contato com os documentos a serem analisados, conhecendo o conteúdo (textos e mensagens) neles contidos, obliquando-se para as “[...] impressões, representações, conhecimentos e expectativas”. (FRANCO, *ibid.*, p. 54).

Na escolha dos documentos, o pesquisador elege o universo de documentos, que forneçam informações sobre o tema escolhido, sobre os quais realizará a análise, constituindo assim, necessariamente, em muitas vezes, o *corpus* da pesquisa, que implica, segundo Bardin (*ibid.*, p. 97), “[...] escolhas, seleções e regras”. As principais regras para a constituição do *corpus* são: exaustividade, representatividade e homogeneidade. (FRANCO, *ibid.*).

A exaustividade é a regra que dita que, o pesquisador, definido o campo do *corpus* de sua pesquisa, deverá dar conta, em sua análise, de todos os elementos desse, de modo à “[...] configurar e esclarecer o contexto e as condições sociais e políticas presente e, historicamente, contidas nas mensagens emitidas.”. (FRANCO, *ibid.*, p. 55).

A representatividade é a regra utilizada quando se tem um material demasiadamente volumoso a ser analisado, que permite que a análise seja realizada a partir de amostras, sob a condição de que essas sejam partes representativas do universo inicial, heterogêneo, que pode fazer-se ao acaso ou por quotas, ou homogêneo. Em relação a isso, Franco (*ibid.*, p. 56) acrescenta,

[...] é preciso lembrar que nem todo o material a ser analisado é susceptível à obtenção de uma amostragem. E, neste caso, é preferível reduzir o próprio universo (e, portanto o alcance da análise) para garantir maior relevância, maior significado e maior consistência daquilo que é realmente importante destacar e aprofundar no estudo em questão.

Essa medida de redução do universo só acontecerá havendo a impossibilidade de representatividade do universo inicial.

A homogeneidade é a regra que impõe que “[...] os documentos a ser analisados devem ser homogêneos [...] devem obedecer a critérios precisos de

²⁷ Vocábulo usado por Freud, na Psicanálise, para se referir à leitura oblíqua, atenta a tudo o que provoca a expectativa do leitor. (GREEN, 1983).

escolha e não apresentar demasiada singularidade que extrapolem os critérios e os objetivos definidos [...]”. (FRANCO, *ibid.*, p. 56-7).

A formulação de hipótese não é uma atividade obrigatória da pré-análise, mas é extremamente importante para orientar o trabalho realizado no processo da análise de conteúdo. Ancoradas em mensagens emitidas (hipóteses explícitas) ou não (hipóteses implícitas), as hipóteses são afirmações provisórias realizadas pelo pesquisador, a partir do conhecimento que possui acerca do objeto de estudo, bem como das primeiras leituras realizadas acerca desse, que são verificadas, na análise dos dados, podendo ou não ser confirmadas ao final desse processo. Como tal, erigem interpretações, dão significado do texto, extraindo tudo o que nele se contém, possibilitando o levantamento de outras hipóteses e revelando seu sentido real. (FRANCO, *ibid.*).

A referência aos índices observada nos documentos, de forma subjacente ou explícita, é um pré-requisito para a elaboração de indicadores, que são gerados a partir da identificação da frequência de ocorrência em que esses índices são mencionados. Essa atividade, que consiste em reter índices relacionados às suas respectivas frequências de ocorrência, é extremamente importante para a efetivação de uma análise de conteúdo mais consistente e uma interpretação mais significativa sobre um tema. (FRANCO, *ibid.*).

3. Definição de categorias/categorização: é a classificação de elementos, que são agrupados, por diferenciação seguida de reagrupamentos, conforme quatro critérios: semântico (relação do elemento a uma temática), sintático (função do elemento), léxico (palavras agrupadas conforme o seu sentido) e expressivo (palavras classificadas como perturbações da linguagem). Os principais requisitos para a criação de categoria são: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidedignidade, e, produtividade. (FRANCO, *ibid.*). (BARDIN, *ibid.*).

- Exclusão mútua: a categorização deve ser orientada por um único princípio de classificação, exclusão mútua, que depende da homogeneidade dos elementos. Essa técnica evita que, em um mesmo conjunto categorial, funcione dois ou mais elementos com uma dimensão de análise. (BARDIN, *ibid.*, p. 120).

- Homogeneidade: princípio que garante “[...] Num mesmo conjunto categorial, só se pode funcionar com um registo e com uma dimensão da análise. Diferentes níveis de análise devem ser separados em outras tantas análises sucessivas.”. (BARDIN, *ibid.*, p. 120).

- Pertinência: a criação de categorias deve ser feita considerando o material de análise escolhido e o quadro teórico definido, bem como refletir os objetivos da pesquisa, para que elas sejam consideradas pertinentes e adequadamente dentro da pesquisa. Caso contrário, a categoria será considerada impertinente para a pesquisa. (BARDIN, *ibid.*).

- Objetividade e fidedignidade: princípio que dita que “[...] As diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises. As distorções devidas à subjectividade dos codificadores e à variação dos juízos não se produzem se a escolha e a definição das categorias forem bem estabelecidas.”. (BARDIN, *ibid.*, p. 120).

- Produtividade: Um grupo de categorias é considerado produtivo quando “[...] fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exactos.”. (BARDIN, *ibid.*, p. 120-1).

Diante do evidenciado, é possível afirmar que o que está posto nas mensagens emitidas nas narrativas da ex-normalista, conteúdo implícito e explícito, é suficiente para alcançarmos o objetivo central desta pesquisa, que aqui reiteramos, “Analisar o processo histórico de implantação, consolidação e de extinção da Escola Normal Regional de Caicó-RN, entre os anos de 1954 e 1962, sob a perspectiva de uma ex-normalista e das legislações desse período”, por isso, optamos por esse procedimento de análise de dados. Seja evidente ou nas entrelinhas, o dito está ali, no conteúdo da mensagem emitida, o que pode ser compreendido a partir de uma análise bem aprofundada.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, abranger apenas uma entrevistada e trabalhar com o tema como unidade de registro, a análise do conteúdo foi feita sem quantificar dados, focando-se apenas no significado e no sentido das asserções, o que será exposto no capítulo 4 desta, parte em que descrevemos os procedimentos, a pré-análise e a criação de categorias.

3 O ENSINO NORMAL NORTE-RIO-GRANDENSE

[...] Nada é isolado. Isolar um fato, fenômeno e depois conservá-lo pelo entendimento neste isolamento, é privá-lo de sentido, de explicação, de conteúdo. É imobilizá-lo artificialmente, matá-lo.
(Henri Lefèbvre)

Neste capítulo, abordo historicamente o Ensino Normal norte-rio-grandense, dando ênfase ao surgimento dos Cursos Normais Regionais, e, em especial, ao Curso Normal Regional de Caicó, contextualizando-a.

3.1 DAS ESCOLAS NORMAIS AOS CURSOS NORMAIS REGIONAIS

A primeira escola normal norte-rio-grandense que se tem notícia foi instituída em 1873, no final do século XIX (Império), e, após 28 anos da primeira escola normal brasileira, criada em 1835, em Niterói. Após alguns anos, no período republicano, outros cursos normais foram surgindo em nosso Estado, conforme dados cruzados entre a Lei nº 621 de 06 de dezembro de 1951, relatórios do INEP e mensagens governamentais proferidas no período de 1949 a 1955²⁸: Mossoró (1922), Pau dos Ferros (1949), Martins (1951), Santa Cruz (1951), Santana do Matos (1951), Florânia (1951), Nova Cruz (1951), Angicos (1951), Macau (1951), Currais Novos (1952), Alexandria (1951), Apodi (1951), Ceará-Mirim (1951), Caraúbas (1951), Assú (1951), Acari (1953), Parelhas (1953), Jardim do Seridó (1953), Areia Branca (195?)²⁹ e Caicó (1954)³⁰.

A implantação desses cursos de formação de professores era vista como solução viabilizadora para promover o progresso econômico e social traçado no projeto republicano de modernização da sociedade, frente aos resultados insatisfatórios produzidos nas escolas primárias, desde o período imperial,

²⁸ Algumas escolas criadas através dessa lei não apareciam em mensagens governamentais, nem tão pouco nos relatórios do INEP.

²⁹ Apesar de ser citada em relatórios do INEP, não encontramos nada em relação à implantação da Escola Normal Regional nesta cidade, nos documentos pesquisados.

³⁰ Criada mediante mandato, através do Decreto n.º 2.463, de 26 de Fevereiro de 1954.

ênfatizados pelos Presidentes da Província em suas mensagens governamentais. Dr. Joaquim da Cunha, no dia 23 de julho de 1851, declarou³¹

Não é satisfactorio o estado da instrução primaria: a muitos pais faltam meios para mandar filhos ás escolas, outros não teem persistencia em conserval-os nellas, ou pouco se importam com o seu adiantamento; os ordenados dos professores não convidão; e estes, pela maior parte, são inábeis. (LIMA, *ibid.*, p. 68).

Os problemas que afetavam o ensino primário estavam relacionados, principalmente, conforme o evidenciado, ao despreparo dos professores, o que exigia, conseqüentemente, a criação de escolas normais na província. (LIMA, *ibid.*). Não adiantava implantar escolas primárias se o problema relacionado à formação de professores persistisse, preocupação que perdurou de 1827, com a promulgação da Lei de 15 de outubro de 1827 que provocou, na Província do RN, a criação de 18 escolas de primeiras letras³², até meados da década de 1950, quando foram criados os últimos cursos normais no Estado. À medida que o número de escolas primárias crescia, novos cursos normais foram sendo criados, expandindo-se de maneira gradual e articulados com aquelas, objetivando a preparação de seus professores.

Em 1873, após 46 anos da publicação dessa lei, foi criada, pelo Presidente da Província do Rio Grande do Norte, João Capistrano Bandeira de Melo Filho, a primeira escola normal de instrução primária norte-rio-grandense para ambos os sexos (masculino e feminino), em Natal, através da Lei n.º 671 de 5 de agosto de 1873, e, regida pelo Regulamento n.º 29 de 12 de janeiro de 1874³³. A escola começou a funcionar nas dependências do Atheneu norte-rio-grandense, no início de março desse mesmo ano, matriculando um total de 20 alunos, dos quais 5 foram aprovados nos exames – que correspondem a 25% do total de matrículas -, situação que perdurou nos anos posteriores, em 1875, 1876 e 1877. Nesse ano, por não corresponder aos fins que levaram a sua criação, a escola normal de instrução

³¹ A citação, assim como as demais utilizadas nesta dissertação, foi transcrita literalmente do texto original, respeitando a ortografia da época em que o texto foi produzido.

³² Natal-Cidade Alta (uma feminina), Assú (uma feminina e uma masculina), Ribeira (uma masculina), Touros (uma masculina), Goyaninha (uma masculina), Nísia Floresta, antiga Papary, (uma masculina), Extremoz (uma masculina), São Gonçalo (uma masculina), Mossoró (uma masculina), Apody (uma masculina), São José (duas masculina), Sant'ana (uma masculina), Príncipe, atualmente conhecida como Caicó, (uma masculina), Arez (uma masculina), Port'Alegre (uma masculina) e Villa Flôr (uma masculina). (LIMA, 1827, p. 46).

³³ Curso Normal com duração de 2 anos, e, programa de ensino composto por seis matérias: Português; Aritmética; Geometria; Geografia; Caligrafia e Pedagogia. (SILVA, 2013).

primária de Natal foi extinta pela Lei n.º 809 de 19 de novembro de 1877. (LIMA, *ibid.*).

A segunda escola normal foi criada através do decreto n.º 13 de 8 de fevereiro de 1890 e seria implantada em Natal, mas nunca chegou, de fato, a funcionar, permanecendo projetada apenas no papel, devido ao afastamento do então governador Adolpho Affonso da Silva Gordo (06/12/1889 – 08/02/1890), responsável por formular as bases de um projeto sobre instrução, e da desvinculação do relator do projeto, Augusto Leopoldo. (LIMA, *ibid.*).

A terceira escola normal, exclusivamente masculina, foi criada pelo decreto n.º 21 de 4 de abril de 1893³⁴, instalada em 1896, em Natal, e, extinta em 1901, por falta de recursos e alunos, pelo governador Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1900-1904), diplomando, assim, apenas cinco professores. (LIMA, *ibid.*).

Apesar da reforma no ensino primário, decretada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1892-1896), nos primeiros anos da República, através do Decreto n.º 18 de 30 de setembro de 1892, que estabeleceu a reforma geral do ensino primário, e, devido ao pequeno número de professores diplomados nessas instituições, aliado à extinção dessas escolas normais, os problemas que afetavam o ensino primário mantiveram-se.

Como testemunhos dessa situação estavam os discursos proferidos pelo governador Alberto Maranhão (1900-1904), os quais evidenciavam que a situação do ensino primário continuava desanimadora e deplorável há alguns anos, devido “a incapacidade dos professores, com raras exceções, «atrazadíssimos», e a sua «incuria» relativamente aos fins da educação”. (LIMA, *ibid.*, p. 151).

Tentando solucionar esse problema, outras propostas de reformas foram apresentadas pelo governador Antonio de Souza (1907-1908), através da Lei nº 249 de 22 de novembro de 1907, mas não obtiveram sucesso devido ao despreparo técnico de quem iria executar. (LIMA, *ibid.*).

Finalmente, as tentativas de reformar o ensino no Rio Grande do Norte ganharam um novo fôlego com a reforma proposta pelo governador Alberto

³⁴ Curso Profissional do Magistério Primário com duração de 3 anos, e, programa de ensino composto por quatorze matérias: Português; Francês; Aritmética; Geometria; Geografia Física; Geografia Política; História Antiga, Média e Contemporânea; Física e Química; História Natural e Higiene; Sociologia, Moral e Pedagogia; História do Brasil; História da Literatura Nacional; Música, Desenho, Caligrafia e Ginástica; e Estudo Prático na Escola Anexa. (SILVA, *ibid.*).

Maranhão (1908-1914), que decretou, em 28 de abril de 1908³⁵, “[...] a reforma integral da instrução primária e secundária e a criação do curso profissional pedagógico, nos termos da autorização ampla da Lei n.º 249, de 22 de novembro de 1907.”. (LIMA, *ibid.*, p. 167).

A partir dessa reforma, foi reinstalada a escola normal de Natal, em 13 de maio de 1908, agora voltada para o sexo feminino³⁶, e o Grupo Escolar Augusto Severo, bem como foram criados vinte e quatro (24) grupos escolares no interior do Rio Grande do Norte³⁷. (LIMA, *ibid.*).

Neste período, após três tentativas não exitosas, a Escola Normal de Natal conseguiu prosperar, tornando-se, por seu pioneirismo, modelo de referência na formação docente no Rio Grande do Norte. “Na década de 1920, por exemplo, a Escola Normal de Natal constituiu-se num ponto de irradiação e de convergência das discussões referentes à educação, atuando não só no âmbito do discurso mas contribuindo na criação de instituições culturais [...]”. (AQUINO, *ibid.*, p. 50).

Entre 1910 e 1917, o Curso Normal de Natal passou por configurações distintas, que se traduziram no Código de Ensino (1910)³⁸, no Código de Ensino (1911; 1913)³⁹, na Lei Orgânica de Ensino (1916)⁴⁰ e no Regulamento da Escola Normal de Natal (1917)⁴¹. (SILVA, *ibid.*).

³⁵ Curso Normal de 3 anos, e, programa de ensino composto por dezessete matérias: Português; Francês; Aritmética Elementar; Álgebra Elementar; Desenho Geométrico; Geografia Geral; Corografia do Brasil; Noções de História Natural e Higiene; História do Brasil; Caligrafia Escrita e Mecânica; Noções de Física e Química; Pedagogia, Instrução Moral e Cívica; Economia Doméstica e Legislação Escolar; Desenho de Ornato e Figura; Trabalhos Manuais; Exercícios Físicos; Prática na Escola Modelo.

³⁶ De 1908 até 1947, ano em que o sistema do ensino normal do Rio Grande do Norte foi adaptado à Legislação Federal, através do Decreto-lei n.º 684, de 11 de fevereiro de 1947.

³⁷ Em Mossoró, Caicó, Acari, Caraúbas, Martins, Serra Negra, São José de Mipibu, Goianinha, Pedro Velho (antiga Vila Pedro Velho), Jardim do Seridó, Nísia Floresta (antiga Papari), Pau dos Ferros, Arês, Assu, Macaíba, Currais Novos, Apodi, Angicos, Nova Cruz, Luís Gomes, Ceará Mirim, São Gonçalo do Amarante, bairro do Alecrim e em Canguaretama.

³⁸ Decreto n.º 239, de 15 de dezembro de 1910. Em relação a esse decreto, Silva (*ibid.*, p. 109-110) destaca, “[...] O Código de Ensino (1910) ratificou [...] o corpo de conhecimento da formação dos alunos-mestres que contemplava o ensino de matérias de cunho literário, como Português, Noções de Latim Comparado, Francês Prático e Teórico, Inglês Prático e Teórico, Geografia, História do Brasil e da Civilização e Música. Além de matérias de caráter científico e técnico, a exemplo de Aritmética, Álgebra e Geometria Concreta, Noções de Física, Química, História Natural e Higiene, Desenho Natural, Caligrafia, Trabalhos Manuais e Exercícios Físicos. Completavam a formação do professor primário elementos pedagógicos e morais, provenientes do aprendizado de Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, Economia Doméstica e Legislação Escolar e Prática na Escola Modelo.”.

³⁹ Através, respectivamente, dos Decretos n.º 261, de 28 de dezembro de 1911 e n.º 359, de 22 de dezembro de 1913, “[...] apresentaram variações no plano de ensino as quais concerniam a substituições nas nomenclaturas que não atingiam a essência do conteúdo, a saber: a matéria Instrução Moral e Cívica foi substituída por Moral e Civismo; Álgebra e Geometria Concreta trocada por Álgebra e Morfologia Geométrica; e, por fim, realçadas especificidades quanto aos sexos na matéria Exercícios Físicos.”. (SILVA, *ibid.*, p. 109-110).

Dando continuidade às reformas iniciadas no governo de Alberto Maranhão, entre 1914 e 1919, o desembargador Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920) criou sete novos grupos escolares nos municípios de Santa Cruz⁴², Areia Branca⁴³, Santana do Matos⁴⁴, São Miguel (antiga São Miguel de Pau dos Ferros)⁴⁵, Taipu⁴⁶, Parelhas⁴⁷ e Augusto Severo⁴⁸, o que exigia para atender às demandas das diversas escolas primárias um maior número de professores diplomados, e, por conseguinte, a criação de novas escolas normais. (LIMA, *ibid.*, p. 169-170).

Assim, em 1922, Joaquim Ferreira Chaves instituiu, através do decreto n.º 165 de 19 de janeiro, a criação da segunda escola normal do RN, desta vez no interior do estado, na cidade de Mossoró. A Escola Normal Primária de Mossoró era destinada para ambos os sexos, com duração de três anos e regimentada pelo regulamento da Escola Normal de Natal⁴⁹, e tinha como objetivo, preparar,

⁴⁰ Lei n.º 405, de 29 de novembro de 1916, que estabeleceu a duração de 4 anos do Curso Normal e instituiu um programa de ensino composto por dezessete matérias: Português; Francês; Aritmética; Noções de Geometria Teórica e Prática; Geografia Geral e Particular do Brasil; História Geral e Particular do Brasil; Educação Moral e Cívica; Noções de Física e Química aplicadas à vida prática; História Natural aplicada à agricultura e à criação dos animais; Pedagogia, História da Educação, Economia e Leis Escolares; Higiene Escolar; Desenho; Princípios de Música e Cantos Escolares; Trabalhos Manuais; Economia e Artes Domésticas – para o Sexo Feminino; Educação Física e Exercícios Infantis; Prática Escolar no Grupo Modelo. (SILVA, *ibid.*).

⁴¹ Decreto n. 69, de 24 de novembro de 1917, que alterou algumas matérias que compunha o programa de ensino do Curso Normal: Português; Francês; Aritmética; Noções de Geometria Teórica e Prática; Geografia Geral e Particular do Brasil; História Geral e Particular do Brasil; Noções de Física e Química aplicadas à vida prática; Noções de História Natural aplicada à agricultura e à criação dos animais; Educação Moral e Cívica; Pedagogia, História da Educação, Economia e Leis Escolares; Higiene Escolar; Desenho; Princípios de Música e Canto Escolar; Trabalhos Manuais; Economia e Artes Domésticas – para o Sexo Feminino; Educação Física e Exercícios Infantis; Prática Escolar no Grupo Modelo. (SILVA, *ibid.*).

⁴² O Grupo Escolar Quintino Bocaiúva foi criado através do “decreto n. 36 de 7 dezembro 1919”. (LIMA, *ibid.*, p. 169).

⁴³ O Grupo Escolar Conselheiro Brito Guerra foi criado através do “decreto n. 59 de 7 dezembro 1916”. (LIMA, *ibid.*, p. 169).

⁴⁴ O Grupo Escolar Meira e Sá foi criado através do “decreto n. 74 de 16 março 1919”. (LIMA, *ibid.*, p. 170).

⁴⁵ O Grupo Escolar Padre Cosme foi criado através do “decreto n. 85 de 4 dezembro 1918”. (LIMA, *ibid.*, p. 170).

⁴⁶ O Grupo Escolar Joaquim Nabuco foi criado através do “decreto n. 86 de 8 janeiro 1919”. (LIMA, *ibid.*, p. 170).

⁴⁷ O Grupo Escolar Barão do Rio Branco foi criado através do “decreto n. 87 de 13 março 1918”. (LIMA, *ibid.*, p. 170).

⁴⁸ O Grupo Escolar Tito Jacome foi criado através do “decreto n. 92 de 3 abril 1919”. (LIMA, *ibid.*, p. 170).

⁴⁹ Regulamento que foi alterado pelo Decreto n. 161, de 7 de janeiro de 1922, que estabeleceu um programa de ensino composto por dezoito matérias: Português; Francês; Aritmética e Noções de Álgebra; Noções de Geometria; Geografia Geral e Particular do Brasil; História Geral e Particular do Brasil; Noções de Física e Química aplicadas à vida prática; Noções de História Natural aplicadas à agricultura e à criação dos animais; Educação Moral e Cívica; Pedagogia, Metodologia, História da Educação, Economia e Leis Escolares; Pedagogia; Higiene Escolar; Desenho; Princípios de Música, Solfejo e Cantos Escolares; Trabalhos Manuais; Economia e Artes Domésticas para o sexo feminino; Educação Física e Exercícios Infantis; Prática Pedagógica nas Escolas Modelo. (SILVA, *ibid.*).

especialmente, professores “[...] para as escolas isoladas, rudimentares e ambulante do interior do Estado.”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1922).

Junto com a Escola Normal Primária de Mossoró, no mesmo mandato, esse desembargador criou o Grupo Escolar de Macau⁵⁰, treze escolas complementares modelo na capital⁵¹, uma no Alecrim⁵² e seis nos municípios do interior⁵³, e sessenta e sete (67) escolas rudimentares. (LIMA, *ibid.*).

Nessa mesma direção, o governador José Augusto Bezerra Medeiros (1924-1927) criou cinquenta (50) escolas rudimentares, duas (2) complementares, criou sete (07) grupos escolares nos municípios de Lajes⁵⁴, Patu⁵⁵, Portalegre⁵⁶ e Florânia (antiga Flores)⁵⁷, Santo Antônio, Touros e João Câmara (antiga Baixa-Verde), “elevou dois, restaurou cinco e ampliou treze”. (LIMA, *ibid.*, 171).

A partir dessa reforma, que atingiu todo o Rio Grande do Norte, capital e o interior do Estado,

O pessoal tecnico das escolas primarias estaduais passou a ser preparado cuidadosamente na Escola Normal desta capital [...], a qual diplomou até hoje 190 professores [...]. A Escola Normal Primária de Mossoró [...], também conferiu diplomas a 26 professores [...]. Total das duas Escolas Normas: 216. Dos primeiros estão no magistério 22 professores e 100 professoras; e dos segundos 3 professores e 8 professoras, perfazendo um total de 133 diplomados presentemente em exercício nas cadeiras primarias do Estado. (LIMA, *ibid.*, p. 171).

Em pequena quantidade, as escolas normais oficiais⁵⁸, a de Natal e a de Mossoró, não conseguiram suprir as carências existentes no setor educacional desse Estado. Eram poucos professores formados para atender a demanda das escolas primárias de todo o Estado.

⁵⁰ O Grupo Escolar Duque de Caxias foi criado através do “decreto n. 198 de 26 fevereiro 1923”. (LIMA, *ibid.*, p. 170).

⁵¹ Essas escolas foram criadas através do “decreto n. 158 de 15 dezembro 1921”. (LIMA, *ibid.*, p. 170).

⁵² A escola complementar do Alecrim foi criada através do “decreto n. 133 de 14 fevereiro 1921”. (LIMA, *ibid.*, p. 170).

⁵³ Essas escolas foram criadas através do “decreto n. 220 de 4 dezembro 1923”. (LIMA, *ibid.*, p. 170).

⁵⁴ O Grupo Escolar Pedro II foi criado através do “decreto n. 284 de 2 Dezembro 1925”. (LIMA, *ibid.*, p. 170).

⁵⁵ O Grupo Escolar João Godeiro foi criado através do “decreto n. 321 de 28 fevereiro 1927”. (LIMA, *ibid.*, p. 170).

⁵⁶ O Grupo Escolar D. Margarida de Freitas foi criado através do “decreto n. 338 de 11 agosto 1927”. (LIMA, *ibid.*, p. 170).

⁵⁷ O Grupo Escolar Coronel Silvino Bezerra foi criado através do “decreto n. 341 de 23 agosto ultimo”. (LIMA, *ibid.*, p. 170).

⁵⁸ Recebiam o nome de escolas normais oficiais as escolas criadas, mantidas e administradas pelo Estado.

Nesse sentido, em 1936, buscando solucionar esse problema, o governador Rafael Fernandes Gurjão (1935-1943) expandiu o ensino normal pelo Estado, equiparando os cursos normais ministrados em instituições particulares à Escola Normal de Natal⁵⁹. Com isso foi concedida a algumas instituições particulares a autorização para ministrar o ensino normal: Collegio N. S. das Victorias, de Assú, através da Lei n.º 82 de 10 de dezembro de 1936; Collegio “Santa Agueda”, de Ceará-Mirim, por intermédio da Lei n.º 105 de 20 de outubro de 1937; Escola Doméstica de Natal, da cidade de Natal, por meio da Lei n.º 106 de 20 de outubro de 1937.

Estabeleceu também, em 1938, a remodelação do ensino normal norte-rio-grandense, através do decreto nº 411 de 17 janeiro, que alterou o currículo e a duração do curso normal. Nessa conjuntura, a Escola Normal de Natal passou de Escola Normal Primária para a categoria de Escola Normal Secundária. Em relação a isso, Aquino (2007, p. 52) destaca

A realização do curso normal passou de quatro para sete anos, sendo os cinco primeiros destinados às matérias de formação geral e os dois últimos reservados para a formação docente. Nesse novo currículo, foram introduzidas as disciplinas ditas modernas, baseadas nas idéias escolanovistas, tais como: a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia Educacional. [...] Com a Reforma, tornou-se obrigatório, para o ingresso na Escola Normal, a realização do ciclo fundamental de cinco anos do curso secundário.

Além da conclusão do ciclo fundamental de cinco anos do curso secundário, o ingresso no curso normal exigiria, a partir dessa reforma, a aprovação no exame de admissão, composto por provas orais e escritas, e elaborado a partir de programas expedidos pelo governo federal. “[...] As provas escritas eram de português (redação e ditado) e Matemática (cálculo elementar). As provas orais, além de conhecimentos de Português e Matemática, constavam de rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais.”. (ARAÚJO, AQUINO, LIMA, 2008, p. 200).

Em 1947, através do Decreto-lei estadual n.º 684 de 11 de fevereiro, o sistema do ensino normal do Rio Grande do Norte ficou sujeito ao cumprimento das disposições do decreto-lei federal n.º 8.530, de 02 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal, que estabeleceu, dentre outras medidas, as bases da

⁵⁹ “[...] Fica equiparado à Escola Normal de Natal, sujeitando-se à fiscalização necessária e de acordo com as exigências legais, podendo o referido estabelecimento fazer a expedição dos diplomas.”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1936, p. 151).

organização do ensino normal, distinguindo três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação.

Art. 4 [...]

§ 1º Curso normal regional será o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal.

§ 2º Escola normal será o estabelecimento destinado a dar o curso de segundo ciclo desse ensino, e ciclo ginásial do ensino secundário.

§ 3º Instituto de educação será o estabelecimento que, além dos cursos próprios da escola normal, ministre ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário.

§ 4º Os estabelecimentos de ensino normal não poderão adotar outra denominação senão as indicadas no artigo anterior, na conformidade dos cursos que ministrarem.

Parágrafo único. É vedado a outros estabelecimentos de ensino o uso de tais denominações, bem como o de nomes que incluam as expressões normal, pedagógico e de educação. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 14).

Nas condições descritas acima, seguindo uma hierarquia do ensino normal e considerando os objetivos a que cada estabelecimento se propõe, o curso normal regional ocupa a base da pirâmide, configurando-se como a versão mais popular dos três estabelecimentos, seguido pela escola normal que ocupa uma posição central no sistema do ensino normal, e, pelo instituto de educação, que ocupa a ponta da pirâmide, posição mais alta da hierarquia.

O primeiro ciclo de ensino normal, do curso normal regional, podia ser ministrado em estabelecimentos estaduais, bem como em qualquer estabelecimento municipal ou particular⁶⁰, desde que atendesse as exigências mínimas estabelecidas no Capítulo II dessa lei, dentre as quais está a “[...] existência de escola primária anexa, para demonstração e prática do ensino [...]”⁶¹. Já, o segundo ciclo só poderia ser ministrado em estabelecimentos que já possuísem “ginásio oficialmente reconhecido”, ou seja, pela Escola Normal de Natal e pela Escola Normal Primária de Mossoró, escola essa que passou a denominar-se Escola Normal de Mossoró

⁶⁰ “Art. 40. Onde se torne conveniente, poderão os Estados outorgar mandato a estabelecimentos municipais ou particulares de ensino, para que ministrem cursos de ensino normal, do primeiro ou do segundo ciclo e que serão, assim, oficialmente reconhecidos.”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 21).

⁶¹ “Art. 47. Todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino.

§ 1º Cada curso normal regional deverá manter, pelo menos, duas escolas primárias isoladas.

§ 2º Cada escola normal manterá um grupo escolar.

§ 3º Cada instituto de educação manterá um grupo escolar e um jardim de infância.

Art. 48. Além das escolas primárias referidas no artigo anterior, cada escola normal e cada instituto de educação deverá manter um ginásio, sob regime de reconhecimento oficial.”. (RIO GRANDE DO NORTE, *ibid.*, p. 22).

pelo Decreto-lei n.º 708, de 13 de junho de 1947. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 21). Os cursos de professores em funcionamento, em 1947, em ambos os ginásios, foram adaptados ao Decreto-lei n.º 684 de 11 de fevereiro de 1947 e passaram por algumas alterações de acordo com o art. 8º dessa legislação.

Além das diferenças já destacadas, os cursos ministrados em cada um desses estabelecimentos distinguir-se-iam nas suas estruturas, conforme o exposto no quadro abaixo:

Quadro 4 – Estrutura do ensino normal norte-rio-grandense

SÉRIE	CURSO		
	Curso de Primeiro Ciclo (Curso de Regentes de Ensino Primário) ⁶²	Curso de Segundo Ciclo (Curso de Formação de Professores Primários) ⁶³	Curso de Segundo Ciclo em estudos intensivos (Curso de Formação de Professores Primários) ⁶⁴
1ª	- Português - Matemática - Geografia Geral - Ciências Naturais - Desenho e Caligrafia - Canto Orfeônico - Trabalhos Manuais e Economia Doméstica - Educação Física	- Português - Matemática - Física e Química - Anatomia e Fisiologia Humanas - Música e Canto - Desenho e Artes Aplicadas - Educação Física, recreação e Jogos	- Português - Matemática - Biologia Educacional (noções de anatomia e fisiologia humana e higiene) - Psicologia Educacional (noções de psicologia da criança e fundamentos psicológicos da educação) - Metodologia do Ensino Primário - Desenho e Artes Aplicadas - Música e Canto - Educação Física, recreação e Jogos
2ª	- Português - Matemática - Geografia do Brasil - Ciências Naturais - Desenho e Caligrafia - Canto Orfeônico - Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região - Educação Física	- Biologia Educacional - Psicologia Educacional - Higiene e Educação Sanitária - Metodologia do Ensino Primário - Desenho e Artes Aplicadas - Música e Canto - Educação Física, Recreação e Jogos	- Psicologia Educacional - Fundamentos Sociais da Educação - Puericultura e Educação Sanitária - Metodologia do Ensino Primário - Prática do Ensino - Desenho e Artes Aplicadas - Música e Canto - Educação Física, Recreação e Jogos
3ª	- Português - Matemática - História Geral - Noções de Anatomia e fisiologia humanas	- Psicologia Educacional - Sociologia Educacional - História e Filosofia da Educação - Higiene e Puericultura	-

⁶² “Articulado com o curso primário.”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 15).

⁶³ “Articulado com o curso ginasial.”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 15).

⁶⁴ “Articulado com o curso ginasial.”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 15).

	- Desenho - Canto Orfeonico - Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região - Educação Física, recreação e jogos	- Metodologia do Ensino Primário - Desenho e Artes Aplicadas - Música e Canto - Prática do Ensino - Educação Física, Recreação e Jogos	
4 ^a	- Português - História do Brasil - Noções de Higiene - Psicologia e Pedagogia - Didática e Prática de Ensino - Desenho - Canto Orfeônico - Educação Física, recreação e Jogos	-	-

Fonte: (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 15-6)

Os cursos de especialização e de administração escolar, que habilitavam diretores de escolas, orientadores de ensino, inspetores escolares e auxiliares, compreendiam: “educação pre-primária; didática especial do curso complementar primário; didática especial do ensino supletivo; didática especial de desenho e artes aplicadas; didática especial de música e’ canto.”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 16).

Em 1949, obedecendo ao disposto no decreto-lei nº 684, de 11 de fevereiro de 1947, o governador do Estado do Rio Grande do Norte, José Augusto Varela (1947-1951), através da Lei nº 204, de 7 de dezembro de 1949, criou o primeiro curso normal regional, em Pau dos Ferros, junto às escolas normais de Natal e Mossoró⁶⁵, que foi instalado em 1951, no governo de Sylvio Piza Pedroza (1951-1956), pela Lei Estadual n.º 621 de 6 de dezembro, juntamente com os Cursos de Regentes do Ensino Primário de Martins, Santa Cruz, Santana do Matos, Florânia, Nova Cruz, Angicos, Macau, Currais Novos, Alexandria, Apodi, Ceará-Mirim, Caraúbas e Assú.

⁶⁵ Escolas regidas por um novo Regulamento, alterado pelo Decreto n.º 2.026, de 30 de novembro de 1950, que estatuiu um Curso Normal de três anos e um plano de ensino composto por 15 matérias, distribuídas em três séries: 1ª série (Português; Matemática; Física e Química; Anatomia e Fisiologia Humana; Música e Canto; Desenho e Artes Aplicadas; Educação Física; Recreação e Jogos); 2ª série (Biologia Educacional; Psicologia Educacional; Higiene e Educação Sanitária; Metodologia do Ensino Primário; Música e Canto; Desenho e Artes Aplicadas; Educação Física; Recreação e Jogos); 3ª série (Psicologia Educacional; Sociologia Educacional; História e Filosofia da Educação; Higiene e Puericultura; Metodologia do Ensino Primário; Desenho e Artes Aplicadas; Música e Canto; Prática de Ensino; Educação Física; Recreação e Jogos).

Poucos anos depois, no dia 12 de dezembro de 1953, mediante a Lei n.º 1.038, foi criado o Instituto de Educação do Rio Grande do Norte, onde funcionariam os cursos Ginásial e Colegial do Colégio Estadual e a Escola Normal de Natal.

Apesar dos avanços, o governador Sylvio Piza Pedroza (1951-1956), em mensagem apresentada à Assembléia Legislativa Estadual, em 1953, enfatizou o muito que ainda restava por fazer,

O problema educativo continua a merecer, em nosso Estado, o maior interesse do poder público, com iniciativas e medidas que visam não só o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento, como a melhora das condições técnicas e materiais em que o mesmo se processa. [...] Nas duas Escolas Normais, de Natal e Mossoró, estão matriculados, no corrente ano, respectivamente, 77 e 48 alunos. Diplomaram-se em 1952, na primeira, 42 professores e na segunda, 21. **Quanto aos cursos normais**, Em 1952, criados no governo atual, funcionaram os de Ceará-Mirim, Nova Cruz, Santa Cruz, Angicos, Açu, Macáu, Martins, Pau dos Ferros, Alexandria, Apodi e Florania. No corrente ano, foram instalados mais quatro: em Acari, Parêlhas, Currais Novos e Jardim do Seridó [...]. [...] Dos prédios escolares rurais construídos até agora, **financiados pelo INEP**, não estão ainda em funcionamento os seguintes: 2 Escolas Normais, **Caicó⁶⁶** e **Santana do Matos** [...]. (RIO GRANDE DO NORTE, 1954, p. 30-236, grifo da autora).

Não há como negar, diante do exposto, que, na década de 1950, houve um crescimento expressivo, quantitativamente, do sistema do ensino normal norte-riograndense, caracterizado pela expansão dos Cursos de Regentes do Ensino Primário em todo o Estado, que passou a ser constituído por duas (2) Escolas Normais e quinze (15) Cursos de Regentes do Ensino Primário, não acompanhado pelo devido crescimento qualitativo.

Em relação aos 15 Cursos de Regentes do Ensino Primário em funcionamento, Sylvio Piza Pedroza (1951-1956) enfatiza, “[...] Esses cursos, destinados a prestar os maiores benefícios ao ensino no interior do Estado, estão funcionando regularmente com avultada matrícula. As autoridades locais e as populações dos municípios onde têm sido êles instalados, prestam-lhes todo o seu apoio e prestígio.”. (RIO GRANDE DO NORTE, *ibid.*, p. 239).

⁶⁶ A Escola Normal Rural de Caicó não chegou a funcionar, sendo o prédio cedido, em 1954, para o Batalhão rodoviário do Exército Nacional, que seria instalado no município de Caicó em 1955. “Por telegrama do Senador Dinarte Mariz tivemos conhecimento que o exmo. Sr. Presidente da República escolheu nossa cidade para sede de um batalhão rodoviário do Exército Nacional, o qual deverá chegar aqui nos primeiros meses do ano próximo. O batalhão rodoviário se encarregará de construções de estradas, pontes e ferrovias, nesta região, com jurisdição no DNOCS e no DNER. Deverá servir de quartel da unidade militar o prédio recém-construído da Escola Normal Rural.”. (GURGEL, 1954g, p. 1).

Os Cursos de Regentes do Ensino Primário não pararam de se expandir e rumaram noutras direções, fixando-se em outros municípios. Em 1954, mediante mandato, o governador do Estado, Sylvio Piza Pedroza, outorgou, através do Decreto n.º 2.463, de 26 de Fevereiro de 1954, ao Ginásio Diocesano Seridoense (GDS), estabelecimento particular de Caicó, para ministrar o 1º ano do Curso de Regentes de Ensino Primário dessa. Eis que o sonho tão distante, alegada a impossibilidade por falta de recursos do governo, tornou-se realidade, a primeira escola de formação de professores da Caicó. Esse curso, apesar de funcionar mediante mandato, deveria, assim como os demais Cursos de Regentes do Ensino Primário espalhados pelo RN, obedecer às normas estabelecidas no Decreto-lei estadual n.º 684, de 11 de fevereiro de 1947.

Diante da expansão do sistema do ensino normal norte-rio-grandense nos anos de seu governo, Sylvio Piza Pedroza evidenciou, em mensagem emitida à Assembleia Legislativa Estadual, em 1956,

Dedicamos ao problema da educação, fundamental em qualquer governo, o melhor dos nossos esforços, com resultados que aí estão à vista de todos. Utilizando recursos próprios, ou com a decisiva ajuda do I.N.E.P, cujo titular, desde 1952, o eminente educador Anísio Teixeira, deve ser considerado benemérito no ensino no Rio Grande do Norte, orgulha-se a atual administração de ter dado impulso, que julga relevante à educação de nossa juventude e de nossa mocidade. Eis os dados que comprovam nossa afirmativa. [...] A antiga e tradicional Escola Normal de Natal, que funcionava anexa ao Grupo Escolar “Augusto Severo”, funciona hoje no Instituto de Educação, enquanto foram feitas reformas e aumentos de salões na Escola Normal de Mossoró. Para completar as ações desses estabelecimentos, foram criados 18 Cursos Normais Regionais, destinados a preparar professores regentes, cujas primeiras turmas serão diplomadas este ano e assegurarão melhores dias à instrução primária do interior, sempre a ressentir-se da necessidade de mais educadores [...]. (RIO GRANDE DO NORTE, 1956, p. 5-7).

Apesar do crescimento do número de Cursos de Regentes do Ensino Primário ter sido, entre 1951 e 1955, muito grande, a necessidade de mais professores preparados no interior do Estado foi enfatizada na mensagem de Sylvio Piza Pedroza para destacar que o problema relacionado à educação primária ainda não havia sido solucionado.

Em 1955, com a publicação da Lei n. 1.207, de 04 de fevereiro, os Cursos de Regentes do Ensino Primário existentes no RN passaram-se a denominar de Cursos Normais Regionais. (RIO GRANDE DO NORTE, 1955).

Em 1957, por meio de lei estadual aprovada n.º 2.171, de 6 de dezembro de 1956, Dinarte Mariz (1956-1961), através da instituição da reforma do ensino que ficou conhecida como Reforma Tarcísio Maia, organizou e fixou as bases da Educação Elementar e da Formação do Magistério Primário do RN. Nessa conjuntura, a Escola Normal de Mossoró foi transformada em Centro Educacional de Formação do Magistério Primário de Mossoró, momento em que o Centro Educacional de Formação do Magistério Primário de Caicó foi criado, ficando ambos subordinados, dentro da rede de escolas de formação de professores, ao Instituto de Educação de Natal⁶⁷, e acima dos cursos normais regionais, conforme evidencia o Artigo 19 dessa legislação,

- a) Instituto de Educação de Natal, com caráter experimental em seus cursos de Pesquisas, destinados à melhoria do ensino normal do Estado, mantendo, na medida de suas possibilidades, Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, para o que poderá procurar a cooperação de técnicos nacionais ou estrangeiros;
- b) Centros Educacionais de Formação de Magistério Primário, de Mossoró e Caicó, onde serão ministrados cursos com duração de três anos, divididos em 6 semestres do estudo, após quatro anos de estudos médios de 1º ciclo e com a organização nos moldes do Instituto de Educação de Natal;
- c) Cursos Normais Regionais, já existentes, com a duração de cinco anos após o curso primário. (RIO GRANDE DO NORTE, 1957, p. 05).

O que chama atenção em relação a essa reforma é o fato de Caicó, município que criou o curso normal regional mais tarde que os demais municípios, somente em 1954, ser designado para receber um dos Centros Educacionais de Formação de Magistério Primário, que foram criados no RN, o que é justificado por Eny Caldeira, técnica do INEP, em um relato de experiência sobre a Formação do Magistério Primário nesse Estado⁶⁸,

Caicó, cidade tipicamente e sertaneja, localizada na região do Seridó, há 50 léguas de Natal – Estado do Rio Grande do Norte – representou no campo da educação, um contexto cultural inédito para um projeto de assistência, a organização de um Centro Educacional de Formação do Magistério Primário, no País. Cidade cujos primórdios, de colonização, acredita-se tenham sido por volta de 1700 (1), e o maior centro agro-pecuário do Estado; sua região ocupa o Mediterrâneo Pastoril, (2), e o homem da terra marcou o Território Nacional com a sua inteligência, seus hábitos de vida, autêntica, sulcada de lutas, renúncias e sofrimentos. (CALDEIRA, s.a, p. 1).

⁶⁷ Através da Lei n.º 2.639, de 28 de janeiro de 1960, a Escola Normal de Natal foi transformada em Instituto de Educação.

⁶⁸ Documento impresso disponível no Arquivo Histórico do INEP.

Caicó, além de ser polo referência para outras cidades do Seridó na educação, de ocupar uma posição de destaque na economia no RN, estava localizada em uma área que favoreceria a formação dos vértices do sistema triangular de formação do magistério primário, projeto concretizado na década de 1960, quando o RN assistiu a uma formação vigorosa de seu ensino primário, atingindo, nesse período, o seu ponto de maturação, marcado pelo funcionamento do Instituto de Educação de Natal e dos centros de formação do magistério primário de Caicó e Mossoró, estabelecidos pela Lei n.º 2.639, de 23 de janeiro de 1960, e dos dezesseis cursos normais regionais.

Figura 3 – Rede de Ensino Normal do Rio Grande do Norte⁶⁹ em 1960



Fonte: (CALDEIRA, *ibid.*, s.p.).

O Centro Educacional de Formação do Magistério Primário de Caicó, juntamente, com o Centro Educacional de Formação do Magistério Primário de Mossoró e o Instituto de Educação de Natal constituíram-se nos

⁶⁹ Alguns municípios divergem daqueles mencionados na Lei Estadual n.º 621 de 6 de dezembro. Por não aparecerem na rede de ensino normal do Rio Grande do Norte apresentada por Eny Caldeira, em seu relato de experiência, ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (C.B.P.E), é possível que os Cursos Normais Regionais de Apodi, Martins e Caraúbas nunca tenham funcionado ou tenham sido extintos após pouco tempo de existência. Os Cursos Normais Regionais de Areia Branca e Lagoa, não listados nessa lei, foram provavelmente criados entre os anos de 1953 e 1954, já que não aparecem em nenhuma das mensagens governamentais analisadas neste estudo.

[...] vértices do sistema triangular de formação do magistério primário (*) que, recentemente se inaugurou nesse Estado, e, ao qual se adicionaram 16 Cursos de formação de regentes de ensino, cursos de emergência instalados no período de 1952 a 1954, e distribuídos nos diferentes municípios enquadrados nas zonas escolares criadas, recentemente, pela lei nº 2226 de 9.12.1957. No campo das oportunidades de formação do magistério primário, o Estado do Rio Grande do Norte é uma exceção na área do Nordeste (3), em virtude de ser o único que dispõe de escolas normais públicas em número suficiente, bem distribuídas geograficamente e capazes de atender às necessidades da educação popular, devidamente recenseadas. (CALDEIRA, *ibid.*, p. 2).

Na prática, essa reforma representou um avanço substancial da formação do magistério primário norte-rio-grandense, colocando o RN como vanguarda de organização técnico-educacional, pois conseguiu, dentre outras benfeitorias:

1. Abrir canais de comunicação entre o ensino primário e normal, enriquecendo-os;
 2. Contribuir para a estabilidade da administração e organização desses graus de ensino;
 3. Pôr em evidência a necessidade de critérios novos no recrutamento de elementos para o magistério primário público;
 4. Estimular estudos relativos à diversificação de currículos nas escolas de formação de professores primários;
 5. Dar a prioridade à educação elementar e favorecer a erradicação progressiva do analfabetismo;
 6. Promover o aperfeiçoamento e a especialização do magistério primário.
- (CALDEIRA, *ibid.*, p. 3).

A obtenção desses resultados, no entanto, não se mostrou suficiente para garantir a perpetuação da rede de ensino normal do RN. Gradualmente, os cursos normais foram sendo extintos, dando início ao desmonte dessa estrutura, que foi desmoronada, no início da década de 1970, com a publicação da Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, quando as escolas normais foram substituídas pela habilitação específica de 2º grau.

3.2 A ESCOLA NORMAL REGIONAL DE CAICÓ: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O Curso Normal Regional de Caicó surgiu, consolidou-se e se extinguiu num contexto em que a cidade de Caicó assistia a um processo de modernização marcado por grandes transformações políticas, econômicas e socioculturais. Nesse

sentido, antes de adentrarmos em nosso objeto de estudo, parece-nos pertinente contextualizá-lo, o que faremos na seção a seguir, através de um breve relato histórico.

3.2.1 Caicó em papel e tinta (1954-1962): representação do jornal “A Fôlha”⁷⁰

No início da década de 1950, Caicó já era considerado o maior polo educacional da região do Seridó, com o curso primário, o curso ginásial e o curso comercial. A cidade contava com numerosas escolas públicas e particulares - Grupo Escolar Senador Guerra (1908), Ginásio Santa Terezinha (1925)⁷¹, Ginásio Diocesano Seridoense (1942)⁷², Escola Pre-Vocacional (1942), Escola Doméstica Popular Darcy Vargas (1942), Escola São José, etc.-, atraindo estudantes locais, da região do Seridó, e até mesmo do Estado da Paraíba, conforme Gurgel (1955a).

Durante 1954, ano da implantação da Escola Normal Regional, essa cidade, além dos cursos já citados, passou a contar com o Curso de Regentes do Ensino Primário⁷³/Curso de 1º Ciclo. Além da implantação dessa escola, o município foi marcado, nesse período, por várias transformações econômicas, sociais, culturais e políticas, como a instalação da rádio difusora de Caicó, em 21 de setembro, autorização do Dr. José Américo, Ministro da aviação, para a construção da ponte sobre o Rio Seridó, construção do campo de aviação de Caicó, o suicídio do prefeito Rui Mariz (1953-1954), em 26 de setembro, político que deu apoio muito valioso para a fundação da escola normal nesse município, que foi substituído pelo vice-prefeito José Josias Fernandes (1954-1954) até o pleito eleitoral de 21 de novembro, no qual foi eleito José Benévolo Xavier (1954-1958). (GURGEL, 1954b).

No mesmo ano, esse município que tinha uma economia baseada na agricultura, e, principalmente, na pecuária, já canalizava seus sentidos para a produção do “algodão Cruzeta”, popularmente conhecido como “algodão mocó”, o

⁷⁰ História reconstituída a partir de exemplares do jornal “A Fôlha”, semanário de notícias e informações que circulou na cidade de Caicó entre 1954 e 1967, sob a direção de Mons. Walfredo Gurgel. A pesquisa foi feita no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Caicó-RN, onde encontramos periódicos dos anos 1954 a 1962.

⁷¹ Escola religiosa do sexo feminino criada em 11 de outubro de 1925. (FUNDAÇÃO, 1982).

⁷² Colégio exclusivamente masculino, criado em 1º de março de 1942, por Dom José de Medeiros Delgado, Bispo da Diocese. (*ibid.*, 1982).

⁷³ Curso que teve a sua denominação alterada por meio da Lei estadual n. 1.207, de 04 de fevereiro de 1955, através da qual passou a se chamar de Curso Normal Regional.

nosso “ouro branco”, o que é perceptível em quatro números do jornal “A Fôlha”, do ano de 1954 (nº 13, nº 20, nº 21 e nº 41), dos meses de maio, julho e dezembro. O solo e clima eram favoráveis para a produção desse algodão, contudo, necessitava da iniciativa dos agricultores para o plantio das sementes desse produto já que não havia incentivos governamentais. (GURGEL, 1954e).

Em 1955, poucos foram os fatos emblemáticos que marcaram a história de Caicó: a instalação do Batalhão Rodoviário, em abril, a inauguração da nova banda de música da cidade “Recreio Caicoense”, em maio, e, a inauguração do correio aéreo entre Caicó e a Capital do Estado, Natal, em julho.

Em 1956, apenas dois fatos importantes aconteceram: a inauguração da sede do Círculo Operário, em maio, e, a inauguração de linha aérea entre Caicó – Fortaleza – Recife, em 18 de junho. (GURGEL, 1956c; 1956e).

O ano de 1958 foi marcado pela eleição do prefeito Milton Aranha Marinho (1958-1961), no pleito ocorrido no dia 05 de janeiro desse ano, bem como pelo início do Curso Pedagógico, provisoriamente, no Grupo Escolar Senador Guerra e pela inauguração do Posto de Saúde de Caicó. (GURGEL, 1958a; 1958e).

Em 1959, foi nomeado o diretor do Instituto de Educação de Caicó (Centro Educacional de Formação do Magistério Primário de Caicó), padre José Celestino Galvão, surgiu o jornal “O Seridó”, e, se deu a instalação da segunda vara em Caicó. (GURGEL, 1959c).

O ano de 1960 foi marcado pela inauguração do Instituto de Educação (Centro Educacional de Formação do Magistério Primário de Caicó), pela instalação do serviço telefônico, pela inauguração do Hospital do Seridó, pela estreia do Cine Alvorada e inauguração do prédio da estação de passageiros do campo de pouso de Caicó. (GURGEL, 1960a; 1960b; 1960c; 1960d; 1960f). Em relação ao CE, o jornal “A Fôlha” destacou:

[...] Boa notícia, sem dúvida, Alvissareira notícia que só pode despertar o mais vivo entusiasmo entre os caicoenses. O Instituto abrangerá vários cursos, desde o jardim de infância até o curso colegial. Caicó precisa de um estabelecimento modelar que possa acolher sua mocidade ávida de aprender e educar-se. O Grupo Escolar “Senador Guerra” vive superlotado. Construído quando Caicó tinha uma população de apenas dois mil habitantes, continua, ainda hoje, o único da cidade que já conta com cerca de 15 mil almas. A Escola Prevocacional o Externato São Francisco, o Colégio Santa Teresinha, o Ginásio Seridoense e numerosas escolas isoladas e particulares com seus cursos primários minoram as deficiências de espaço do querido e tradicional “Senador Guerra”, mas não resolvem o problema da falta de escola primária e gratuita para todos. Só o Instituto de

Educação, vasto e moderno, poderá atender as necessidades da população escolar primária. O ensino secundário é ministrado nos dois ginásios, o Santa Teresinha e o Seridoense, ambos com uma gloriosa folha de serviços prestados à coletividade. Embora distribuindo instrução, gratuitamente, a muitos alunos pobres, não podem, entretanto, diante dos graves encargos que têm, alargar os benefícios a todos os que, privados de recursos, desejam um grau de instrução mais elevado. Possuímos a Escola Normal, com uma centena de jovens que se preparam para as lides futuras do magistério. É, porém, uma escola particular, com obrigações assumidas, e que vive das modestas contribuições de suas alunas. O Instituto de Educação virá democratizar, cada vez mais, o ensino, tornando-o acessível a todos, mesmo aos mais desprovidos de meios materiais [...]. (GURGEL, 1956f).

Ao democratizar o ensino, do jardim da infância ao magistério, o CE era visto como a solução para os problemas educacionais existentes naquela época, e, tinha um significado social de grande escala para toda a sociedade caicoense e seridoense.

O ano de 1962 foi marcado, apenas, pelo retorno de José Josias Fernandes (1962-1966) ao governo municipal.

3.2.2 Então, surge o Curso de Regente do Ensino Primário de Caicó: recortes do jornal “A Fôlha”

O Curso de Regente do Ensino Primário de Caicó⁷⁴ foi autorizado em 1954, pelo governador Sylvio Piza Pedroza (1951-1956), através do decreto estadual de nº. 2.463 de 26 de fevereiro, que outorgou “[...] ao Ginásio Diocesano Seridoense mandato para ministrar o primeiro ciclo do Curso de Regentes do Ensino Primário”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1954). Esse curso, reconhecido pelo Estado, tinha a duração de quatro (4) anos, e, diplomava professores em nível ginásial (5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries), habilitados para atuar em turmas de 1ª a 4ª séries, o que diferenciava-o do Curso de 2º Ciclo, Curso Pedagógico.

Em decorrência, possivelmente, do aumento de matrículas do secundário, das remodelações pelas quais passavam o Ginásio Diocesano Seridoense e do anúncio de saída de José Celestino Galvão da direção dessa escola, a Escola Normal Regional de Caicó foi fixada no dia 02 de abril de 1954, através de cerimônia de instalação, na Prefeitura Municipal de Caicó, prédio⁷⁵ onde essa escola funcionou,

⁷⁴ “Sonho do Cônego Galvão, em 1953”. (DINIZNETO, 1958, p. 4)

⁷⁵ Situado na Rua Felipe Guerra, 156, Centro.

no turno vespertino, até 1955. (NETO, 1954). Em 1956, a Escola Normal Regional de Caicó passou a funcionar em outro local e endereço, nos salões da Comercial⁷⁶, nos turnos matutino e vespertino, na rua Serra Negra, cedidos pelo Mons. Walfredo Gurgel, fiscal estadual dessa escola e diretor da Comercial. (GURGEL, 1956a). Em 1960, a escola foi deslocada para um prédio próprio, Centro Educacional de Formação do Magistério Primário de Caicó, situado à Rua Zeco Diniz, no bairro Penedo.

Essa escola foi dirigida por pe. José Celestino Galvão, de 1954 a 1961⁷⁷, e, por Maria do Céu Medeiros, em 1962⁷⁸. O corpo docente foi formado por: Calpúrnica Caldas de Amorim, que exerceu também a função de secretária, de 1954 a 1957⁷⁹, Mons. Walfredo Gurgel (Português), Myrtila Lôbo (Matemática e Ciências), Raimundo Guerra (Geografia), padre Onio Caldas de Amorim (Inglês e Religião), padre José Celestino Galvão (Francês e História), Iracema B. Trindade (Trabalhos Manuais e Educação Doméstica), Iracema Araújo Medeiros (Desenho e Caligrafia), José Mário (Canto Orfeônico), Inês de Azevedo Dantas (Educação Física), Sônia Araújo, e Marly Lôbo. (GURGEL, 1954d; 1956b).

Para ingressar na Escola Normal Regional era necessária a aprovação nos exames de admissão, que aconteciam, geralmente, nos meses de dezembro, fevereiro ou março, após o curso de preparação para esse processo, também ofertado nessa instituição. O exame de admissão era composto por questões de Português, Matemática, História do Brasil e Geografia. Para esse exame, os candidatos deveriam apresentar os seguintes documentos: “registro civil, certificado de conclusão do Curso Primário, atestado médico [de sanidade física e mental] e de vacina e inscrição oficial mediante requerimento à Diretoria da Escola” “[...] com declaração de que não se inscreveu e nem se inscreverá em exames de Admissão, na mesma época, em outro Estabelecimento de Ensino e uma fotografia 3x4.”. (GURGEL, 1955b, p. 1). (GURGEL, 1955c, p. 1).

⁷⁶ Escola Técnica de Comércio de Caicó construída em 1954, em um terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Caicó, que objetivava preparar a mocidade pobre, que trabalhava durante o dia, para a vida incerta do amanhã. (GURGEL, 1954c, p. 1)

⁷⁷ Ano em que consta a última assinatura pe. José Celestino Galvão, em informativos do jornal “A Fôlha”, como diretor desta instituição. (GURGEL, 1961a, p. 02).

⁷⁸ Conforme assinaturas em informativos do jornal “A Fôlha” no ano de 1962. (GURGEL, 1962a, p. 04).

⁷⁹ Em informativos do jornal “A Fôlha”, de 1958, referentes às matrículas da Escola Normal de Caicó, o diretor dessa instituição pedia que os interessados se dirigissem a professora Myrtila Lima Lôbo para o esclarecimento de dúvidas, que foi substituída pela professora Bernadete Rangel, em 1959. (GURGEL, 1958c; 1959a).

Durante a sua existência, a escola foi frequentada majoritariamente por estudantes do sexo feminino, conforme as listas de três turmas, obtidas em informativos do jornal “A Fôlha”. (GURGEL, 1954f).

Quadro 5 – Alunos do Curso Normal Regional de Caicó (1954-1956)

ALUNOS DA TURMA DE 1954
Adenisia Dantas, Ana Galvão, Celia Santos, Cecilia M. de Jesus, Cledinete Brito, Deodites Dantas, Edvanilce Pereira, Eunice Filgueira, Fernando Batista Felinio, Francisca das Chagas Medeiros, Francisca Geralda de Assis, Inês Fernandes, Ivone Lima Lôbo, Josefa Maria Gomes, Linésia Dantas, Maria da Luz de Araújo, Maria das Neves Pereira, Maria de Jesus Feitosa, Maria de Lourdes Fernandes, Maria de Lourdes Gois, Maria de Lourdes Silva, Maria Elísia de Araújo, Maria Galvão de Araújo, Maria Mariz Fernandes, Paulina Fernandes, Rita Guiomar de Lucena, Rita Pereira da Cunha, Rosa Maria de Araújo, Teresa da Mota, Teresinha M. de Jesus, Teresinha Silva, Vanilda Clemente de Araújo. (GURGEL, 1954f; 1956h).
ALUNOS DA TURMA DE 1955
Afra Figueirêdo, Alcilene Almeida Evangelista, Ana Anita Dantas, Antônia Nóbrega de Figueiredo, Apolônia Alves de Moura, Aurita Dantas de Medeiros, Aurita Santos, Cleide Medeiros, Cleide Rodrigues, Inês Azevedo Dantas, Joana D’Arc Câmara de Freitas, Josefa Maria Santos, Luzia Antonieta Maia, Maria Aliete Fernandes, Maria Aparecida de Brito, Maria Bernadete Fonsêca, Maria da Luz Araújo, Maria de Jesus Feitosa, Maria de Lourdes Araújo, Maria de Lourdes Fernandes, Maria do Céu de Medeiros, Maria Jandira de Oliveira, Maria Neumam Gurgel, Nelma Medeiros, Nevolanda V. Saldanha, Teresinha Silva. (GURGEL, 1956h; 1958i).
ALUNOS DA TURMA DE 1956
Alzira Tavares, Ana Barreto, Diva Nóbrega, Francisca Elita de Medeiros, Francisca Maria da Conceição, Iolanda Lima Lôbo, Irene Brito de Melo, Margarida Santos, Maria Aparecida Pereira, Maria Bezerra Dantas, Maria Braulia Pinheiro, Maria Carlos de Araújo, Maria Célia Santos, Maria Cristina de Medeiros, Maria de Lourdes Azevedo, Maria de Lourdes Germano, Maria do Socorro Vale, Maria Elita de Medeiros, Maria Inês Fernandes, Marlene Nóbrega, Teresinha Erci de Almeida e Teresinha Ribeiro. (1956h).

Fonte: Gurgel (1954f; 1956h)

A respeito dessa predominância feminina no magistério, perceptível não somente na Escola Normal Regional de Caicó, Raimundo Guerra, na matéria “Professores Primários”, explica:

[...] Hoje em dia já nem se fala no elemento masculino cursando a Escola Normal ou o Curso Pedagógico propriamente dito e que exige atualmente como documento de matrícula, além de outros o Certificado do Curso Ginásial. Quase que apenas o elemento feminino, podemos dizer, ainda procura ingressar nessas escolas ou cursos de formação pedagógica. Não é que ao homem se tenham feito restrições ou proibição dificultando-lhe o ingresso ou a facilidade de mais tarde exercer essa missão, que é um sacerdócio, nem a êste tenha faltado vocação ou o gosto pela ciência educativa. São outros os motivos, bem o sabemos. Antes o curso total era de quatro anos, exigindo-se como documento para admissão, além de outros, a conclusão do curso primário porque os dois primeiros anos eram dedicados mesmo à aprendizagem de matérias do curso ginásial e os dois últimos, especializados, ao curso de professores incluindo as disciplinas adequadas [...] Muitas moças se matriculavam e ainda hoje procuram êstes

estabelecimentos de ensino especializado. Os rapazes, em número mais reduzido, e agora quase nulo, ao terminarem o curso se deslocavam para o interior do Estado afim de dirigirem os Grupos Escolares ou Escolas Reunidas, assumindo também a regência de uma das cadeiras desses estabelecimentos. Poucos anos se demoravam nesses cargos pois continuavam a estudar principalmente ciências jurídicas pela facilidade de sem deixarem os seus cargos poderem se matricular na Faculdade de Direito, e lá, anualmente, prestar os exames. Ao conseguirem a carta de Bacharel passavam a exercer cargos mais elevados e melhor remunerados. Outros conseguiam melhores colocações, mais facilmente, no Banco do Brasil ou outros estabelecimentos de crédito, no Correio, no Departamento da Fazenda ficavam sendo inspetores de Ensino, no Estado. (GUERRA, 1955, p. 1).

Os homens, no período exposto acima, tinham outras opções de trabalho, além do magistério primário, o que os enxotavam dessa profissão, que era menos promissora e menos rentável.

Nesse sentido, a Escola Normal Regional de Caicó, com predominância da presença feminina em todas as suas turmas, tal qual outras escolas do RN e do Brasil, tornou-se um lugar generificado, assumindo contornos femininos, em sua rotina disciplinadora⁸⁰, baseados na distinção do que é ser homem ou mulher num determinado contexto sociocultural.

A essa conjuntura acrescentou-se o ingresso da mulher caicoense no mercado de trabalho, como professora, incidentes que contribuíram para a feminização do magistério⁸¹ primário nessa cidade. Vê-se, pois, que a configuração desse processo “[...] relaciona-se, ainda que indiretamente, com a dinâmica do mercado de trabalho e, nela, com a intensificação da presença das mulheres, a divisão sexual do trabalho e a configuração das chamadas profissões femininas.”. (VIANNA, 2002, p. 39).

Não podemos, consonantes com os estudos de gênero, concordar com o discurso naturalizante de que “[...] as mulheres tinham, ‘por natureza’, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas seriam as primeiras e ‘naturais educadoras’ [...] Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, ‘a extensão da maternidade’”, posto que a feminização do magistério caicoense, assim como em nível estadual e nacional, deu-se em meio a conflitos com a ideologia que consolidou esse processo. A entrada da mulher no espaço público foi marcada pela luta pelos direitos

⁸⁰ Além do currículo constituído por disciplinas como “Educação Doméstica e Trabalhos manuais” na 5ª, 6ª e 7ª séries, o uniforme utilizado pelas alunas do Curso Normal Regional de Caicó - farda da diária, farda de meia gala e farda de gala -, assim como outros elementos, imprimiam marcas dessa rotina disciplinadora.

⁸¹ Não nos deteremos nessa discussão por não ser foco deste estudo.

igualitários, além do enfrentamento dos preconceitos e exclusão por sexo. (LOURO, 1997, p. 450).

Ao final de cada ano letivo, os alunos eram submetidos a provas orais. Ao final do 1º ano, os alunos submetiam-se às provas orais de: Geografia, Economia Doméstica, Educação Física, Matemática, Português, Canto Orfeônico e Ciências, que eram presididas e examinadas por professores da própria escola: Marly Lôbo, Raimundo Guerra, Iracema Trindade, Sônia Araújo, Iracema Araújo e Myrtila Lôbo. (GURGEL, 1954d). No final do 2º ano, os alunos faziam provas orais de: Português, Matemática, Geografia, Ciências, Educação Doméstica e Trabalhos Manuais, Inglês, Canto e Educação Física. Ao término do 3º ano, as provas orais eram de: Português, Matemática, História, Ciências, Educação Doméstica e Trabalhos Manuais, Inglês, Educação Física, Religião e Música. No último ano, 4º ano, as provas orais eram de: Português, Matemática, História, Inglês, Canto e Educação Física.

A média global de aprovação, caso fosse maior ou igual a 6,0, distinguia o grau de aprovação do aluno - Média $\geq$ 9,5 (alunos aprovados com distinção); Média $\geq$ 8,0 (alunos aprovados plenamente); Média $\geq$ 6,0 (alunos aprovados simplesmente). Os alunos com médias inferiores a 6,0 ficavam em 2ª época, e, deveriam se submeter aos exames de 2ª época⁸², também identificados no jornal “A Fôlha” como exames de 2ª chamada, antes do início do próximo ano letivo. (GURGEL, 1954f).

O Curso Normal Regional se extinguiu em 1962, e, conseqüentemente a Escola Normal Regional de Caicó, com a conclusão de sua última turma, que ingressou na escola em 1959, devido à reforma de ensino do Rio Grande do Norte de 1957, que propiciou, dentre outros projetos, a construção do Centro Educacional de Formação do Magistério, que ofertaria um Curso de Formação de Professores Primários com duração de 3 anos, Curso Normal de 2º ciclo. (GURGEL, 1962a, p. 04).

No geral, conforme informativos do jornal “A Fôlha”, esse curso e essa instituição tiveram seis (6) turmas (1954, 1955, 1956, 1957, 1958 e 1959).

⁸² Difere-se do exame de admissão de 2ª época.

4 “UMA HISTÓRIA QUE NUNCA FOI CONTADA”: NARRATIVAS DE UMA EX-NORMALISTA SOBRE A ESCOLA NORMAL REGIONAL DE CAICÓ

A história oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado. (Verena Alberti).

Neste capítulo, apresento a história (implantação, consolidação e extinção) da Escola Normal Regional de Caicó a partir de narrativas, decorrentes das entrevistas realizadas, de Maria Elísia de Araújo Moraes, 83 anos, aluna da Escola Normal Regional de Caicó no período de 1954 a 1957, e, das legislações estaduais e federais vigentes no período.

A entrevista, como já foi exposta, foi dividida em três eixos, com o intuito de obter respostas para questões relativas à implantação, consolidação e extinção da Escola Normal Regional de Caicó, elementos que compõem o objetivo central desta pesquisa.

Essa divisão facilitou o trabalho de análise do conteúdo das mensagens emitidas pela ex-normalista com relação a esses três elementos. As narrativas, em cada eixo, foram analisadas e interpretadas pela análise de conteúdo à luz do referencial teórico e de outras fontes documentais.

4.1 DO NASCER ENTRE PEDRAS: A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA NORMAL REGIONAL DE CAICÓ

Assim como algumas rosas que teimam nascer entre pedras, enfrentando o calor intenso e a falta d'água desse ambiente, a Escola Normal Regional de Caicó também surgiu num contexto histórico desfavorável, bastante semelhante a esse, tenso, caracterizado por problemas sociais, educacionais, e, sobretudo, políticos, desafiando-os.

É utilizando-se dessa metáfora, que começamos a narrar o processo de implantação da Escola Normal Regional de Caicó, que se iniciou, em 1953, com a idealização dessa instituição, e, concluiu-se, um ano depois, com a emissão do

Decreto n. 2.463, de 26 de fevereiro de 1954, pelo governador Sylvio Piza Pedroza, que tornou o sonho em realidade – o estabelecimento da Escola Normal Regional de Caicó.

No eixo relativo à implantação, a entrevista contemplava três (3) questões (Você se lembra em que ano se deu a instalação da Escola Normal Regional em Caicó?; O que você se lembra sobre a instalação? (Que acontecimentos foram marcantes desse fato?); Onde a escola foi instalada? (A Escola Normal Regional de Caicó tinha prédio próprio?)).

A partir das respostas dadas pela ex-normalista a essas questões, estabelecemos a seguinte grelha categorial:

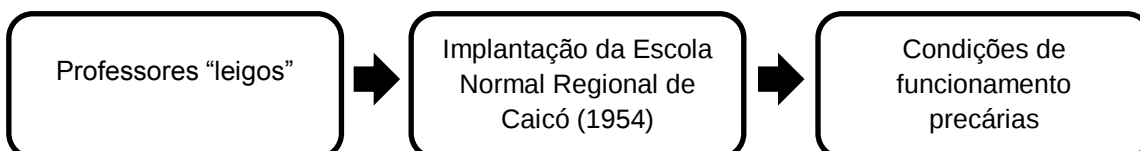
Quadro 6 – Grelha Categorial “Implantação da Escola Normal Regional de Caicó”

QUESTÕES	RESPOSTAS
1. Você se lembra em que ano se deu a instalação da Escola Normal Regional em Caicó?	1954
2. O que você se lembra sobre a instalação? (Que acontecimentos foram marcantes desse fato?);	Aqui em Caicó só tinha pra ensino ginasial só o Santa Terezinha e o Diocesano aí faltava uma escola assim pro (...) mais popular num sabe, aí logo professor Galvão foi muito idealizador, pensou em botar essa escola, também faltava professores para formar professores, aí então em 54, ele pensou e fundou essa escola normal. (...) Era ginasial mas a gente tinha, tinha (...) podia ensinar de 1ª a 4ª, quando terminava, quando concluía, era a Normal Regional. Com o Pedagógico, a gente podia ensinar até mais a (...) na frente, (...) até a 8ª. Eu ensinei no Pedagógico, eu ensinei lá, eu só tinha (...) não tinha faculdade não, (...) 12 anos, só com o curso normal e esse do PABAE, de 6 meses, de supervisora, em Belo Horizonte, (...) 12 anos, de 64 a 76. 76, o Pedagógico foi o que fechou. (...) terminou em 76. Aí foram criados essas habilitações magistério, habilitações em técnico, num sabe (...) esses cursos novos. Aí o Pedagógico não tinha mais função, fechou né (...) todo mundo só ia para esses outros cursos mais novos, (...) em 76 (...).
3. Onde a escola foi instalada? (A Escola Normal Regional de Caicó tinha prédio próprio?	A gente estudou numa sala da prefeitura. Não, ela funcionou em prédios cedidos, (...) o primeiro foi (...) sim, a gente funcionou (...) lá no prédio onde era o estúdio de Brauli, ali onde hoje é um cartório, depois foi o cartório de Zé Dias, mas antes era assim (...) a gente funcionou lá. Depois, nós fomos pra o Kennedy, muitos anos no Kennedy, viu? (...)

Fonte: Elaborada pela autora

As respostas dadas, apresentadas na grelha “Implantação da Escola Normal Regional de Caicó” e enfatizadas em outros eixos da entrevista, foram codificadas nas seguintes categorias: “Professores leigos” e “Condições de funcionamento precárias”, a partir das quais realizamos as inferências.

Figura 4 – Implantação da Escola Normal Regional de Caicó



Fonte: Elaborada pela autora com base nas falas da ex-normalista

O estabelecimento do Curso de Regente do Ensino Primário de Caicó, e, concomitantemente, a implantação da Escola Normal Regional de Caicó, não foi resultante de uma preocupação do governo do Estado, apesar do quadro negativo da educação norte-rio-grandense e caicoense naquele período, relacionado, dentre outras questões, ao despreparo dos professores, conforme menciona a ex-normalista, e ao número reduzido de escolas públicas, que não atendia a toda a demanda da população, entrave que dificultava a queda do analfabetismo⁸³ nesse estado e município.

Aqui em Caicó só tinha pra ensino ginasial, só o Santa Terezinha e o Diocesano aí faltava uma escola (...) mais popular num sabe, aí logo professor Galvão foi muito idealizador, pensou em botar essa escola, também faltava professores para formar professores, aí, então, em 54, ele pensou e fundou essa escola normal. (...) Era ginasial mas a gente (...)

⁸³ No recenseamento realizado em 1950, Caicó apresentava um índice de analfabetismo de 61%, número que estava abaixo da média do Estado que era 68, 02%, colocando esse município na quarta posição entre os estados com menor índice de analfabetismo, à frente Parelhas (62%), S. João do Sabugi (63%), Pau dos Ferros (63%), Portalegre (64%), Acari (65%), Caraúbas (65%), Martins (66%), Jardim de Piranhas (68%), Jardim do Seridó (68%), Macau (69%), Apodi (69%), Serra Negra (70%), Florânia (71%), Açú (71%), Augusto Severo (72%), São Rafael (73%), Patu (73%), Itaretama (73%), Pedro Avelino (73%), Luiz Gomes (73%), Nisia Floresta (74%), Jucurutu (75%), Santana do Matos (75%), Angicos (76%), Alexandria (76%), Currais Novos (77%), Touros (77%), Ipanguaçu (78%), Arez (79%), S. Miguel (79%), Taipu (81%), Baixa Verde (81%), Ceará Mirim (81%), Pedro Velho (81%), S. Paulo do Potengi (82%), Nova Cruz (82%), Campestre (82%), Santa Cruz (83%), São Tomé (84%), Canguaretama (85%), Macaíba (85%), Santo Antônio (86%), S. José de Mipibu (87%) e Goianinha (88%). Natal (43%), Areia Branca (53%) e Moçoró (60%) apresentaram menores índices de analfabetismo do que Caicó. (GURGEL, 1954a, p. 2). Sobre isso, esse autor (*ibid.*, p. 2) ainda comenta: “É alarmante e vergonhosa tal situação. Em vez de embelezar as cidades e comprar amplificadoras para perturbarem o socêgo publico, devem os Shrs. Prefeitos criar com as quotas federais escolas e mais escolas para combater a praga do analfabetismo.”.

podia ensinar de 1^a a 4^a, quando terminava, quando concluía, era a Normal Regional (informação verbal)⁸⁴.

Ela nasceu de um conflito travado entre aqueles que a idealizaram, Moacir de Lucena e padre José Celestino Galvão, então diretor do Ginásio Diocesano Seridoense, com o Estado, que alegava falta de recursos para a criação de mais um Curso Normal Regional, utilizando como pretexto a crise e as dificuldades decorrentes da seca⁸⁵. As partes fixaram o seguinte acordo:

[...] O Padre Galvão me revela que o prédio do atual Batalhão foi construído para uma Escola Rural. Lá ainda existe uma placa. O então Sen. Dinarte Mariz e depois Governador do Estado convenceu o Padre Galvão a cedê-lo para o Batalhão, com a promessa de construir o Centro Educacional de Caicó e fazer dele o seu 1º Diretor – o que, de fato aconteceu. (MEDEIROS, 1998, p. 32).

Apoiado tacitamente pelo então prefeito de Caicó, Rui Mariz (1953-1954)⁸⁶, conforme Neto (*ibid.*), a autorização para instalação e funcionamento foi dada através da emissão, pelo governador Sylvio Piza Pedroza, do decreto de outorga de mandato⁸⁷ ao Ginásio Diocesano Seridoense para ministrar o 1º ano do Curso de Regente de Ensino Primário, transferindo, assim, o serviço, que deveria ser titular do Estado, para a pessoa administrativa do cônego José Celestino Galvão, diretor fundador e proprietário, que o desenvolveu em seu próprio nome. (DECRETO N. 2.463, de 26 DE FEVEREIRO DE 1954).

⁸⁴ Entrevista concedida por Maria Elísia de Araújo Moraes. **Entrevista 1**. [mai. 2018]. Entrevistadora: Ana Vilma de Medeiros Pereira. Caicó, 2018 1 arquivo .mp3 (1:05:21seg.).

⁸⁵ Em mensagem apresentada em 1956, Sylvio Piza Pedroza discursa, “[...] Governámos o Rio Grande do Norte, como é do conhecimento de VV. Excias., sob a signo da crise e das dificuldades. Três anos de sêca, só êste ano substituída por um inverno normal, criaram condições que exgotaram praticamente a capacidade de subsistência e trabalho do sertanejo. Por um lado, o colapso econômico, causado pela falta de preços compensadores aos produtos agrícolas que constituem a base da riqueza coletiva do Estado, notadamente o algodão, trouxeram côres ainda mais negras ao sombrio panorama de luta e dificuldade quase insuperáveis que se estabelecera entre nós. Tais eventualidades, aliás não nos entibiarão o ânimo. Enfrentamos a situação, ao contrário, com todas as energias de que pudemos dispôr. Procuramos anular ou reduzir, ao mínimo, as distâncias, os equivotos e as incompreensões decorrentes das paixões partidárias, convictos de que poderíamos superar a crise pela união dos homens responsáveis em torno do gôverno, com um único interesse: o do Estado e de nossas populações sofredoras, a exigir uma polarização de atenções e atividades. ”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1956, p. 3).

⁸⁶ Rui Mariz suicidou-se em 26 de setembro, sendo substituído pelo vice-prefeito José Josias Fernandes (1954-1954) até o pleito eleitoral de 21 de novembro, no qual foi eleito José Benévolo Xavier (1954-1958). (GURGEL, 1954b).

⁸⁷ “[...] Art. 49 – Os Estados e os Municípios poderão subvencionar estabelecimentos particulares de ensino normal, sob mandato, sendo que funcionem em zonas onde não haja ensino normal oficial.”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 22).

O ensino normal mediante mandato, diferentemente do ensino normal criado⁸⁸, era mantido por “[...] uma taxa a ser paga pelos alunos, de conformidade com as necessidades orçamentárias”, assim como o patrimônio da escola, que era constituído por “[...] imóveis, móveis e utensílios pertencentes à Entidade; mensalidades de sócios e alunos; doações e donativos subvenções e auxílios ordinários e extraordinários, municipais, estaduais e federais [...]”, condições que possivelmente explicam o funcionamento da Escola Normal Regional de Caicó em prédios cedidos. (RIO GRANDE DO NORTE, 1960b). Em relação a isso, a ex-normalista frisa,

[...] funcionou em prédios cedidos, (...) o primeiro foi (...) sim, a gente funcionou (...) lá no prédio onde era o estúdio de Brauli, ali onde hoje é um cartório, depois foi o cartório de Zé Dias, mas antes era assim (...) a gente funcionou lá. Depois, nós fomos pra o Kennedy, muitos anos no Kennedy, **salões da Comercial**, [...] a gente estudou numa sala da prefeitura [...] (informação verbal)⁸⁹.

Algumas informações dadas pela ex-normalista vão ao encontro do exposto no jornal “A Fôlha”, em volumes dos anos de 1954 e 1956. Em decorrência, possivelmente, do aumento de matrículas do secundário, das remodelações pelas quais passavam o Ginásio Diocesano Seridoense e do anúncio de saída de José Celestino Galvão da direção dessa escola, a Escola Normal Regional de Caicó foi fixada no dia 02 de abril de 1954, através de cerimônia de instalação, na Prefeitura Municipal de Caicó, prédio⁹⁰ onde essa escola funcionou, no turno vespertino, até 1955. (NETO, 1954).

Em 1956, a Escola Normal Regional de Caicó passou a funcionar em outro local e endereço, nos salões da Comercial, citados na fala da ex-normalista pelo nome da escola atual, Escola Municipal Presidente Kennedy, nos turnos matutino e

⁸⁸ A insatisfação com as condições físicas em que a maioria das escolas normais funcionou no Brasil é grande, e, é citada em grande parte dos estudos que tratam dessa temática, não cabendo à distinção dessas escolas somente por esse motivo. Sobre isso, Soares (2016, p. 48) afirma, “[...] a tônica que se dava nos discursos públicos, não era a mesma no processo de organização e de funcionamento da instrução pública. Sendo, portanto, uma constituição morosa, deficiente efetivado com condições físicas e humanas precárias.”

⁸⁹ Entrevista concedida por Maria Elísia de Araújo Moraes. **Entrevista 1**. [mai. 2018]. Entrevistadora: Ana Vilma de Medeiros Pereira. Caicó, 2018 1 arquivo .mp3 (1:05:21seg.).

⁹⁰ Situado na Rua Felipe Guerra, 156, Centro.

vespertino, na rua Serra Negra⁹¹, cedidos pelo Mons. Walfredo Gurgel, fiscal estadual dessa escola e diretor da Comercial. (GURGEL, 1956a). Em 1960, a escola foi deslocada para um prédio próprio, Centro Educacional de Formação do Magistério Primário de Caicó, situado à Rua Zeco Diniz, no bairro Penedo.

Quanto ao funcionamento dessa escola no cartório de Zé Dias, não encontramos nada à respeito nos volumes do jornal “A Fôlha”. O que confirma essa informação é um artigo publicado “Uma história que nunca foi contada”, na Revista do 5º Jubileu da Paróquia de Sant’Ana de Caicó, escrito por Maria do Céu Medeiros. Nesse texto, a autora (*ibid.*) afirma, “A escola nunca teve instalações próprias. Começou a funcionar numa sala da Prefeitura, passou para duas salas da hoje Escola Kennedy e terminou na Cel. Martiniano, no prédio onde depois funcionou o Cartório de José Dias.”. (MEDEIROS, *ibid.*, p.32).

Para firmar a outorga, os estabelecimentos, municipais ou particulares, deveriam atender as exigências mínimas, apresentadas no Artigo 42, da Lei Orgânica do Ensino Normal do RN (Decreto-lei n.º 684, de 11 de fevereiro de 1947):

- a) prédio de instalações didáticas adequadas;
- b) organização de ensino nos termos do presente decreto-lei;
- c) corpo docente com a necessária idoneidade moral e técnica;
- d) ensino de português, geografia e história do Brasil, entregue a brasileiros natos;
- e) manutenção de um professor fiscal no estabelecimento, designado pela autoridade do ensino competente;
- f) existência de escola primária anexa, para demonstração e prática do ensino. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 21).

Essas exigências mínimas⁹², consideradas essenciais para o cumprimento da outorga, deveriam ser atendidas, sob as penas cabíveis, suspensão ou cassação do mandato.

Atendendo a todas as exigências dessa Lei, no desempenho do serviço para o qual foi designado, na sua condição de diretor fundador e proprietário, pe. José Celestino Galvão tomou as providências cabíveis, organizadas no quadro abaixo:

Quadro 7 – Providências tomadas para atender as exigências mínimas da outorga do mandato

⁹¹ Pelo jornal “A Fôlha” é possível afirmar que o nome dessa rua foi alterado, posteriormente, para Av. Carlindo Dantas, provavelmente em homenagem a Carlindo Dantas, ex-médico e ex-deputado estadual assassinado no dia 28 de outubro de 1967.

⁹² Na Lei específica não há nada em relação ao estabelecimento de um prazo para o cumprimento dessas exigências.

Exigência para a outorga do mandato	Providências tomadas
Prédio com instalações didáticas adequadas	“Prefeitura Municipal de Caicó”
Organização de ensino nos termos do presente decreto-lei	- “[...] sociedade civil destinada a ministrar o ensino normal de 1º ciclo, de acordo com a legislação vigente [...]”, ou seja, conforme Capítulo I, Capítulo II, Capítulo III e Capítulo IV do Título I, que trata das bases de organização do ensino normal, da Lei Orgânica do Ensino Normal do RN (Decreto-lei n.º 684, de 11 de fevereiro de 1947).
Corpo docente com a necessária idoneidade moral e técnica.	À convite do pe. José Celestino Galvão, compuseram o quadro docente, Calpúrnica Caldas de Amorim, Mons. Walfredo Gurgel, Myrtila Lôbo, Raimundo Guerra, padre Onio Caldas de Amorim, padre José Celestino Galvão, Iracema B. Trindade, Iracema Araújo Medeiros, José Mário, Inês de Azevedo Dantas, Sônia Araújo e Marly Lôbo, professores do Ginásio Diocesano Seridoense e do Grupo Escolar Senador Guerra.
Ensino de português, geografia e história do Brasil, entregue a brasileiro natos.	- Todos os professores da Escola Normal Regional de Caicó possuíam a naturalidade brasileira de origem.
Manutenção de um professor fiscal no estabelecimento, designado pela autoridade do ensino competente.	A partir de fevereiro 1955, a Escola Normal Regional de Caicó já aparece, no jornal “A Fôlha”, identificada de “Externato sob inspeção estadual”. Para o cargo de fiscal foi nomeado Mons. Walfredo Gurgel.
Existência de escola primária anexa, para demonstração e prática do ensino.	Grupo Escolar Senador Guerra

Fonte: (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a; GURGEL, 1954d; 1955c; 1956b)

Do pouco exposto, é válido afirmar que o processo de implantação da Escola Normal Regional de Caicó não foi fácil. Nesse intervalo de tempo, as dificuldades foram intensas, marcadas, principalmente, pelos entraves políticos.

4.2 CRESCENDO ENTRE PEDRAS: A CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA NORMAL REGIONAL DE CAICÓ

As rosas, que nascem entre pedras, crescem e firmam-se. Só há uma explicação para isso: a profundidade de suas raízes. As rosas com raízes profundas, mesmo entre pedras, conseguem encontrar o solo fértil, que apresenta as condições favoráveis para o seu crescimento e desenvolvimento, firmando-se.

Usando essa analogia metafórica, historiamos, nesta seção, como se deu o processo de consolidação da Escola Normal Regional de Caicó, de 1954 a 1962 -

respectivamente, primeiro e último ano de funcionamento dessa instituição -, conforme o jornal “A Fôlha”.

Para esse fim, contemplamos, no roteiro da entrevista, vinte e três (23) questões: O que levou você a querer cursar o Curso Normal Regional?; Havia algum tipo de exame de admissão na escola? Qual o livro adotado para o exame de admissão?; Como eram esses exames? (Eram difíceis? O Exame era constituído de quantas etapas?); Havia a indicação de alguma leitura preparatória para o exame? (Algum programa de estudo?); Qual era o tipo de prova utilizada? (Escrita, oral?) A prova escrita era objetiva ou subjetiva? Como era a prova oral?; Qual a nota mínima para aprovação?; Qual o próximo passo após os exames de admissão?; Você se lembra sobre a composição da sua turma? (Quantos alunos? Todos de Caicó ou havia alunos das cidades circunvizinhas? Havia alunos de ambos os sexos?); Qual o papel desempenhado pelo Curso Normal Regional na sociedade?; Na sua opinião, qual o momento mais marcante da existência da Escola Normal Regional de Caicó?; Quais disciplinas eram oferecidas pelo curso normal regional?; Qual a importância destas disciplinas para o exercício do magistério? Como eram ministradas? (Fale um pouco sobre como os professores davam suas aulas e das metodologias adotadas); Como eram as avaliações? (Qual a periodicidade? Qual a nota mínima para aprovação? Havia exames de 2ª época? Quem fazia esses exames?); Como você descreve a relação entre alunos e professores, e, alunos e diretores?; Havia estágios supervisionados? Onde e como eram realizados?; Como era o cotidiano da escola?; Como essa escola funcionou durante os 8 anos de existência?; A escola era privada ou pública?; Como era o regimento escolar?; Como eram as salas de aula?; Após concluir o curso normal você iniciou a carreira no magistério?; Como se deu a sua entrada na carreira docente?; Como você avalia a contribuição da Escola Normal Regional de Caicó para sua experiência pessoal como professora?.

Dadas às respostas da ex-normalista a essas questões, organizamos a grelha categorial abaixo:

Quadro 8 – Grelha Categorial “Consolidação da Escola Normal Regional de Caicó”

QUESTÕES	RESPOSTAS
1. O que levou você a querer cursar o Curso Normal Regional?	Ah, eu (...) quando eu terminei o primário no Senador Guerra, eu nem era tão, assim tão (...) sem objetivos, sem motivação, sem expectativas, que eu fui ver aprender corte e costura (...) Aí quando professor Galvão formou

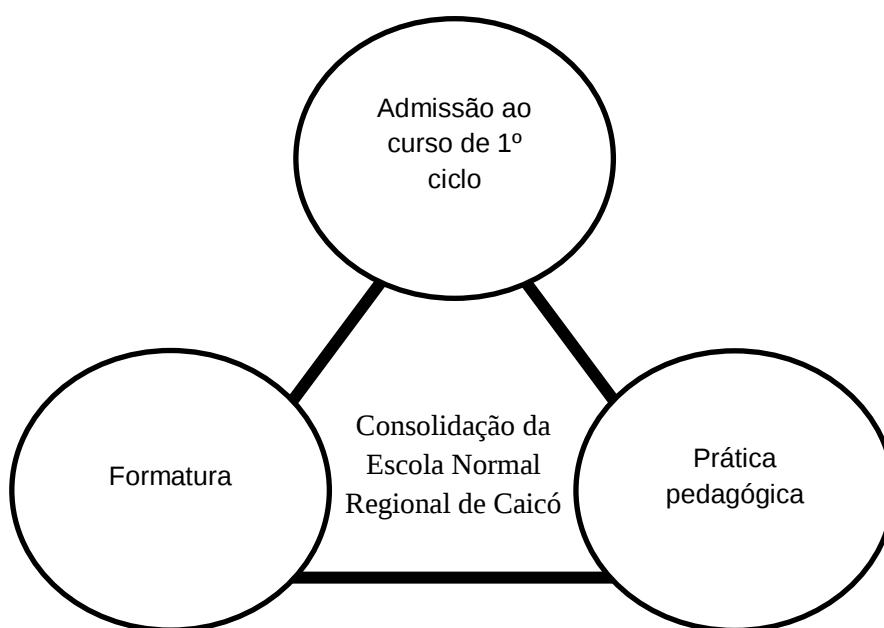
	essas turmas, formou esse curso, aí eu (...) eu me animei com as minhas colegas, todas minhas amigas, aí fui estudar, voltei a estudar, não pensava muito em ser professora não, antes não (...) quando eu terminei o primário não pensava em ser professora não (...) aí o normal foi o que me motivou pra ensinar (...)
2. Havia algum tipo de exame de admissão na escola? Qual o livro adotado para o exame de admissão?	Ah, eu fiz exame de admissão (...) Exame de admissão de português, matemática (...) Quatro matérias (...) História e Geografia (...) Para o exame de admissão não adotaram livro não (...) A gente estudava assim (...) em casa mesmo (...) pelos livros que tinha, base do primário, num é (...) num adotou livro para fazer o exame entrar na escola normal não (...) eu fui da 1ª turma, não tinha não (...)
3. Como eram esses exames? (Eram difíceis? O Exame era constituído de quantas etapas?)	Uma etapa só (...) Agora não me lembro se era uma prova todo dia (...)
4. Havia a indicação de alguma leitura preparatória para o exame? (Algum programa de estudo?)	Não. Não deram programação não.
5. Qual era o tipo de prova utilizada? (Escrita, oral?) A prova escrita era objetiva ou subjetiva? Como era a prova oral?	Foi só escrita (...) foi só a prova escrita com as matérias básicas, não tinha atestado médico.
6. Qual a nota mínima para aprovação?	Era 5,0.
7. Qual o próximo passo após os exames de admissão?	Se fosse aprovado, fazia a matrícula.
8. Você se lembra sobre a composição da sua turma? (Quantos alunos? Todos de Caicó ou havia alunos das cidades circunvizinhas? Havia alunos de ambos os sexos?)	Tinha de cidades circunvizinhas, São Fernando (...). A turma era grande (...) Masculino tinha só um (...) Eu tenho tudo isso (...) eu tenho as listas (...) Era uma escola mais de mulher, num sabe?
9. Qual o papel desempenhado pelo Curso Normal Regional na sociedade?	Ah, era formar professores (...) porque os professores daqui de Caicó eram assim (...) a maioria leigos (...) tinha (...) No Senador Guerra tinha professores assim (...) formados como Dona Mirtilla, Dona Calpurnia, professor Guerra, num sabe? Que tinham (...) mas a maioria eram professor só primário. (...) os do Santa Terezinha eram mais freiras (...) eram mais as freiras tinha formação em Teologia. (...) essas coisas. (...) os do CDS eram mais padres e as pessoas intelectuais (...), juízes, num sabe? (...) advogados (...) médicos (...)
10. Na sua opinião, qual o momento mais marcante da existência da Escola Normal Regional de Caicó?	Ah, foi a formatura (...) A colação de grau (...) foi muito bonita, muito lorde (...) a gente colou grau ali onde hoje é (...) nesse tempo era a emissora rural (...) aí tinha um palco muito grande, (...) assim, um pátio grande (...) tinha até uns forrós nesse pátio (...) ali perto do Correio (...) Mas foi muito bonita a colação de grau (...) Meu paraninfo foi (...) Tinha paraninfos (...) tinha anel (...) além da formatura, o que eu achava muito lindo lá na Escola Normal era uma festa que tinha todo ano no mês de maio (...) tinha duas barracas (...) tinha a barraca da esperança (...) da primavera a festa (...) aí tinham as barracas, azul e vermelha (...) as garçonetes eram as próprias alunas (...) tudo com avental (...) tudo muito bonito (...) tinha show (...) A festa era só nossa (...) era na praça José Augusto com show

	(...) todo mundo, diretor, aluno (...)
11. Quais disciplinas eram oferecidas pelo curso normal regional?	Tinha tanta disciplina (...) Agora os procedimentos metodológicos, tinha prova escrita e prova oral (...) com ponto sorteado no final do ano (...) sorteava ponto (...) dava 20 pontos para estudar (...) daqueles pontos caía um para a prova oral no final do ano (...) agora, durante o ano todinho era prova escrita copiada no quadro (...) não tinha mimeógrafo não (...) copiava no quadro (...) e a gente no papel almaço, a gente dobrava aqui aquela margem, copiava e respondia (...) mas era quase só de pergunta de (...) assim (...) “do que é isso?” “complete isso” (...) num tinha muito teste múltipla escolha não porque para gente copiar tudo era muito difícil (...) a prova era só desse tipo (...) de perguntas (...) no papel almaço (...)
12. Qual a importância destas disciplinas para o exercício do magistério? Como eram ministradas? (Fale um pouco sobre como os professores davam suas aulas e das metodologias adotadas).	Ah, era muito boa (...) tinha tanta disciplina de formação (...) aqui tinha artes de fazer flores (...) a professora era irmã de padre Antenor (...) a gente fazia muito coisa útil (...) tinha tanta da matéria de formação (...) era bem profissional (...) No dia 7 era a coisa mais linda, professor Galvão acompanhava aquelas turmas de batina, bem magrinho, correndo naquele desfile (...) a gente tinha a farda diferente para marchar, muito bonita, assim prensada e a blusa era com uma faixa com um emblema (...) A banda era só as meninas do Pedagógico (...) dos dois, tanto normal, eram as mesmas pessoas, Adenisia Dantas, Cledinete e Maria de Jesus (...) Era mais aula expositiva (...) As aulas práticas eram só no estágio (...) tinha a professora de prática de ensino (...) orientava (...) a gente fazia os planos de aula com ela (...) ia para as escolas (...) no Senador Guerra (...) tinha poucas escolas aqui nesse tempo (...)
13. Como eram as avaliações? (Qual a periodicidade? Qual a nota mínima para aprovação? Havia exames de 2ª época? Quem fazia esses exames?)	Era por bimestre (...) Acho que era 5,0 (...) os exames de 2ª época era como a recuperação hoje (...) quem fazia eram os alunos com médias inferiores a 5,0.
14. Como você descreve a relação entre alunos e professores, e, alunos e diretores?	Ah, muito boa (...) muita amizade (...) nesse tempo, ah Nossa Senhora, professor para a gente era tudo (...) o aluno respeitava o professor (...) o professor também tinha uma intimidade, uma amizade com os alunos (...) era uma coisa tão diferente (...) tão boa (...). Dos alunos com o diretor também era muito boa (...) Ave Maria, professor Galvão todo mundo amava (...) sempre foi o mesmo diretor (...)
15. Havia estágios supervisionados? Onde e como eram realizados?	Sim. No Senador Guerra.
16. Como era o cotidiano da escola?	Lá na escola normal tinha uma caderneta que todo dia carimbava a entrada da gente, você acredita? (...) tinha um carimbo da entrada (...) era uma cadernetinha mesmo para diário, num sabe? (...) todo dia tinha o carimbo da presença, já pensou? (...) até quem carimbava era Tintim (...) essa Tintim era a zeladora, a moreninha (...)
17. Como essa escola funcionou durante os 8	Não, ela funcionou em prédios cedidos, (...) o

anos de existência?	primeiro foi (...) sim, a gente funcionou (...) lá no prédio onde era o estúdio de Brauli, ali onde hoje é um cartório, depois foi o cartório de Zé Dias, mas antes era assim (...) a gente funcionou lá. Depois, nós fomos pra o Kennedy, muitos anos no Kennedy, viu? (...) foi nesses dois cantos (...) Agora, o Pedagógico foi que andou em muito canto (...) Também, o Pedagógico só (...) só foi para o CEJA em 60.
18.A escola era privada ou pública?	(...) a gente pagava uma mensalidadezinha boba, mas pagava (...) era pouca a mensalidade (...)
19.Como era o regimento escolar?	Rígido.
20.Como eram as salas de aula?	As salas de aula não tinha muita coisa não (...) não tinha muito cartaz na parede não (...) era simples (...) só tinha cartaz quando fosse comemorar uma data (...) aí fazia aqueles cartazes sobre aquela data, das mães, tudo, mas num tinha muita coisa não (...) também era sala cedida (...) na casa do povo (...) ninguém ia fazer muita coisa (...) os boletins eram entregues bimestralmente (...) ia para o pai assinar (...)
21.Após concluir o curso normal você iniciou a carreira no magistério?	Não. Eu só comecei no 2º ano Pedagógico.
22.Como se deu a sua entrada na carreira docente?	Foi justamente como eu falei (...) foi professor Galvão que me convidou para ensinar no Abrigo, né? nesse contrato do INEP (...) não teve seleção nenhuma (...) fui lá ensinar (...) só ensinei num semestre (...) depois fiz o teste para o Vilagran (...) aí comecei a ensinar lá (...) eu era do 2º Pedagógico (...) fiz seleção para ensinar (...) foi o batalhão quem fez (...) aí nesse tempo não precisava ter concurso não (...) a gente entrava para ensinar sem concurso (...) eu só fiz concurso depois (...) eu fiz concurso no pedagógico, já ensinava lá (...) houve um concurso para qualificação, eu fiz (...) fiz concurso para a universidade (...) mas pra ensinar no primário nunca fiz concurso não (...) nesse tempo não tinha concurso (...) era uma carência tão grande de professores (...) quando foi fundado o NAC, aqui em Caicó, em 74, foi fundada a universidade aqui, se chamou NAC, lá no Diocesano (...) os professores foram todos convidados (...) não teve nenhum concurso (...) todos convidados (...) Rosa Simplício, Linezia, Maria do Céu (...) todas elas (...) Dorinha, Bezinha (...) todas foram convidadas (...) Seu Dinarte Mariz era quem botava mais (...) ele indicava (...) Dinarte quem indicava as pessoas pela amizade dele (...)
23.Como você avalia a contribuição da Escola Normal Regional de Caicó para sua experiência pessoal como professora?	Foi o primeiro passo, né? (...) dos meus estudos (...) a escola normal era muito boa (...) assim tanto a parte acadêmica como a parte profissional eram bem ministradas (...) os professores eram bons (...) os alunos muito interessados (...) nesse tempo, a gente estudava demais (...) todo mundo gostava de estudar (...)

A partir das falas em destaque na grelha categorial “Consolidação da Escola Normal Regional de Caicó”, e considerando as questões enfatizadas nas considerações finais da entrevista, criamos três categorias (“Admissão ao curso de 1º ciclo”, “Prática Pedagógica” e “Formatura”) e três subcategorias relacionadas à categoria “Prática Pedagógica” (“práticas pedagógicas cívico-patrióticas”, “práticas pedagógicas religiosas” e “práticas pedagógicas no estágio supervisionado”) vinculadas às leituras e inferências empreendidas no processo de análise das narrativas. Vejamos:

Figura 5 – Consolidação da Escola Normal Regional de Caicó



Fonte: Elaborada pela autora com base nas falas da ex-normalista

A Escola Normal Regional de Caicó, que funcionou nos moldes da Lei Orgânica do Ensino Normal do Rio Grande do Norte (Decreto-Lei n. 684, de 11 de fevereiro de 1947), de 1954 até meados de 1959, quando se iniciou a aplicação Reforma Tarcísio Maia (Lei Estadual nº 2.171, de 6 de dezembro de 1957) no interior, foi marcada por dois momentos distintos: o primeiro de ascensão, de 1954 a 1959; o segundo, de decadência, de 1960 até 1962, o que pode ser compreendido a partir da leitura atenta das seções seguintes.

4.2.1 Admissão ao curso de 1º ciclo

O ingresso no curso de 1º ciclo de ensino normal dava-se através do exame de admissão e, ulteriormente, da matrícula.

O exame de admissão era uma espécie de seleção, realizada por uma banca designada pelo diretor, para o acesso a Escola Normal Regional de Caicó, que visava à padronização do perfil de alunos, intelectualmente, inscritos. Em relação ao exame de admissão, a ex-normalista (grifo da autora), que se submeteu essa prova em 1954, afirma,

Ah, eu fiz exame de admissão (...) Exame de admissão de português, matemática (...) Quatro matérias (...) História e Geografia (...) Para o exame de admissão não adotaram livro não (...) A gente estudava assim (...) em casa mesmo (...) pelos livros que tinha, base do primário, num é (...) num adotou livro para fazer o exame entrar na escola normal não (...) eu fui da 1ª turma, não tinha não (...) **Era** Uma etapa só (...) Agora não me lembro se era uma prova todo dia (...) foi só a prova escrita com as matérias básicas. Não deram programação não (...) **A nota mínima para aprovação** era 5,0 (informação verbal)⁹³.

Mesmo estudando em casa, a ex-normalista utilizava o livro do Programa de Admissão, editado pela Companhia Editora Nacional e organizado pelos autores Aroldo de Azevedo, Domingos Paschoal Cegalla, Joaquim Silva e Osvaldo Sangiorgi. Essa obra abordava os conteúdos, do ensino primário, de Português, Matemática, História do Brasil e Geografia.

Figura 6 – Livro Programa Admissão

⁹³ Entrevista concedida por Maria Elísia de Araújo Moraes. **Entrevista 1**. [mai. 2018]. Entrevistadora: Ana Vilma de Medeiros Pereira. Caicó, 2018 1 arquivo .mp3 (1:05:21seg.).



Fonte: Livro cedido por Afra Figueirêdo

Com base nas informações acima e naquelas que podem ser inferidas da Portaria nº 501 de 19 de maio de 1952, o exame de admissão da Escola Normal Regional de Caicó, semelhante ao exame de admissão para o ingresso no curso ginasial, era realizado em duas épocas, 1ª época, identificado no jornal “A Fôlha”

como Exame de admissão, e, 2ª época⁹⁴. Esses exames de admissão foram realizados até 1959, em virtude da reforma Tarcísio Maia, que ao aplicar a reorganização do ensino do interior do RN, provocou a extinção da Escola Normal Regional de Caicó. Dos registros que conseguimos obter desses exames no jornal “A Fôlha”, temos:

Quadro 9 - Exames de 1ª época, 2ª época e exames de admissão realizados na Escola Normal Regional de Caicó

ANO	EXAMES	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
1954	2ª época	-
	Admissão	-
1955	1ª época	-
	2ª época	-
	Admissão	24 a 28 de fevereiro de 1955
1956	1ª época	-
	2ª época	13 a 15 de fevereiro de 1956
	Admissão	20 a 23 de fevereiro de 1956
1957	1ª época	03 a 06 de dezembro de 1956
	2ª época	20 a 23 de fevereiro de 1957
	Admissão	-
1958	2ª época	10 e 11 de fevereiro de 1958
	Admissão	10 a 13 de fevereiro de 1958
	2ª chamada	01 a 08 de fevereiro de 1958
1959	2ª chamada	-
	Admissão	-

Fonte: (GURGEL, 1955c; 1956a; 1956g; 1956i; 1958c)

Nos jornais estudados não há nada em relação ao exame de admissão nos anos de 1954 e 1959. O período dos exames de admissão realizados na Escola Normal Regional coincide com o previsto no Artigo 1º, da Portaria 501/52, o que coíbia os candidatos de se submeterem a mesma avaliação em outro estabelecimento escolar.

Além disso, vale enfatizar que para realizar os exames de admissão nessa instituição, os interessados deveriam fazer a sua inscrição e apresentar os seguintes documentos: “registro civil; certificado do Curso Primário; atestado médico e de vacina; e, inscrição oficial mediante requerimento á Diretoria da Escola”. (GURGEL, 1955b). Todos os documentos exigidos nessa etapa estavam de acordo com o Artigo 2º, da Portaria 501/52, que estabelece:

⁹⁴ O período de realização dos exames de 2ª época condiz com o estabelecido no Art. 17, do Capítulo “Do Ano Escolar”, que designa: “[...] Poderão realizar-se exames no decurso das férias.”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 17).

Art. 2º - Para a inscrição dos candidatos aos exames de admissão será exigida a seguinte documentação:

1º - Requerimento firmado pelo candidato ou por seu responsável, dirigido ao diretor do estabelecimento, com a declaração de que não se inscreveu, nem se inscreverá em exames de admissão em outro estabelecimento, na mesma época.

2º - Prova de idade em que se verifique ter o candidato 11 anos completo ou a completar até 30 de junho.

3º - Provas regulamentares de sanidade física e mental e de imunização antivariólica, devendo ser feita, ainda, exigência de quaisquer outras provas, sempre que as autoridades sanitárias competentes as julgarem necessárias.

4º - Certificado de conclusão de curso primário oficial, ou atestado idôneo de haver recebido satisfatória educação primária. (BRASIL, 1952, s.p.).

A comprovação da idade de 11 anos exigida nessa etapa vai de encontro com o dito no Artigo 21 da Lei Orgânica do Ensino Normal do RN (Decreto-lei n.º 684, de 11 de fevereiro de 1947), que determina, “Para inscrição dos exames de admissão ao curso de primeiro ciclo será exigida do candidato prova de conclusão dos estudos primários e idade mínima de treze anos. [...] Não serão admitidos em qualquer dos dois cursos candidatos maiores de 25 anos”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 18). Para confrontar com essas informações e obter dados reais da Escola Normal Regional de Caicó em relação a isso, realizamos o levantamento da idade de algumas normalistas da primeira turma:

Quadro 10 – Idade de algumas alunas da primeira turma da Escola Normal Regional de Caicó⁹⁵

ALUNAS	DATA DE NASCIMENTO	IDADE EM JUNHO 1954	FILIAÇÃO	NATURALIDADE
Adenisia Alencar Dantas	26/03/1940	14 anos	Severino de Assis Dantas e Maria Alencar Dantas	Caicó
Ana Galvão de Araújo	22/09/1935	18 anos	Petronilo Araújo Galvão e Jael Pereira	Caicó
Celia Santos	02/02/1939	15 anos	Derosse Cunegundes dos Santos e Elina Pereira dos Santos	Caicó
Cledinete Brito de Souto	06/02/1941	13 anos	Francisco Paulo de Souto e Santine H. de Souto	Serra Negra
Deodites Dantas	22/10/1934	19 anos	Alexandre Dantas Medeiros e Rita Maria Dantas	Caicó
Edvanilce Pereira	12/04/1939	15 anos	Guilherme Eneas Pereira e Maria Liêta de Araújo	Caicó

⁹⁵ Como não encontramos o livro de matrícula da Escola Normal Regional de Caicó, fizemos o levantamento considerando a lista da primeira turma da Escola Normal Regional de Caicó, exposta no jornal “A Fôlha”, no livro de matrícula do Curso Pedagógico, disponível no arquivo do Centro Educacional José Augusto.

Eunice Jovelina Filgueira	09/11/1938	15 anos	José Paulo Filgueira e Erotides Dantas Filgueira	Caicó
Inês Fernandes	09/10/1937	16 anos	Sebastião Fernandes e Ana Medeiros	Caicó
Josefa Maria Gomes	21/07/1940	14 anos	Cícero Francisco Gomes e Maria Vicença Gomes	Caicó
Linésia Dantas	08/08/1935	18 anos	Francisco Celso Dantas e Maria Neves Dantas	Caicó
Maria de Lourdes Gois	21/10/1939	14 anos	João Florentino Gois e Maria de Lourdes Gois	São José
Maria de Lourdes Silva	15/11/1938	15 anos	João Alexandre Silva e Francisca Silva	Caicó
Maria Elísia de Araújo	20/07/1935	18 anos	Severino Cardoso de Araújo e Elisia Maria da Conceição	Caicó
Maria Galvão de Araújo	03/03/1931	23 anos	Petronilo Araújo Galvão e Jael Pereira	Caicó
Paulina Fernandes	07/12/1930	23 anos	Manoel Idalino e Maria Cicera das Dores	Caicó
Rita Pereira da Cunha	03/04/1939	15 anos	Manoel Paulo da Cunha e Célia Pereira da Silva	Caicó
Teresa da Mota	06/01/1910	44 anos	Sinfrônio Pereira da Costa e Maria Jacaré de Jesus	Caicó

Fonte: Livro de matrícula (1958)
Arquivo do Centro Educacional José Augusto

Face ao exposto, vê-se que a Escola Normal Regional de Caicó seguiu as determinações legais que estabelecem a idade mínima para a inscrição no exame de admissão, 13 anos, contudo, o critério da idade máxima, previsto nessa lei, não foi respeitado. A aluna Teresa da Mota, quando se submeteu ao exame de admissão, já tinha 44 anos, idade superior à prevista em lei.

Realizada a inscrição, o interessado poderia fazer o exame de admissão, que constava de provas de Português, Matemática, Geografia e História do Brasil, escritas e orais, versando sobre os conteúdos a seguir:

Quadro 11 – Programas para o Exame de Admissão

DISCIPLINAS	CONTEÚDOS
Português	Alfabeto; vogais e consoantes; grupos vocálicos e grupos consonantais. Sílabas, vocábulos, notações léxicos e acento tônico. Conhecimento das categorias gramaticais: análise léxica. Género, número e grau. Conjugação completa dos verbos auxiliares e dos regulares. Exercícios de sinônimos e antônimos.

Matemática	Números inteiros. Algarismo arábicos e romanos. Numeração decimal. Operações fundamentais sobre números inteiros. Divisibilidade por 10, 2, 5, 9 e 3. Prova real e dos nove. Números primos. Decomposição de um número em fatores primos. Máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois ou mais números. Frações ordinárias; simplificação e comparação. Operações sobre frações ordinárias e números mistos. Números decimais fracionários; operações. Conversão das frações ordinárias em números decimais e vice-versa; números decimais periódicos. Noções sobre o sistema legal de unidade de medir. Metro, metro quadrado e metro cúbico; múltiplos e submúltiplos usuais. Litro; múltiplos e submúltiplos usuais. Quilograma; múltiplos e submúltiplos usuais. Sistema monetário brasileiro. Problemas simples, inclusive sobre o sistema legal de unidades de medir.
Geografia	Caracterização dos principais acidentes geográficos. As partes do mundo; sua distribuição geográfica. A Terra; forma e movimentos. Polos, eixo, equador, meridianos, paralelos, trópicos, círculos polares e zonas terrestres. Astros: estrelas e planetas; o Cruzeiro do Sul. Pontos cardiais. Orientação geográfica. Orientação pelo Sol, pelo Cruzeiro do Sul e pela bússola. Raças. Formas de governo. Países da América do Sul e suas capitais. Países da América do Norte e suas capitais. Países da América Central e suas capitais. Países da Europa e suas capitais. Países soberanos da África e da Ásia e suas capitais. O Brasil, limites, baías, ilhas, serras, lagos e rios principais. Brasil; governo; população, raças e línguas. Estados do Brasil e Territórios; Capitais, cidades principais. O Distrito Federal e sua população.
História do Brasil	Descobrimento da América; Colombo. Descobrimento do Brasil; Cabral. Capitanias Hereditárias. Os três primeiros governadores gerais. Invasão do Rio de Janeiro pelos franceses. Fundação da Cidade: Estácio de Sé. Invasões holandesas; Matias de Albuquerque, Henrique Dias e Felipe Camarão. Entradas e bandeiras; Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Paes. Conjuração mineira; Tiradentes. Transmigração da família real de Portugal para o Brasil; D. João VI. Independência; D. Pedro I, José Bonifácio, Gonçalves Lêdo. Período regencial; Padre Feijó. O segundo reinado; D. Pedro II. Guerra do Paraguai; Osório e Caxias. Abolição do cativo; Princesa Isabel, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco. Proclamação da República; Deodoro, Floriano Peixoto, Benjamim Constant, Rui Barbosa. Governos republicanos; contribuição ao progresso do Brasil.

Fonte: (BRASIL, 1952, s.p.)

Os conteúdos dos programas para o exame de admissão, tal como visto, faziam parte do currículo do Ensino Primário. Eram predominantemente enciclopédicos e valorizavam a cultura geral e humanística, equivalentes aos currículos previstos na Lei Orgânica do Ensino Secundário. O que mais chama-nos

atenção nesses programas são os conteúdos listados em história, que são, especificamente, voltados para o conhecimento da realidade do país.

A nota mínima para ser aprovado no exame de admissão era 4,0 em cada disciplina ou 5,0 no geral, de acordo com a Portaria nº 501/1952. Se reprovado, o candidato poderia se inscrever novamente nos exames de admissão, de 1ª e 2ª épocas. Sendo aprovado, o aluno recebia o certificado de aprovação em exame de admissão, podendo-se matricular na 1ª série, que correspondia a 5ª série, do estabelecimento de ensino secundário para o qual se inscreveu, desde que estivesse classificado dentro do número de vagas ofertadas pela escola⁹⁶. Observemos:

Figura 7 – Certificado de aprovação em exame de admissão

The image shows a handwritten certificate of admission exam approval. The fields are filled with cursive handwriting. At the top, the student's name is 'Vélia Santos', born on '02/02/1939' in 'Canoas', 'Rio G. do Norte'. The father's name is 'Derossi Carneiro dos Santos' and the mother's is 'Elina Pereira dos Santos'. The exam title is 'EXAME DE ADMISSÃO'. It was held at 'Escola Normal de Canoas' in 'Canoas', 'RN'. The scores are: Portuguese 70, Geography 60, Arithmetic 60, and History 50. The date is '1954'.

EXAME DE ADMISSÃO			
Escola Normal de Canoas (Estabelecimento que expediu o certificado)			
Canoas (Cidade)	RN (Estado)		
Português	70	Aritmética	60
Geografia	60	História	50
		Data	1954

Fonte: Concluintes Curso Pedagógico (1960)
Arquivo do Centro Educacional José Augusto

O certificado de aprovação em exame de admissão, como apresentado acima, era expedido pela instituição que realizava o exame, assim como os membros da banca, que, como já dito anteriormente, eram designados pelo diretor dessa instituição.

Além da habilitação nos exames de admissão, eram solicitados aos candidatos os seguintes requisitos:

⁹⁶ Em relação a isso, pode-se destacar, “Art. 18 – Os alunos dos estabelecimentos de ensino normal serão sempre de matrícula regular, não se admitindo alunos ouvintes.”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 17-8).

- a) qualidade de brasileiro;
- b) sanidade física e mental;
- c) ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contra-indique o exercício da função docente;
- d) bom comportamento social [...] (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 18).

A comprovação de um bom comportamento social (moral e cívico) do futuro professor primário, aliada aos mecanismos coercitivos utilizados para lhe manter sob controle, era uma forma de o Estado garantir a ordem e assepsia social, compatíveis com os ideais republicanos.

Na inexistência de vagas nesse estabelecimento, seu certificado de aprovação era revalidado para a realização de matrícula em outro estabelecimento, conforme normas da instituição, “[...] A regulamentação poderá dispor sobre os exames de seleção, entre candidatos á transferência, quando seu número exceda ao de vagas.”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 18).

4.2.2 Práticas pedagógicas

Prática Pedagógica é um termo muito utilizado por Saviani (1990) e se refere àquilo que é produzido na educação, em um determinado contexto histórico, intimamente ligado à concepção filosófica que lhe serviu de base e orientação. “A prática pedagógica é sempre tributária de determinada teoria que, por sua vez, pressupõe determinada concepção filosófica”. (SAVIANI, 1990, p. 8).

Amparando-se nas políticas educacionais que alicerçaram os cursos normais regionais do RN, especialmente, na Lei Orgânica do Ensino Normal do RN, compreendemos como práticas pedagógicas da Escola Normal Regional, implícitas e explícitas na fala da ex-normalista: práticas pedagógicas cívico-patrióticas, práticas pedagógicas religiosas e práticas pedagógicas no estágio supervisionado, sobre as quais discorreremos aqui.

Não identificamos, nas falas dessa ex-normalista, práticas de organização e desenvolvimento de instituições para escolares, nem práticas de manutenção de escolas primárias, propostas contidas na Lei Orgânica do Ensino Normal do RN, que orientavam:

Art. 29 – Como trabalhos complementares os estabelecimentos de ensino normal deverão promover, entre os alunos, a organização e o

desenvolvimento de instituições para escolares, destinadas a criar, em regime de autonomia, condições favoráveis á formação dos sentimentos de sociabilidade e do estudo em cooperação. Merecerão especial cuidado as instituições que tenham por objetivo despertar entre os escolares o interesse pelos problemas nacionais.

[...]

Art. 46 – Todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino.

§ 1.º - Cada curso normal regional deverá manter, pelo menos, duas escolas primárias isoladas. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 19-22).

A manutenção de escolas primárias, de que trata esse artigo, refere-se ao conjunto de ações necessárias para manter ou restaurar (manutenção física, confecção de material pedagógico) de forma a estabelecer condições necessárias para otimização dos processos pedagógicos dessas instituições.

4.2.2.1 Práticas pedagógicas cívico-patrióticas

Não é de se estranhar, perante o contexto em que a Escola Normal Regional de Caicó foi instalada, a manifestação de apego aos ideais republicanos, testemunhos da época, presentes nas práticas pedagógicas desenvolvidas durante a sua existência, uma formação educacional voltada para o nacionalismo, para a valorização da família e da pátria, em que a moral e a cívica deveriam estar presentes ao longo de todo o curso, não como disciplina, com programas específicos, que estaria sob a responsabilidade de um único professor, mas como um atributo autoexecutável que está presente em todo o processo, proporcionando aos indivíduos uma visão sobre a forma como se comporta todo e qualquer cidadão republicano.

Essa prerrogativa estava presente nas legislações educacionais do período referentes ao ensino normal, que orientava, dentre outras medidas, que “[...] a educação moral e cívica não deverá constar de programas específicos, mas resultará do espírito e da execução de todo o ensino [...]”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 17).

Como práticas pedagógicas cívico-patrióticas, que permeavam a formação dos alunos da Escola Normal Regional de Caicó, conforme a fala de Maria Elísia de Araújo Moraes, estavam: alusão a datas comemorativas com a cultuação de seus heróis e efemérides, entoação do hino nacional brasileiro e hasteamento da bandeira nacional, semana da pátria (desfile do dia 7 de setembro).

A alusão a datas comemorativas com a cultuação de seus heróis e efemérides, que propagavam ideias de bom comportamento, respeito à família e ao país, bem como outros valores, era uma forma da sociedade manter costumes e tradições nacionais e locais. Em relação a isso, a ex-normalista lembra, “(...) ai fazia aqueles cartazes sobre aquela data, das mães, tudo, mas num tinha muita coisa não (...) também era sala cedida (...) na casa do povo (...) ninguém ia fazer muita coisa (...) (informação verbal)⁹⁷”. Sobre isso, encontramos:

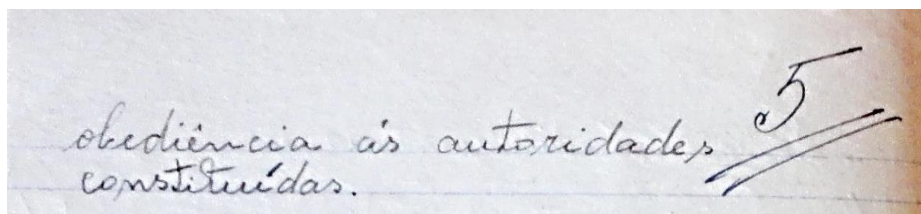
Figura 8 – Atividade escrita do dia do estudante

Descrição da do estudante

Como é importante o dia do estudante!
 Neste dia belíssimo o estudante ficará
 com uma alegria, porque não são
 somente os dias feriados que
 comemoramos, ~~como~~ também
 respeitamos o dia do estudante. Saben-
 do também que há o dia do estudante
 que comemoramos. O dia do estudante
 não é somente para aqueles que
 ocupam as carteiras, como também
 para aqueles que já serviram a
 pátria, e ~~como~~ quer^{ma} a Pátria confia
 esses estudantes que estudam muito
 para mais adiante, futuramente, ~~isso~~
 ser ~~um~~ grandes homens ^{de} que o Brasil
 precisa. A escola é uma imagem
 fiel da sociedade para a vida do estu-
 dante. Todos ^{os} estudantes devem respeito e

Teresinha Maria de Jesus 3^o
 série Normal

⁹⁷ Entrevista concedida por Maria Elísia de Araújo Moraes. **Entrevista 1.** [mai. 2018]. Entrevistadora: Ana Vilma de Medeiros Pereira. Caicó, 2018 1 arquivo .mp3 (1:05:21seg.).



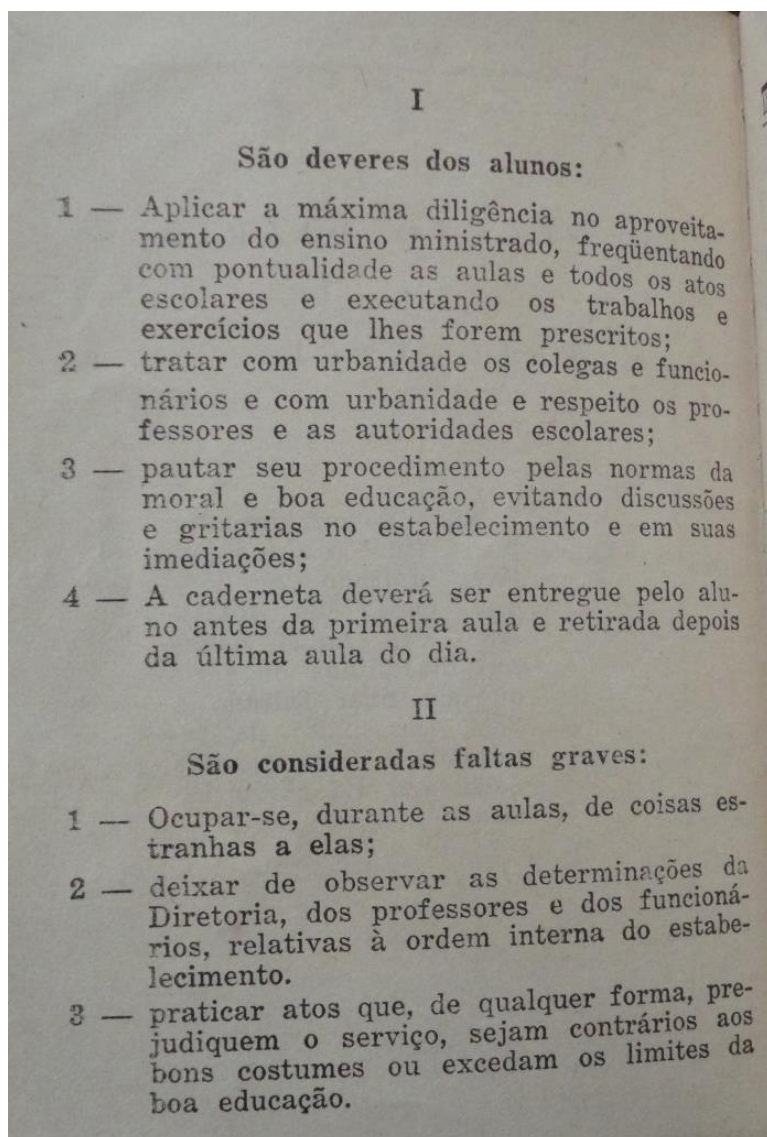
Fonte: Atividade cedida por Teresinha M. de Jesus

Essa atividade, apesar de referente ao dia do estudante e não a um acontecimento histórico de grande relevância, traz à tona as palavras “respeito” e “obediência”, manifestando uma declaração de submissão e obediência à República e as suas autoridades – presidente, governador, prefeito, etc.

O respeito e a obediência caracterizavam a prática disciplinadora dessa instituição. Os alunos também eram avaliados pelo seu comportamento e pela sua civilidade. Nessa perspectiva, Maria Elísia de Araújo Moraes narra que, apesar de se sentarem em carteiras duplas, os alunos não conversavam nas aulas nem colavam nas provas.

A contrariedade aos bons costumes e o estabelecimento de discussões que pudessem exceder os limites da boa educação eram consideradas faltas graves, e, portanto, deveriam ser evitados, conforme as normas da escola:

Figura 9 – Normas da Escola Normal Regional de Caicó



Fonte: Caderneta Escolar cedida por Maria de Lourdes Gois Sales

A manutenção da ordem interna da escola era uma preocupação candente da Escola Normal Regional de Caicó, que deveria, enquanto instituição subvencionada pelo Estado, zelar pela ordem social. A regra era “vigiar e punir”, tanto que a ex-normalista (*ibid.*) recorda:

Lá na escola normal tinha uma caderneta que todo dia carimbava a entrada da gente, você acredita? (...) tinha um carimbo da entrada (...) era uma cadernetinha mesmo para diário, num sabe? (...) todo dia tinha o carimbo da presença, já pensou? (...) até quem carimbava era Tintim (...) essa Tintim era a zeladora, a moreninha (...) Tinha suspensão das aulas (...) a pessoa fizesse alguma coisa bem com o professor (...) uma indisciplina forte na sala de aula ele era suspenso (...) o castigo era suspensão (...) expulsão parece que nunca houve não (...) naquele tempo o pessoal não era indisciplinado não (...) Tintim já foi lá em casa reclamar dessa minha irmã, Terezinha (...)

Ela fazia bagunça (...) Ela pegava, lá no Kennedy, era um lavatório, daqueles de ferro, com uma bacia de água para a gente lavar as mãos (...) aí tinha um porta toalha com uma toalhinha de rosto (...) Terezinha pegava a tolha e molhava (...) botava dentro da bacia (...) aí ela foi lá para casa dizer a papai (...) ia bater nas casas (...) reclamar essas coisas (...) também era uma turma pequena (...) era só uma turma (...) (informação verbal)⁹⁸.

Tintim, como era carinhosamente conhecida Maria Alice de Souza entre os alunos, não era apenas zeladora. Ela era responsável por cuidar da disciplina dos alunos no interior da escola, controlando a entrada e saída desses⁹⁹.

Quanto à semana da pátria, pode-se dizer que era a época em que o orgulho pela pátria era mais externado. Além do desfile do dia 7, era realizada uma comemoração cívico-literária, que reunia uma multiplicidade de momentos de interação, formais e informais: “[...] discursos, poesias e números de arte executados pelas jovens estudantes caicoenses”. (GURGEL, 1959e, p. 3).

No desfile do dia 07, as alunas dessa escola, para demonstrar uma série de deveres e sentimentos em relação ao país - respeito, serviço, dentre outros -, vestiam seus uniformes de meia gala - blusas fechadas, com mangas, com uma faixa da cor verde escura e símbolo da escola, da direita para a esquerda, saias longas, que tinham a altura na metade da panturrilha e que valorizavam a silhueta, meias e sapatos brancos -, utilizados somente em épocas de eventos cívicos. Perfiladas, as estudantes assistiam ao hasteamento da bandeira, cantavam o hino nacional e desfilavam. (GURGEL, 1959d).

Foto 2 – Desfile de 7 de setembro (1955)

⁹⁸ Entrevista concedida por Maria Elísia de Araújo Moraes. **Entrevista 1**. [mai. 2018]. Entrevistadora: Ana Vilma de Medeiros Pereira. Caicó, 2018 1 arquivo .mp3 (1:05:21seg.).

⁹⁹ “Como poderíamos deixar de lembrar a doce Tim-Tim, figura símbolo desta tão querida escola. Tim-Tim, pequena, magrinha, educada por natureza. Que remorsos das vezes que a fizemos chorar. Mesmo chorando e zangada, não guardava rancores; como uma boa mãe, no outro dia, lá estava com seu sorriso simples e aquela voz melosa “não façam mais isso, meninas”, Tim-Tim, como nos lembramos de você. Quantas vezes você teve de suportar os desabafos de Pe. Galvão sem ter nada com a história... nós éramos culpadas e você aguentava as consequências.”. (VALE, s.a, p. 33).



Fonte: Foto cedida por Maria Elísia de Araújo Moraes

Com base nas informações acima, e observando a foto 2, vê-se que o ato cívico de 7 de setembro em Caicó acontecia conforme os padrões ritualísticos convencionados, exigindo certa formalidade de quem marchava. A respeito disso, a ex-normalista lembra:

(...) No dia 7 era a coisa mais linda, professor Galvão acompanhava aquelas turmas de batina, bem magrinho, correndo naquele desfile (...) a gente tinha a farda diferente para marchar, muito bonita, assim prensada e a blusa era com uma faixa com um emblema (...) A banda era só as meninas do Pedagógico (...) dos dois, tanto normal, eram as mesmas pessoas, Adenisia Dantas, Cledinete e Maria de Jesus (informação verbal)¹⁰⁰.

O pelotão da Escola Normal Regional de Caicó era puxado pela fanfarra da própria instituição, composta por quatro (4) ou cinco (5) alunas, dentre as quais estavam três da primeira turma: Adenisia Dantas, Cledinete Brito e Maria de Jesus Feitosa. Essas alunas eram preparadas pelo professor Benedito dos Santos, professor de Educação Física. Era a única banda exclusivamente feminina, o que chamava a atenção da população local. Dito isso, ela acrescenta lembrando esse

¹⁰⁰ Entrevista concedida por Maria Elísia de Araújo Moraes. **Entrevista 1.** [mai. 2018]. Entrevistadora: Ana Vilma de Medeiros Pereira. Caicó, 2018 1 arquivo .mp3 (1:05:21seg.).

período, “(...) Os instrumentos vinham de Natal (...) era da própria escola (...) A gente tinha gosto de marchar (...) Não faltava uma (...)” (informação verbal)¹⁰¹.

Há que se destacar, também, com o mesmo nível de importância, as excursões que eram realizadas pelo pe. José Celestino Galvão e as normalistas, nesse período, à convite de prefeitos e de outras personalidades das cidades circunvizinhas, que ocupavam algum cargo público, para participarem das comemorações alusivas à semana da pátria. A título de exemplo, as normalistas desfilaram em Parelhas, Jardim do Seridó, Acari e Currais Novos. (FIDELIS, 1954).

Além disso, essa cultura cívica-patriótica era identificada em eventos como sessões especiais e solenes, tipo aulas inaugurais, textos dos juramentos de formaturas, etc., que aconteciam nessa instituição. A entoação e execução do hino nacional brasileiro era uma atividade realizada semanalmente, bem como no encerramento das cerimônias de formaturas. (GURGEL, 1959f).

4.2.2.2 Práticas pedagógicas religiosas

Na redação da Lei Orgânica do Ensino Normal do RN previa-se que o ensino religioso, apesar de não curricularmente obrigatório, poderia ser contemplado como uma disciplina dos cursos do ensino normal (1º e 2º ciclos), facultativa para professores e alunos, “[...] não podendo [...] constituir objeto de obrigação de mestres e professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos.”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 17).

Em se tratando da Escola Normal Regional de Caicó, o ensino religioso constituiu-se como disciplina de oferta obrigatória e de matrícula facultativa, na 7ª série (3º ano do Curso de 1º Ciclo), dentro do horário escolar, lecionada pelo professor Onio Caldas de Amorim, que assim como José Celestino Galvão, era padre. (GURGEL, 1956b).

Os alunos, que optavam por assistir às aulas de ensino religioso, cumpriam uma carga horária a mais que a dos demais colegas por ano. Assim como nas demais disciplinas curriculares, eram submetidos a duas provas parciais, cuja média aritmética influenciava no resultado final do aluno na série: promovido ou reprovado.

¹⁰¹ Entrevista concedida por Maria Elísia de Araújo Moraes. **Entrevista 2**. [jul. 2018]. Entrevistadora: Ana Vilma de Medeiros Pereira. Caicó, 2018 1 arquivo .mp3 (54:15 min.).

Para comprovar isso, vejamos as anotações que constam na caderneta escolar de uma ex-normalista:

Figura 10 – Resultados das provas parciais e final da 7ª série (1956)

DISCIPLINAS	1.ª Prova	2.ª Prova	Prova Final
Português	65	80	73,1
Matemática	65	100	90
História	70	90	82,2
Ciências	100	100	99,7
Desenho	70	75	72,6
Atividades	100	90	97,5
Inglês	95	100	89,5
Religião	100	80	89,3
Música	100	100	95,8
Ed. Física	100	100	98,9
Civilidade	86	—	—
Tr. manual	95	85	91,5
Comportam.	80	—	—
medica	—	—	89
Classific.	—	—	22

Fonte: Caderneta Escolar cedida por Maria de Lourdes Gois Sales

Civilidade e Comportamento, apesar de aparecerem na caderneta escolar, não integravam o currículo da Escola Normal Regional, o que pode ser certificado no histórico escolar das ex-normalistas.

Figura 11 – Histórico Escolar da Escola Normal Regional

Educação Geral														Formação Especial	
Comunicação e Expressão				Estudos Sociais			Ciências		Parte Diversificada						
Português	Matemática	Geografia	História	Geografia	História	Geografia	Matemática	Português	Matemática	Geografia	História	Olimpíadas			
5ª	Média Final	648	193	175	*	850	73	*	*	654	112	*	139	*	
SÉRIE	Carga Horária	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	
	Result. Final	Aprovada													
	Escola Normal Regional de Caicó	Caicó			Ca			1954			Ano				
6ª	Média Final	787	716	871	*	846	762	*	*	766	954	720	871	745	
SÉRIE	Carga Horária	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	
	Result. Final	Aprovada													
	Escola Normal Regional de Caicó	Caicó			Ca			1955			Ano				
7ª	Média Final	675	175	81	*	845	*	*	741	879	658	824	788	*	
SÉRIE	Carga Horária	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	
	Result. Final	Aprovada													
	Escola Normal Regional de Caicó	Caicó			Ca			1956			Ano				
8ª	Média Final	685	*	879	762	92	*	597	641	70	*	76	689	938	*
SÉRIE	Carga Horária	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	
	Result. Final	Aprovada													
	Escola Normal Regional de Caicó	Caicó			Ca			1957			Ano				
Observações: Exame de Admissão Escola Normal Regional de Caicó - Caicó - RN Português - 7,0 Matemática - 6,0 Geografia - 6,0 História - 5,0														Destinado para autenticação da Vida Escolar.	
Data Caicó, 05 de Agosto de 1980. AUXILIAR DE SECRETARIA Peten n.º 003/78 - 90 - CEXA - Caicó - RN C. P. F. Ex. Substituição legal à Secretária Geral														Otacílio Sebastião de Oliveira Diretor - Autorização - 320/80 - 90-3-95-SEEC C I C 055 056 814 - 20 M00. 05	

Fonte: Concluintes Curso Pedagógico (1960)
 Arquivo do Centro Educacional José Augusto

Os objetivos de Religião eram claramente fundamentados na religião católica, também identificada em outras atividades desenvolvidas na Escola Normal Regional de Caicó: datas comemorativas do calendário católico (páscoa), em eventos como sessões especiais e solenes (formatura), o que era inevitável pela influência dessa religião na cidade e em nosso país, e, pelo fato de seu corpo de funcionários ser formado por quatro sacerdotes católicos, pe. José Celestino Galvão (diretor e

professor), pe. Onio Caldas de Amorim (professor), pe. João Agripino Dantas (professor) e Mons. Walfredo Gurgel (fiscal estadual). Quanto à religião estudada nessa disciplina, Maria Elísia de Araújo Moraes evoca, sobretudo, “[...] Só Católica (...) não ensinava outra religião (...) era mais dentro do catecismo, uma coisa mais geral um pouquinho (...) coisas da igreja (...)” (informação verbal)¹⁰².

Em tais ocasiões, além das missas de ação de graças e bênçãos, era comum a presença do bispo diocesano da cidade, conforme identificada na matéria do jornal “A Fôlha”, apresentada abaixo:

Após a Missa da Comunhão de Páscoa, no dia de Corpo de Deus, as Normalistas de Caicó, alunas da Escola Normal Regional e do Curso Pedagógico Estadual, através dos seus Diretórios, promoveram uma festa de confraternização, constando de um lauto café e uma assembleia geral. O café servido no Grupo Escolar apresentou vários simbolismos da festa da páscoa e a assembleia se transformou num verdadeiro auditorio estudantil agradável e variado com esquete, osfeonis recitativos, números de sanfona e brincadeiras de salão. A comemoração das Normalistas foi abençoada e mais feliz ainda, pois contou com a presença do nosso já muito estimado Bispo diocesano, S. Excia. Dom Manoel Tavares que se fez acompanhar do seu Secretário Revmo. Pe Onio Caldas de Amorim. Compareceram também Professores de ambos os cursos, destacando-se o Diretor do Ensino Normal em Caicó, Revmo. Cônego José Celestino Galvão, que foi o grande animador da iniciativa dos Diretórios da Regional e do Pedagógico. (GURGEL, 1959b, p. 1).

Isso não acontecia somente em datas comemorativas do calendário católico, mas em outras atividades realizadas na escola, como as cerimônias de formatura, a exemplo: “No dia 5 do corrente foi diplomada a 3ª Turma concluinte da Escola Normal Regional de Caicó. No dia foi celebrada Missa de Ação de Graças na Catedral, sendo eficiente o Mons. Walfredo Gurgel.”. (GURGEL, 1959f, p. 3).

4.2.2.3 Práticas pedagógicas no estágio supervisionado

O estágio supervisionado era uma atividade prática supervisionada e obrigatória, desenvolvida pelas normalistas “quartanistas”¹⁰³, na disciplina “Prática de Ensino”, com o objetivo de integrar a aprendizagem teórica e técnica, vista durante o curso normal regional, e a prática de ensino, “ [...] feita em exercícios de observação e participação real [...]”, proporcionando-os competências próprias da

¹⁰² Entrevista concedida por Maria Elísia de Araújo Moraes. **Entrevista 2**. [jul. 2018]. Entrevistadora: Ana Vilma de Medeiros Pereira. Caicó, 2018 1 arquivo .mp3 (54:15 min.).

¹⁰³ Expressão empregada por Dinizneto (1958) para se referir as normalistas concluintes.

atividade docente, bem como experiência profissional. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 17).

O estágio supervisionado era desenvolvido no ensino primário, de 1ª a 4ª séries, “categoria de ensino”¹⁰⁴ para a qual os Regentes do Ensino Primário eram habilitados, em escolas primárias públicas, situadas, principalmente, na zona urbana. Desse período, a ex-normalista recorda,

As professoras de prática de ensino é quem acompanhavam (...) a gente tinha uma etapa de observação na sala (...) aí depois tinha a parte da regência (...) aí dava aquele número de aulas (...) aí nas aulas, a professora de prática acompanhava para dar a nota de aptidão pedagógica (...) Era classe de 1ª a 4ª (...) eram todas as disciplinas (...) Para cada disciplina tinha um plano que era olhado pela professora da disciplina (...) tinham os supervisores que acompanhavam o estágio nessa época: professores Guerra, Myrtila e Calpúnia, professores que tinham o pedagógico (...) (informação verbal)¹⁰⁵.

Os estagiários eram avaliados pelas competências e habilidades reveladas para o magistério, dentre as quais estão: plano de aula, didática e metodologia. Para isso, era atribuída uma nota de aptidão pedagógica, mencionada acima pela ex-normalista, detalhada apenas no verso do certificado, conforme vemos na figura abaixo:

Figura 12 – Certificado de Regente do Ensino Primário: nota de aptidão pedagógica

¹⁰⁴ Denominação utilizada no Art. 2º do Decreto-Lei n.º 8.529, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário). (BRASIL, 1946).

¹⁰⁵ Entrevista concedida por Maria Elísia de Araújo Moraes. **Entrevista 2**. [jul. 2018]. Entrevistadora: Ana Vilma de Medeiros Pereira. Caicó, 2018 1 arquivo .mp3 (54:15 min.).

Média do Curso Normal —	1º ANO	74
	2º "	74
	3º "	71
	4º "	75

Nota de aptidão pedagógica 85

O Secretário

Mytille de Moura Lima Lobo

Recebeu o grau de Regente do
Ensino Primário no dia 6 de
Janeiro de 1958

Conego José B. Galvão

REGISTRE-SE

Diretoria Geral do Departamento de Educação

Diretor Geral

Reconheço verdadeira a assinatura e
assinatura de Conego José B. Galvão e Mytille
de Moura Lima Lobo. Dou fé
Caicó, 18 de maio de 1960
Em testemunho de verdade.
O Tabelião Manoel Aurélio de Araújo

REGISTRE-SE

Diretoria Geral do Departamento de Educação

Registro em Natal, 22 de Agosto de 1960.

Luciano Alves da Móbrega
Diretor Geral

Registrado a folha 119 do Livro Com.
petente.

Secretaria do Dep. de Educação, em
29 de Agosto de 1960
Idemberg R. Trigueiro

Firma no Tab
FAGUNDES
PRAÇA SETE, 42 - NATAL

Fonte: Certificado cedido por Maria Elísia de Araújo Moraes

Do certificado exposto acima, vê-se que, além da nota de aptidão pedagógica, estão dispostas as médias aritméticas de cada ano do Curso Normal, informações que ratificam que, para receber o grau de Regente do Ensino Primário, era

necessária a aprovação em cada uma dessas etapas, conforme o exposto na caderneta escolar dos alunos da Escola Normal Regional de Caicó:

Haverá durante o ano letivo arguições, trabalhos práticos e ainda provas parciais com atribuição de nota de nota, que será graduada de 0 a 10. Mensalmente, exceto em Junho e Novembro, será atribuída, a cada aluno e em cada disciplina, pelo respectivo professor, uma nota resultante da avaliação do seu aproveitamento. A média aritmética das notas de cada mês em uma disciplina será a nota anual de exercício dessa disciplina. A falta de média mensal, por não comparecimento, qualquer seja o motivo, inclusive por doença, equivale à nota ZERO. Haverá anualmente em cada classe e para cada disciplina duas provas parciais. Essas provas se realizarão em Junho e Novembro. Será considerado aprovado na última série ou promovido à série seguinte, o aluno que obtiver, concomitantemente, nota igual ou superior a 4 em cada disciplina e média aritmética igual ou superior a 5 no conjunto das disciplinas obrigatórias da série. A nota final em uma disciplina será a média ponderada da nota anual de exercícios, das notas da 1.^a e 2.^a provas parciais e da nota da prova final, adotando-se, respectivamente, os pesos 2, 2, 3 e 3. (RIO GRANDE DO NORTE, 1955, s.p.).

Essas notas – notas mensais, médias mensais, médias anuais, notas de provas parciais (1.^a e 2.^a prova), notas das provas orais e média, assim como as faltas, média global de aprovação e distinção -, eram disponibilizadas no boletim anual, para pais e alunos.

Figura 13 – Boletim Anual

MÊSES	Português	Matemat.	Geografia	Ciências	Desenho	Caligrafia	T. Manuais	At. Econô.	Ed. Física	C. Orfeon.	Inglês	Religião	Comport.	Faltas	M. mensal	Rubrica do pai ou responsável
Março	92	80	100	90	90	100	85	95	100	100	90	80	100	1	91,82	
Abril	85	70	100	90	90	100	90	95	100	100	80	80	100	-	92,33	
Maió	85	100	100	100	80	70	95	70	100	100	85	70	100	-	87,91	
Agosto	90	100	100	100	80	90	95	100	100	100	80	80	100	-	85,41	
Setemb.	95	67,5	100	90	70	85	95	100	100	100	90	90	100	-	90,20	
Outub.	95	87,5	100	95	60	75	95	100	100	100	80	90	90	-	98,95	
M. anual.	90,33	84,16	100	94,16	78,33	86,66	92,50	73,33	100	100	84,16	-	-	-	-	
1. ^a Prova	80	100	90	100	60	70	95	100	100	100	95	90	100	-	92,30	
2. ^a Prova	80	100	95	95	85	85	90	100	100	100	95	-	-	-	-	
Orais	100	100	80	100	90	90	-	100	100	100	90	-	-	-	-	
M. geral	87,58	90,04	91,25	97,29	86,86	86,86	92,50	99,58	100	99,58	91,04	-	-	-	-	

MEDIA GLOBAL DE APROVAÇÃO 95,63 (Distinção - 2º lugar)

DIRETOR *Padre José L. Galvão*

Fonte: Boletim anual cedido por Maria de Lourdes Gois Sales

Ainda, a respeito do estágio supervisionado, retornando ao que discutíamos, Maria Elísia de Araújo Moraes¹⁰⁶ declara que, em virtude do número reduzido de escolas primárias públicas, ela, assim como outras colegas, realizou o estágio supervisionado no Grupo Escolar Senador Guerra, situado na zona urbana, o que vai de encontro com o estabelecido no §1.º, do Art. 46, que diz respeito à manutenção das escolas anexas para demonstração e prática de ensino, “[...] Cada curso normal regional deverá manter, pelo menos, duas escolas primárias isoladas¹⁰⁷.”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a, p. 22).

4.2.3 Formatura

A formatura era o clímax dos anos do Curso Normal Regional, o divisor de água na carreira profissional daquelas mulheres que, até então, dedicavam-se ao espaço privado da casa.

No quarto ano do curso, 8ª série, além do estágio supervisionado, as alunas dedicavam-se aos preparativos da formatura, responsabilizando-se pela festa da Primavera para arrecadar fundos, o que fora registrado pelo jornal “A Fôlha”:

A turma concluinte da Escola Normal Regional vai oferecer á sociedade caicoense no próximo dia 21 um festival tendo como tema central o dia da Árvore que marca o início da Primavera. A Primavera chegou será apresentada a partir das 20 horas no Salão de Festas do Instituto de Educação, contando de desfile, diálogo, recitativos, número de acordeons, bingo e serviço de bar. As professorandas de 1956 convidam as famílias e pessoas amigas agradecendo a cooperação e avisando que a venda de mesas está a cargo da concluinte Marinice Fernandes, à rua 7 de setembro, 18 ou na Casa do Estudante com qualquer concluinte. (GURGEL, 1960e, p. 1).

A Festa da Primavera era uma comemoração realizada, em anos anteriores, no mês de maio, na Praça José Augusto, como relembra a ex-normalista,

[...] o que eu achava muito lindo lá na Escola Normal era uma festa que tinha todo ano no mês de maio (...) tinha duas barracas (...) tinha a barraca da esperança, tinham as barracas azul e vermelha [...] as garçonetes eram as próprias alunas (...) tudo com avental (...) tudo muito bonito (...) tinha

¹⁰⁶ Entrevista concedida por Maria Elísia de Araújo Moraes. **Entrevista 1**. [mai. 2018]. Entrevistadora: Ana Vilma de Medeiros Pereira. Caicó, 2018 1 arquivo .mp3 (1:05:21seg.).

¹⁰⁷ Escolas localizadas, majoritariamente, na zona rural da cidade de Caicó.

show (...) A festa era só nossa (...) era na praça José Augusto com show (...) todo mundo, diretor, aluno [...] (informação verbal)¹⁰⁸.

Apesar de não funcionar em prédio próprio, a Escola Normal Regional de Caicó não deixava de realizar atividades como essa, mas, não há como negar que o que movimentava mais a cidade eram os rituais de formatura, momento designado para apresentar a sociedade às futuras Regentes do Ensino Primário e os bons feitos dessa instituição para todos os presentes, o que contribuiu, de maneira ímpar, para a construção da sua imagem como signo educacional perante a sociedade, como mostram as notícias veiculadas nos impressos do jornal “A Fôlha”.

Mais uma turma de professoras a Escola Normal Regional de Caicó, vai diplomar hoje às 20 horas no prédio da Ação Católica. São mais 24 moças, que há quatro anos passados desfilarão pelas ruas de nossa cidade, com suas saias verdes e blusas brancas, que recebem a missão de educar e iluminar de conhecimentos as almas infantis. É a segunda turma concluinte da Escola Normal Regional, que hoje saboreia o fruto do seu esforço e sacrifício. Como reconhecimento ao trabalho do Dr. Tarcísio Maia, em favor de nossa Escola, as normalistas quartanistas, escolheram-no como paraninfo. O mais orgulhoso para as mocinhas da farda verde e branca, é ver, é constatar mais uma vez o sonho do Cônego Galvão, em 1953 – que era fundar uma Escola Normal – coberto de glórias e triunfos. Poucos eram os que acreditavam na instalação da Escola Normal Regional, que o Cônego Galvão plantou e dirige até hoje, mas para testemunho claro ai está, sendo diplomada e recebendo parabéns, a turma de professorandas de 1958. (DINIZNETO, *ibid.*, p. 4).

A formatura era uma cerimônia esplendorosa, momento preferido do ano das normalistas, que contava com a presença de familiares e pessoas destaques na sociedade, como é o caso de Tarcísio Maia, naquela época secretário estadual de educação, responsável pela Reforma Tarcísio Maia. (GURGEL, 1958h). Esse momento, também, era marcado pela missa de ação de graças, pela colação de grau e pelas festas, como descreve a ex-normalista,

Ah, foi a formatura (...) A colação de grau (...) foi muito bonita, muito lorde (...) a gente colou grau ali onde hoje é (...) nesse tempo era a emissora rural (...) aí tinha um palco muito grande, (...) assim, um pátio grande (...) tinha até uns forrós nesse pátio (...) ali perto do Correio (...) Mas foi muito bonita a colação de grau (...) Tinha paraninfos (...) tinha anel [...] (informação verbal)¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Entrevista concedida por Maria Elísia de Araújo Moraes. **Entrevista 1**. [mai. 2018]. Entrevistadora: Ana Vilma de Medeiros Pereira. Caicó, 2018 1 arquivo .mp3 (1:05:21seg.).

¹⁰⁹ Entrevista concedida por Maria Elísia de Araújo Moraes. **Entrevista 1**. [mai. 2018]. Entrevistadora: Ana Vilma de Medeiros Pereira. Caicó, 2018 1 arquivo .mp3 (1:05:21seg.).

Tão esperada pelas normalistas, a formatura era glamourosa. Na festa, as formandas usavam vestidos longos, em tecidos finos, luvas, acessórios muito utilizados naquele período, e cabelos penteados (...). Na colação de grau, vestiam-se com becas¹¹⁰.

Foto 3 – Colação de Grau



Fonte: Foto cedida por Maria Elísia de Araújo Moraes

Na colação de grau, momento de magnitude em que estavam presentes diretor, professores, funcionários, pais e alunos, era obrigatória a utilização da beca, vestimenta apropriada composta por capelo, capa, que vestia-se sobre a beca, e pela faixa. (MORAIS, *ibid.*).

4.3 A EXTINÇÃO

A extinção da Escola Normal Regional de Caicó não foi abrupta. Foi um processo lento e gradual, que se iniciou, em 1957, com a promulgação da Reforma

¹¹⁰ Entrevista concedida por Maria Elísia de Araújo Moraes. **Entrevista 1.** [mai. 2018]. Entrevistadora: Ana Vilma de Medeiros Pereira. Caicó, 2018 1 arquivo .mp3 (1:05:21seg.).

Tarcísio Maia, Lei Estadual nº 2.171, de 6 de dezembro de 1957, que organizou e fixou “[...] as bases da Educação Elementar e da formação do Magistério Primário do Estado”, segundo a qual os Cursos Normais Regionais em funcionamento no Estado do RN foram reestruturados. (RIO GRANDE DO NORTE, 1957, s.p).

No tocante a isso, o roteiro da entrevista abordava duas (2) questões (Em que momento se deu a extinção da Escola Norma Regional de Caicó? Por que?; Qual o seu sentimento em relação à extinção dessa instituição para a formação de professores na cidade de Caicó?).

A seguir, apresentamos as falas da ex-normalista, que expressam a sua visão em relação à extinção da Escola Normal Regional de Caicó.

Quadro 12 – Grelha Categorical “Extinção da Escola Normal Regional de Caicó”

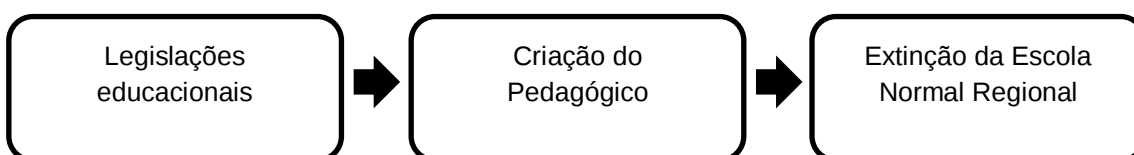
QUESTÕES	RESPOSTAS
1. Em que momento se deu a extinção da Escola Norma Regional de Caicó? Por que?	Em 62 (...) porque parece que não tinha mais sentido a escola normal [...] o pessoal assim já (...) depois do ginásio já entrava no pedagógico (...) depois das habilitações, só era fazer o unificado, que era o 1º ano, aí entrava no 2º Pedagógico (...)
2. Qual o seu sentimento em relação à extinção dessa instituição para a formação de professores na cidade de Caicó?	Assim (...) não foi muito constrangedor não porque já tinha outros cursos, outras leis, outras coisas (...) houve as mudanças (...)

Fonte: Elaborada pela autora

As narrativas revelam, no conteúdo manifesto, aspectos relacionados ao contexto geral em que se deu a extinção e em que a Escola Normal Regional de Caicó estava inserida.

A partir das falas elencadas da ex-normalista, e, baseando-se na grelha categorial “Extinção da Escola Normal Regional de Caicó”, criamos as categorias abaixo:

Figura 14 – Extinção da Escola Normal Regional de Caicó



Fonte: Elaborada pela autora com base nas falas da ex-normalista

Em 1958¹¹¹, poucos meses depois da Lei Estadual nº 2.171 ser aprovada, manifestaram-se os primeiros efeitos dessa reforma: a instalação do Curso Pedagógico, no dia 20 de abril, provisoriamente no Grupo Escolar Senador Guerra. (GURGEL, 1958b; 1958e).

A instalação se deu após consenso entre o Governo Estadual e o diretor padre José Celestino Galvão, em 1956¹¹². A Escola Normal Regional de Caicó, além do Curso de Regentes do Ensino Primário, deveria dotar-se do Curso Pedagógico “[...] com a construção do novo prédio mediante a Subvenção extraordinária do Ministério da Educação e Cultura que beneficiou a [...] Escola de Caicó no orçamento da República para 1956. Pela lei federal básica do ensino normal, o Curso de Regentes do Ensino Primário em quatro anos (o que existe aqui em Caicó) dá direito ao ingresso no Curso Pedagógico.”. (GURGEL, 1956b, p. 2).

A ocasião de instalação contou com a presença de autoridades civis, eclesiásticas e militares: Dr. Tarcísio Maia, secretário de educação, Sr. D. Adelino Dantas, Bispo de Caicó, cônego José Celestino Galvão, diretor da Escola Normal Regional de Caicó, Mons. Walfredo Gurgel, diretor do Ginásio Diocesano Seridoense, professores do Curso Pedagógico e alunas da Escola Normal Regional de Caicó. (GURGEL, 1958e).

Para se inscrever no Curso Pedagógico eram exigidos os seguintes documentos: certidão de idade, conclusão do Curso Ginásial ou Normal em estabelecimento oficial ou equiparado, atestado médico, atestado de vacina, atestado de boa conduta e três fotografias 3x4. (GURGEL, 1958d).

Em março de 1959, outros efeitos dessa reforma tornaram-se visíveis: a Escola Normal Regional de Caicó passou a ofertar, além do Curso de Regentes do Ensino Primário e do Curso Pedagógico, um Curso Primário e de Admissão, também misto (sexo masculino e feminino), objetivando “facilitar a observação e a prática de seus alunos concluintes”, conforme o previsto no Art. 20 da Lei Estadual nº 2.171, de 6 de dezembro de 1957, “[...] Haverá nos estabelecimentos destinados à formação de professores, instituições de nível primário e pré-primário, destinadas a campo de

¹¹¹ Neste ano, foi realizada a 1ª Semana de Estudos Pedagógicos do Seridó voltada para os professores primários de todo o Seridó, sob a coordenação de Lia Campos, diretora do Centro de Orientação e Pesquisas do Ensino. Essa Semana congregou professores primários, normalistas concluintes da Regional e alunas do Curso Pedagógico. (GURGEL, 1958f, 1958g).

¹¹² Nesse mesmo ano, no dia 13 de maio, foi publicada a primeira versão do jornal “A Escola”, periódico produzido pelas normalistas e impresso na oficina da Escola Pre-Vocacional. (GURGEL, 1956d).

prática, demonstração, experimentação pedagógicas, bem como serviços de assistência e orientação educacional.”. (GURGEL, 1959a, p.1). (RIO GRANDE DO NORTE, 1957, s.p.).

Esse curso preparava os alunos para atuar no Ginásio Estadual ou qualquer Estabelecimento Secundário. (GURGEL, 1959a, p. 1).

Ainda nesse ano, com a realização dos Círculos de Estudo, que implantaram efetivamente a reforma no interior do Estado do RN, onze municípios iniciaram a reestruturação em suas unidades escolares, dentre as quais estavam Caicó, segundo a mensagem governamental emitida pelo governador Dinarte Medeiros Mariz à Assembleia Legislativa do Estado, em 1.º de junho de 1959,

[...] No ano de 1959 foram realizados vários Círculos de Estudo no sentido de traçar diretrizes para o prosseguimento da experiência na Capital e implantação da Reforma no Interior do Estado. Neste mesmo período onze municípios iniciaram a Reforma em suas unidades escolares. Fôram eles: Carnaúba dos Dantas, Jardim do Seridó, Ceará Mirim, Pau dos Ferros, Currais Novos, Caicó, Areia Branca, Acari, Macau, Angicos e Açú. (RIO GRANDE DO NORTE, 1959, p. 54).

A reforma da unidade escolar de Caicó efetivou aquilo que, aos poucos, vinha sendo traçado, a extinção da Escola Normal Regional de Caicó. Nesse sentido, o Curso Normal Regional não seria mais ofertado a partir de 1960, o qual teve sua última turma no ano de 1959, que concluiria em 1962. No que concerne a isso, a colaboradora (grifo da autora), ressalta:

[...] parece que não tinha mais sentido a escola normal regional (...) depois do ginásial já entrava no pedagógico (...) depois das habilitações, só era fazer o unificado, que era o 1º ano, aí entrava no 2º Pedagógico (...) **A extinção da Escola Normal Regional** [...] não foi muito constrangedor não porque já tinha outros cursos, outras leis, outras coisas (...) houve as mudanças (...) (informação verbal)¹¹³.

As falas elencadas acima denotam claramente uma perda de sentido do Curso Normal Regional no cenário educacional implantado em Caicó, a partir da Reforma Tarcísio Maia, fato incontestável, já que a partir de então, essa cidade passaria a ter um colégio estadual com o curso ginásial, exigência para a entrada no Curso Pedagógico, e um curso normal, de 2º Ciclo, gratuito, que concedia um diploma de

¹¹³ Entrevista concedida por Maria Elísia de Araújo Moraes. **Entrevista 1**. [mai. 2018]. Entrevistadora: Ana Vilma de Medeiros Pereira. Caicó, 2018 1 arquivo .mp3 (1:05:21seg.).

professor primário, através do qual poderia atuar no primário ou em disciplinas pedagógicas do magistério.

Em 1960, após a conclusão da construção do Instituto de Educação de Caicó (IEC) - Centro Educacional de Formação do Magistério Primário de Caicó -, o Curso Pedagógico, juntamente com o Curso de Regentes do Ensino Primário e o Curso Primário, passou a funcionar nesse prédio. Além desses cursos, funcionaram no IEC, “o Jardim de Infância Grupo Escolar Modelo (Curso Primário) e a Escola Artesanato”, que estavam distribuídos em diferentes blocos da escola. (GURGEL, 1960a, p. 4).

O Curso Primário também se manteve até 1962, quando o Curso de Regente do Ensino Primário, de 1º Ciclo, e a Escola Normal Regional de Caicó foram extintos. (GURGEL, 1962a, 1962b).

O Curso Pedagógico se extinguiu no início da década de 1970, com a publicação da Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, quando as escolas Normais foram substituídas pela habilitação específica de 2º grau.

5 CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar.
(Michel de Certeau)

Não colocamos ponto final em algo que ainda não acabou, isso é uma regra da norma culta da língua. Quando ainda temos algo a dizer, utilizamos uma vírgula ou reticências para marcar uma pequena pausa ou indicar uma interrupção. É essa a impressão que carregamos ao chegar ao final da escrita desta pesquisa. O texto está sendo finalizado, mas a pesquisa, pela sua interterminalidade, continua. Qualquer objeto de estudo, por mais pesquisado que ele já tenha sido, tem sempre algo novo a dizer, dependendo dos interesses do pesquisador, que podem divergir com o já dito, o que é próprio das pesquisas científicas.

O texto desta dissertação não é o mesmo de há dois anos. Muitas foram as escritas e reescritas para chegar ao que hora apresentamos. Um verdadeiro artefato literário, construído a partir das interpretações e diálogos travados com as fontes utilizadas, que, exigiu-nos, o tempo todo, assim como a atividade do artesão, o domínio de alguns saberes e de técnicas para obtermos este produto final.

E assim foi sendo tecida esta pesquisa e a história da Escola Normal Regional de Caicó (processo de implantação, consolidação e extinção), a história oficial (legislações educacionais e notícias de jornais) e a história não-oficial (narrativas da ex-normalista) foram entrelaçadas, recuperando aquilo que, em épocas não tão distantes, através da evocação do passado pela memória, nunca fora dito.

Nas narrativas, marcadas pelo brilho no olhar da ex-normalista ao contar a sua própria trajetória, fatos vividos em outrora, que lhe parecem significativos, foram rememorados, como se houvessem ocorrido ontem, ora pelo silêncio, ora pela pausa do provável esquecimento e pela tonalidade mais forte da voz, quando a ex-normalista queria destacar um ponto. O fato é que as memórias, apesar da muita idade da colaboradora, vieram à tona, “[...] como forma de preservação e retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda [...]”. (NEVES, 2000, p. 1).

Outros detalhes relacionados à história da formação de professores da cidade de Caicó foram lembrados, contudo, não abordados aqui, neste estudo, mas que servirão para o desdobramento de pesquisas futuras, como é o caso do Curso Pedagógico, do PABAE (Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar) e do Projeto LOGOS II¹¹⁴. Focamos na Escola Normal Regional de Caicó para não perdemos-nos em meio a um mar de informações, irrelevantes frente aos objetivos propostos no projeto inicial.

Em face do exposto, julgamos pertinente trazer à tona algumas questões relacionadas à história da Escola Normal Regional de Caicó, as quais não foram abordadas no desenvolvimento do texto:

- Apesar de idealizada para formar professores leigos existentes nessa cidade e na região do Seridó, a Escola Normal Regional de Caicó formou, em sua maioria, alunos advindos do ensino primário, que nunca tiveram experiência em sala de aula, como a entrevistada, o que decorre da incoerência entre o ideal e o real. A Lei Orgânica do Ensino Normal do RN (1947a), que formou o substrato sobre o qual a dinâmica do ensino normal norte-rio-grandense se processou, reiterando a afirmação de Reis Filho (*ibid.*), estabelecia idades mínima e máxima para inscrição no exame de admissão, 11 e 25 anos, medida que restringiu a entrada dos professores leigos, que já atuavam no ensino primário de Caicó, no curso regional.

- A preponderância feminina no curso regional poderia ser atrelada, principalmente, a vontade de voltar a estudar, de fazer o ginásio, numa cidade que não apresentava muitas opções do que fazer para as mulheres, além das prendas domésticas, mas não pela predisposição à profissão, ser professora, detalhe apanhado da narrativa da ex-normalista. Era com a entrada na Escola Normal Regional de Caicó que a motivação para seguir na carreira docente surgia.

- A entrada dos Regentes do Ensino Primário nas escolas primárias de Caicó e da região do Seridó não se deu de forma imediata, devido, entre outros fatores: à longevidade do curso, que durava quatro (4) anos; e, ao número de vagas ofertadas pela Escola Normal Regional de Caicó em cada ano letivo, que se restringia a 1ª série pelo fato de funcionar em prédios cedidos. Assim como Maria Elísia de Araújo Moraes, a maioria das alunas da 1ª turma do Curso Regional de Caicó começou a atuar como professora, quando já estavam no Curso Pedagógico.

¹¹⁴ Projeto voltado para a formação de professores leigos para exercício do magistério, em regime emergencial.

Além do já destacado aqui, cabe-nos lembrar os objetivos que propomos para esta pesquisa para que possamos, mais à frente, discorrer sobre cada um.

- ✓ Analisar o processo histórico de implantação, consolidação e de extinção da Escola Normal Regional de Caicó-RN, entre os anos de 1954 e 1962, sob a perspectiva de uma ex-normalista e das legislações desse período.

- ✓ Descrever o surgimento e consolidação do ensino normal no Rio Grande do Norte e o processo de transição das escolas normais aos cursos normais regionais com ênfase para o Curso Normal Regional de Caicó;

- ✓ Descrever o processo histórico de implantação, consolidação e extinção da Escola Normal Regional de Caicó-RN, entre os anos de 1954 e 1962, sob a perspectiva de narrativas de uma ex-normalista e das legislações estaduais e federais.

- ✓ Identificar, através das narrativas da ex-normalista, a produção de práticas pedagógicas na formação de professores, da Escola Normal Regional de Caicó, entre os anos de 1954 e 1962.

O texto dissertativo revelou-nos um conjunto de fatores imbricados que facilitaram a implantação da Escola Normal Regional de Caicó. Não foram apenas os fatores educacionais que propiciaram essa ação: os fatores sociais, políticos e econômicos também se mostraram relevantes, o que evidencia-nos de maneira contundente a relação entre o objeto singular, Escola Normal Regional de Caicó, e a totalidade histórica, o universal, contexto social, educacional e econômico.

A sociedade, a política, a economia e a educação fez de Caicó, na década de 1950, uma cidade de destaque, no cenário político, cultural e econômico do estado. Berço de intelectuais e de políticos, como Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, Joaquim Apolinar, José Bernardo de Medeiros, Coronel Joaquim Martiniano Pereira, José Augusto Bezerra de Medeiros, Mons. Walfredo Gurgel, Pedro Gurgel de Araújo, Antonio Fernandes Dantas, nomes de destaques nacionais e regionais nesse período, que sustentava-se, economicamente, da pecuária, mas já canalizava seus sentidos para a produção do “algodão Cruzeta”, popularmente conhecido como algodão mocó, produto que, a posteriori, dominou a economia de todo o Seridó, dando a essa cidade e região notoriedade estadual, nacional e até internacional, pela qualidade da fibra do algodão aí cultivado.

Em 1954, especificamente, Caicó era governada por Rui Mariz, irmão de Dinarte Medeiros Mariz, comerciante de algodão em Caicó, que apesar de não estar assumindo um posto político, tinha influência nesse meio.

No que diz respeito à consolidação, podemos destacar que a história da Escola Normal Regional de Caicó foi caracterizada pela vinculação a práticas pedagógicas cívico-patrióticas, práticas pedagógicas religiosas e práticas pedagógicas no estágio supervisionado.

Esses traços, de natureza cívico-patrióticas, ambição primeira do ideal republicano de escola pública, e religiosos, predominantemente, católicos, explicam-se pelo contexto político e religioso em que a escola se instalara. Para manutenção da ordem social, idealizada pelos republicanos, era imprescindível que a escola se constituísse num mecanismo vivaz de educação cívica e patriótica.

E, por fim, no que concerne ao processo de extinção, produto da Reforma Tarcísio Maia, que consagrou à extinção da Escola Normal Regional de Caicó, bem como dos saberes e métodos, até então, utilizados. A Pedagogia da Escola Nova se instalava em Caicó, trazendo consigo novos saberes, métodos, ambiências...

Embora essa discussão traga à tona sinais ou detalhes não tão promissores do processo histórico da Escola Normal Regional de Caicó, não podemos tirar o brilho, nem tampouco o mérito dessa instituição, frente ao cenário educacional em que se instaurou. Ela não foi apenas mais uma escola, em meio a tantas outras, criadas em Caicó pelo governo. Mais do que isso, ela representou um crescimento educacional para toda a região, por isso, ainda, apesar das passagens no tempo, permeia nas memórias perenes, no não-esquecimento, daqueles, que um dia, vivenciaram esse espaço. Hoje, passados 64 anos, a história que continuava viva apenas no substrato da memória pereniza-se no tempo, através deste texto, que foi tecido a partir de narrativas de uma ex-normalista, que recuperou o seu passado através do presente.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Ouvir Contar**: Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANDRADE, T. **O quê os diários revelam**: práticas de formação de professoras para a escola rural, Curso Normal Regional Sandoval Soares de Azevedo - Ibirité, Minas Gerais, 1956-1959. 2006. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2006.

AQUINO, L. C. de. **De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação de Presidente a Kennedy (1950-1965)**: configurações, limites e possibilidades da formação docente. 2007. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/14141>>. Acesso em: 27 out. 2016.

ARAÚJO, E. B. de. **Caicó ontem, como li**. Brasília: Senado Federal, 1991.

ARAÚJO, M. M.; AQUINO, L. C.; LIMA, T. C. M. Considerações Sobre a Escola Normal e a Formação do Professor Primário no Rio Grande do Norte (1839-1938). In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). **As Escolas normais no Brasil**: do império à república. Campinas: Alínea, 2008.

ASSIS, M. M. A. de. **Matemáticas elementares na Escola Normal de Natal legislação, programas de ensino, material didático (1908-1970)**. 2016. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/21819>>. Acesso em: 27 out. 2016.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977.

BEZERRA, M. I. da S. **A Escola Normal Regional de Cruzeiro do Sul**: tecendo memórias e histórias sobre a formação religiosa católica alemã na Amazônia Acriana (1947-1965). 2010. 249 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Educação, Niterói, 2010.

_____. **Formação docente institucionalizada na Amazônia Acriana:** da Escola Normal Regional à Escola Normal Padre Anchieta (1940-1970). 2015. 412 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Educação, Niterói, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2794092>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **Portal de Periódicos CAPES/MEC.** Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

CALDEIRA, E. **Formação do magistério primário:** relato de uma experiência. Brasília: Arquivo Histórico do INEP, Coleção C.B.P.E., s.a.

CAMINHA, A. **A Normalista.** São Paulo: FTD, 1994.

DAL-FARRA, R. A. P.; LOPES, T. C. Métodos Mistos de Pesquisa em Educação: pressupostos teóricos. **Nuances:** estudos sobre Educação, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 67-80, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2698>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo.** 4. Ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

FUNDAÇÃO José Augusto. Centro de Pesquisa Juvenal Lamartine. **Caicó.** Natal: FJA/CEPEJUL, 1982.

GATTI JUNIOR, D. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JUNIOR, D. **Novos temas em história da educação brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, A. L. P. **O Ensino Normal Regional em Cianorte-PR: da institucionalização às práticas e saberes pedagógicos (1957-1964)**. 2016. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-graduação em Educação, Maringá, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3639007>. Acesso em: 30 jun. 2017.

GONZÁLEZ REY, F. Diferentes momentos do processo de pesquisa qualitativa e suas exigências metodológicas. *In: _____*. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

GRAÇA, R. F. **Civilidade e formação de professoras**: um mosaico do Ensino Normal Regional do Instituto Sagrado Coração de Jesus (Estância-SE, 1949-1955). 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tiradentes, Programa de Pós-Graduação em Educação, Aracaju, 2012.

GREEN, A. Literatura e Psicanálise: a desligação. *In: COSTA LIMA, L.* **Teoria da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

HERVATINI, L. **A escola normal regional e suas práticas pedagógicas**: dois retratos de um mesmo cenário no interior do Paraná. 2011. 256 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-graduação em Educação, Maringá, 2011.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun., 2001.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

LEITE, S. A. da S.; COLOMBO, F. A. A voz do sujeito como fonte primária na pesquisa qualitativa: a autoscopia e as entrevistas recorrentes. *In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. (orgs.)*. **Pesquisa em Educação**: alternativas investigativas com objetos complexos. São Paulo: Loyola, 2006.

LIMA, N. **Um século de Ensino Primário**. Natal: Tipografia A República, 1927.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. *In: DEL PRIORE, M. (Org.)*. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/UNESP, 1997.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, J. P. de. Linhas de investigação em História da Educação e da Alfabetização em Portugal, um domínio do conhecimento em renovação. *In*: SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (Orgs.). **História da Educação: perspectiva para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 1999.

_____. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2004.

MEDEIROS, M. do C. Uma história que nunca foi contada. **Revista do 5º Jubileu da Paróquia de Sant'Ana de Caicó**. João Pessoa, p. 32, jul., 1998.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento** - pesquisa qualitativa em saúde. 4ª ed. São Paulo - Rio de Janeiro: HUCITEC - ABRASCO, 1996.

MORAIS, I. R. D. **Desvendando a cidade: Caicó em sua dinâmica espacial**. Brasília: Senado Federal, 1999.

NEVES, L. de A. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. *In*: Mesa Redonda História Oral e as tramas da subjetividade. **Revista História Oral**. ABHO, n. 3, p. 109-116, jun. 2000. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=download&path%5B%5D=25&path%5B%5D=19>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

NEVES, L. S. **Sentido novo da vida rural: a formação de professoras na Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza (1949-1963)**. 2015. 246 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Educação, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3250436>. Acesso em: 30 jun. 2017.

PALHANO, I. C. **A educação rural no Brasil e no Paraná nos anos 50 e a materialização no Curso Normal Regional de Guarapuava**. 2014. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-

Graduação em Educação, Guarapuava, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1971892>. Acesso em: 30 jun. 2017.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. (Orgs.). **Pesquisa em Educação: alternativas investigativas com objetos complexos**. São Paulo: Loyola, 2006.

PINTO, H. de M. **A Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza de Diamantina e a formação de professores para o meio rural mineiro: 1950-1970**. 2007. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Educação, Belo Horizonte, 2007.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS FILHO, C. **Índice básico da legislação do ensino paulista 1890-1945**. Campinas: Central/UNICAMP, 1998.

SANFELICE, J. L. História das instituições escolares. *In*: NASCIMENTO, M. I. M. et. al. (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007.

_____. História das instituições escolares: desafios teóricos. **Série-Estudos** - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, Campo Grande-MS, n. 25, p. 11-17, jan./jun. 2008.

SANTIAGO, A. M. S. F. **Vozes e saudades: as narrativas das ex-alunas sobre a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção - Guimarães/MA (1957-1961)**. 2015. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Educação, São Luís, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3376272>. Acesso em: 30 jun. 2017.

SARMENTO, M. A. **A Escola Normal Primária de Mossoró (1922-1934): narrativas sobre a criação da primeira escola de formação de professores do interior do Rio Grande do Norte**. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Educação, Mossoró (RN), 2013. Disponível em: <<http://www.uern.br/controladepaginas/poseduc->

disserta%C3%A7oes-2011/arquivos/3936maria_aura%C2%A9lia_sarmiento.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

SAVIANI, D. Contribuições da filosofia para a educação. **Em Aberto**, Brasília, v. 9, n. 45, p. 3-9, jan./mar. 1990.

SILVA, F. de L. **A escola normal de natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)**. 2013. 165 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/14436>>. Acesso em: 27 out. 2016.

SILVA, M. da C. F. da. **O Curso Normal de 1º Ciclo em Assu/RN (1951-1971)**. 2011. 170 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/14399>>. Acesso em: 27 out. 2016.

SOARES, M. V. R. **Curso Normal Regional de Mamanguape/PB (1949-1957): educação redentora para ascensão e controle social**. 2016. 196 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3749074>. Acesso em: 30 jun. 2017.

SOUSA, B. S. A. de. **A Escola Normal Regional Nossa Senhora Do Carmo em Belo Jardim-PE: desfilando o habitus professoral pelas ruas da cidade**. 2013. 190 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-graduação em Educação, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1263587>. Acesso em: 30 jun. 2017.

URZEDO, M. da F. A. **A história da formação docente em Quirinópolis, Goiás: a Escola Normal Regional Municipal Coronel Quirino (1954-1961)**. 2004. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação, Uberlândia, 2004.

VALE, V. A Escola Normal de Pe. Galvão. In: _____. **Pequenos passos de poesia**. Natal: Mater Dei, s.a.

VIANNA, C. Contribuições do conceito de gênero para a análise da feminização do magistério no Brasil. *In*: CAMPOS, M. C. S. de S.; SILVA, V. L. G. da (Orgs.). **Feminização do magistério**: vestígios do passado que marcam o presente. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

Leis e Decretos

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção das Leis do Império do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. **Lei nº 16, de 12 de Agosto de 1834**. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Legislação Federal. p. 45. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-19/Legimp-19_3.pdf#page=3>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. **Decreto-Lei Federal n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946**. Decreta a Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinoprimario.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

_____. **Decreto-Lei Federal n. 8.530, de 02 de janeiro de 1946**. Decreta a Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinonormal.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

_____. **Portaria do M.E.S., nº 501, de 19 de maio de 1952**. São Paulo: Editora do Brasil/Ministério da Educação e Saúde/Diretoria do Ensino Secundário.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 165, de 19 de janeiro de 1922. Cria na cidade de Mossoró uma Escola Normal primária. *In*: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1922)**. Natal: Typographia d'A República, 1923. p. 428-429.

_____. Lei nº 82, de 10 de dezembro de 1936. Equipara à Escola Normal de Natal o curso normal mantido pelo Collegio N. S. das Victorias de Assú. **Decretos do Governo: 1936** [Imprensa Oficial], Natal, RN, 1936, p.151.

_____. Lei nº 105, de 20 de outubro de 1937. Concede ao Collegio “Santa Agueda” de Ceará-Mirim, os favores da Lei nº 82, de 10/12/36. **Actos Legislativos e Decretos do Governo: 1937** [Imprensa Oficial], Natal, RN, 1937a, p.11.

_____. Lei nº 106, de 20 de outubro de 1937. Concede à Escola Domestica de Natal, os favores da lei nº 82 de 10/12/36. **Actos Legislativos e Decretos do Governo: 1937** [Imprensa Oficial], Natal, RN, 1937b, p.12.

_____. Decreto-Lei n. 684, de 11 de fevereiro de 1947. Adapta o Ensino Normal do Estado à legislação federal. **Atos legislativos de decretos do governo 1947**, Departamento de Imprensa, Natal, RN, p. 13-24, 1947a.

_____. Decreto-Lei n. 708, de 13 de junho de 1947. Faz alterações no decreto-lei n.º 684, de 11 de fevereiro de 1947. **Atos legislativos de decretos do governo 1947**, Departamento de Imprensa, Natal, RN, p. 66-67, 1947b.

_____. Lei n.º 204, de 7 de dezembro de 1949. Cria o Curso Normal Regional junto às Escolas Normais de Natal e Mossoró e dá outras providências. **Atos legislativos de decretos do governo 1947**, Departamento de Imprensa, Natal, RN, p. 123, 1949.

_____. Lei Estadual n. 621 de 06 de dezembro de 1951. Cria os cursos de regentes do Ensino Primário e dar outras providências. **Atos legislativos de decretos do governo 1951**, Departamento de Imprensa, Natal, RN, p. 271-2, 1952.

_____. Decreto n. 2.463, de 26 de Fevereiro de 1954. Outorga ao Ginásio Diocesano Seridoense mandato para ministrar o 1º ano do Curso de Regentes de Ensino Primário. **Diário Oficial do Rio Grande do Norte**, Natal, RN, 27 fev. 1954.

_____. Lei n. 1. 207, de 4 de fevereiro de 1955. Denomina Cursos Normais Regionais os atuais Cursos de Regentes de Ensino Primário. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, Natal, RN, 5 fev. 1955.

_____. Lei nº 2.171, de 6 de dezembro de 1957. Organiza e fixa as bases da Educação Elementar e da Formação do Magistério Primário do Estado. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, Natal, RN, 5 dez. 1957.

_____. Lei n. 2.639, de 23 de janeiro de 1960. Cria cargos no Quadro do Magistério e no Quadro Único do Estado e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, Natal, RN, 31 jan. 1960a.

Mensagens Governamentais

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual, na abertura dos seus trabalhos do ano de 1953, pelo Governador Sylvio Piza Pedroza.** Natal: Departamento de Imprensa, 1954.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual, na abertura de seus trabalhos do ano de 1955, pelo Governador Sylvio Piza Pedroza.** Natal: Departamento de Imprensa, 1956.

_____. **Mensagem apresentada pelo Governador Dinarte de Medeiros Mariz à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, em 1.º de junho de 1959.** Natal: Departamento de Imprensa, 1959.

Documentos da Escola Normal Regional de Caicó

RIO GRANDE DO NORTE. Notas de aproveitamento. *In:* **Caderneta escolar.** Caicó: Escola Normal Caicó, 1955.

RIO GRANDE DO NORTE. **Estatuto da Escola Normal Regional de Caicó.** Caicó/RN, 1960b.

Matérias de Jornais

COMUNICAÇÃO/DEI. **Histórico do Departamento Estadual de Imprensa.** Natal, 2014. Disponível em:
<<http://www.dei.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=38647&ACT=null&PAGE=null&PARM=null&LBL=MAT%C3%89RIA>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

DINIZNETO. Parabéns às professorandas de 1958. *In:* GURGEL, W. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano V, nº 251, pag. 4, 6 dez. 1958.

FIDELIS, E. Excursão de Ginásio Seridôense e Escola Normal. *In:* GURGEL, W. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano I, nº , pag. 2, 18 set. 1954.

GOIS, M. de L. Instituto de Educação. **A Escola.** Caicó, n. 3, p. 1-3, abr. 1957.

GUERRA, R. Professores Primários. *In:* GURGEL, W. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano I, nº 45, pag. 1, 8 jan. 1955.

GURGEL, W. Analfabetismo nos Municípios do Estado: A voz das estatísticas. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano I, nº 31, pag. 2, 22 mai. 1954a.

_____. Faleceu o prefeito Rui Mariz. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano I, nº 31, pag. 1, 2 out. 1954b.

_____. Escola de Comércio. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano I, nº 34, pag. 1, 23 out. 1954c.

_____. Vida Escolar: Escola Normal de Caicó. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano I, nº , pag. 3, 20 nov. 1954d.

_____. Vamos plantar algodão. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano I, nº 41, pag. 1, 1 dez. 1954e.

_____. Vida Escolar: Escola Normal de Caicó. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano I, nº , pag. 3, 24 dez. 1954f.

_____. Será sediado em Caicó um batalhão do rodoviário do Exército Nacional. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano I, nº 41, pag. 1, 11 dez. 1954g.

_____. Subvenções ordinárias e extraordinárias a varias instituições do Seridó, no orçamento da República, Ministério da Educação, para 1955. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano II, nº 96, pag. 2, 01 jan. 1955a.

_____. Escola Normal de Caicó (Externato). **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano I, nº 48, pag. 1, 29 jan. 1955b.

_____. Escola Normal de Caicó (Externato sob inspeção estadual). **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano I, nº 50, pag. 1, 12 fev. 1955c.

_____. Escola Normal de Caicó. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano III, nº 101, pag. 2, 4 fev. 1956a.

_____. Escola Normal de Caicó. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano III, nº 105, pag. 2, 3 mar. 1956b.

_____. Inaugurada a Sede do Círculo Operário. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano III, nº 114, pag. 1, 5 mai. 1956c.

_____. “A Escola”. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano III, nº 116, pag. 1, 19 mai. 1956d.

_____. Inaugurada a linha aérea em Caicó. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano III, nº 121, pag. 1, 23 jun. 1956e.

_____. O Instituto de Educação. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano III, nº 128, pag. 1, 11 ago. 1956f.

_____. Escola Normal de Caicó. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano III, nº 143, pag. 1, 24 nov. 1956g.

_____. Escola Normal de Caicó: Resultado final de 1956. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano III, nº 146, pag. 3, 15 dez. 1956h.

_____. Escola Normal de Caicó: Exames de admissão (2ª época). **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano III, nº 146, pag. 4, 15 dez. 1956i.

_____. De Caicó. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano IV, nº 204, pag. 1, 25 jan. 1958a.

_____. Curso Pedagógico de Caicó. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano IV, nº 206, pag. 1, 08 fev. 1958b.

_____. Escola Normal de Caicó. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano IV, nº 206, pag. 4, 08 fev. 1958c.

_____. Departamento de Educação-Rio Grande do Norte. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano V, nº 211, pag. 2, 15 mar. 1958d.

_____. Instalação do Curso Pedagógico. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano V, nº 217, pag. 4, 26 abr. 1958e.

_____. Semana Pedagógica: sua instalação, amanhã neta cidade. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano V, nº 241, pag. 1, 11 out. 1958f.

_____. Encerra-se, hoje, a missão Pedagógica. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano V, nº 242, pag. 1, 18 out. 1958g.

_____. Solenidades nos Estabelecimentos de Ensino: Escola Normal Regional de Caicó. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano V, nº 250, pag. 1, 13 dez. 1958h.

_____. Curso Primário e de Admissão da Escola Normal Regional de Caicó. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano V, nº 259, pag. 1, 14 fev. 1959a.

_____. As Normalistas festejam o dia da páscoa. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano VI, nº 275, pag. 1, 06 jun. 1959b.

_____. Nomeado o Diretor do I.E. de Caicó. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano VI, nº 285, pag. 1, 15 agosto. 1959c.

_____. Desfile do dia 7. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano VI, nº, pag. 3, set. 1959d.

_____. Na Escola Normal Regional. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano VI, nº, pag. 3, set. 1959e.

_____. Festas Escolares: Escola Normal Regional de Caicó. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano VI, nº, pag. 3, dez. 1959f.

_____. Ainda a inauguração do Instituto de Educação de Caicó. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano VI, nº 311, pag. 4, 13 fev. 1960a.

_____. Serviço telefônico: mal compreendido por algumas pessoas. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano VII, nº 320, pag. 1, 9 abr. 1960b.

_____. Novo Hospital do Seridó. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano VII, nº 263, pag. 4, 06 ago. 1960c.

_____. Estreiará, hoje, o Cine Alvorada, nesta cidade. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano VII, nº 267, pag. 4, 03 set. 1960d.

_____. As professorandas festejarão a Primavera no dia da Árvore. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano VII, nº 269, pag. 1, 17 set. 1960e.

_____. Inaugurado o prédio da estação de passageiros do campo de pouso de Caicó. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano VII, nº 355, pag. 4, 17 dez. 1960f.

_____. Centro Educacional de Caicó: Exame de seleção ao Curso Pedagógico. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano VII, nº 359, pag. 2, 28 jan. 1961a.

_____. Escola Normal de Caicó: avisos. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano VIII, nº 46, pag. 4, 20 jan. 1962a.

_____. Escola Normal de Caicó: avisos. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano VIII, nº 48, pag. 2, 03 fev. 1962b.

NETO, V. M. Uma visita ao Ginásio. *In:* GURGEL, W. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano I, nº 31, pag. 1, 2 out. 1954.

OTHON, J. A. O Seridó. *In:* GURGEL, W. **A Fôlha:** Semanário Noticioso e Informativo, Caicó, Ano I, nº 19, pag. 2-3, 10 jul. 1954.

APÊNDICE

APÊNDICE A

ROTEIRO DA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPEG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - POSEDUC

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Nome Completo: _____
2. Local da entrevista: _____
3. Nacionalidade: _____
4. Data de nascimento: ____/____/____
5. Naturalidade: _____
6. Data de Início: ____/____/____ Data de Término: ____/____/____
7. Período em que foi aluna do Curso Normal Regional de Caicó: _____
8. Entrevistadora: Ana Vilma de Medeiros Pereira

OBJETIVOS DA ENTREVISTA:

✓ Analisar, sob a perspectiva de uma ex-normalista, o processo histórico de implantação e de consolidação da Escola Normal Regional de Caicó-RN, entre os anos de 1954 e 1962.

I) Implantação do Curso Normal Regional De Caicó

Analisar o processo de implantação da Escola Normal Regional em Caicó, bem como os possíveis impactos na educação local e do Seridó.

1. Você se lembra em que ano se deu a instalação da escola normal regional em Caicó?
2. O que você se lembra sobre a instalação? (Que acontecimentos foram marcantes desse fato?)
3. Onde a escola foi instalada? (A Escola Normal Regional de Caicó tinha prédio próprio?)

II) Consolidação do Curso Normal Regional De Caicó

2.1 Motivação

Conte um pouco sobre suas motivações, interesses e desejos em relação a sua formação de professora.

1. O que levou você a querer cursar o Curso Normal Regional?

2.2 Rotina:

Sobre os exames e a fase de preparação para admissão no Curso Normal Regional o que você pode nos dizer em relação a:

1. Havia algum tipo de exame de admissão a escola?

2. Qual o livro adotado para o exame de admissão?
3. Como eram esses exames? (Eram difíceis? O Exame era constituído de quantas etapas?)
4. Havia a indicação de alguma leitura preparatória para o exame? (Algum programa de estudo?)
5. Qual era o tipo de prova utilizada? (Escrita, oral?) A prova escrita era objetiva ou subjetiva? Como era a prova oral?
6. Qual a nota mínima para aprovação?
7. Qual o próximo passo após os exames de admissão?

2.3 Turma:

Sobre a sua turma:

1. Você se lembra sobre a composição da sua turma? (Quantos alunos? Todos de Caicó ou havia alunos das cidades circunvizinhas? Havia alunos de ambos os sexos?)

2.4 Relevância social:

Como você vê a importância da Escola Normal Regional para Caicó em relação a:

1. Qual o papel desempenhado pelo Curso Normal Regional na sociedade?
2. Na sua opinião, qual o momento mais marcante da existência da Escola Normal Regional de Caicó?

2.5 Prática Pedagógica

Lembrando um pouco sobre a metodologia de ensino e a prática pedagógica dos professores formadores o que você pode dizer em relação a:

1. Quais disciplinas eram oferecidas pelo curso normal Regional?
2. Qual a importância destas disciplinas para o exercício do magistério? Como eram ministradas? (Fale um pouco sobre como os professores davam suas aulas e das metodologias adotadas)
3. Como eram as avaliações? (Qual a periodicidade? Qual a nota mínima para aprovação? Havia exames de 2ª época? Quem fazia esses exames?)
4. Como você descreve a relação entre alunos e professores, e, alunos e diretores?
5. Havia estágios supervisionados? Onde e como eram realizados?

2.6 Escola

Sobre a escola:

1. Como era o cotidiano da escola?
2. Como essa escola funcionou durante os 8 anos de existência?
3. A escola era privada ou pública?
4. Como era o regimento escolar?
5. Como eram as salas de aula?

2.7 Vida Profissional

Sobre a importância da Escola Normal Regional para sua formação docente é possível dizer:

1. Após concluir o curso normal Regional você iniciou a carreira no magistério?
2. Como se deu sua entrada na carreira docente?
3. Como você avalia a contribuição da Escola Normal Regional de Caicó para sua experiência pessoal como professora?

III) Extinção do Curso Normal Regional De Caicó

1. Em que momento se deu a extinção da Escola Norma Regional de Caicó?
2. Qual o seu sentimento em relação à extinção dessa instituição para a formação de professores na cidade de Caicó?

Considerações Finais

1. Algo relevante a acrescentar que ainda não conversamos?

Muito obrigada pela sua colaboração!

Fonte: Elaborado pela autora